



**Mestrado  
em Geografia**

**ANDERSON KECH**

**REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC:  
PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO SÃO  
PEDRO**

**CHAPECÓ  
2024**

**ANDERSON KECH**

**REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC:  
PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO SÃO  
PEDRO**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr.<sup>a</sup> Juçara Spinelli

**CHAPECÓ  
2024**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Kech, Anderson

REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC::  
PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO SÃO  
PEDRO / Anderson Kech. -- 2024.

176 f.:il.

Orientadora: Doutora Juçara Spinelli

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Chapecó,SC; Erechim,RS, 2024.

1. Redes de desenvolvimento comunitário. 2.  
transformação território-socioespacial. 3. bairro  
popular. I. Spinelli, Juçara, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ANDERSON KECH**

**REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC:  
PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO SÃO  
PEDRO**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 16/12/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juçara Spinelli – UFFS  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto – UFGD  
Avaliadora

---

Prof. Dr. Fernando Gallego Campos – UFFS e IFSC  
Avaliador

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, pode-se dizer que foi construída por muitas pessoas e de muitas formas, pode-se dizer também que foi construída muito antes de ser começada por mim. Acredito que ela começou com as primeiras pessoas que colocaram os pés em suas novas moradas, que colocaram as mãos em suas novas terras, que ergueram com tijolos, madeira, lona, papelão, em todas as formas, aquilo que fosse seu lar.

Esses textos que seguem, buscam honrar todos que já passaram, todos que fazem parte e todos que colaboram para que o São Pedro seja um lugar melhor, mais forte e ressignificado a cada dia.

Agradeço a todas as redes formadas durante essa pesquisa, a todos que cederam seu tempo para mostrar seu trabalho, para trocar uma palavra, contar um caso, ilustrar perspectivas e narrativas que aqui se formam por caracteres.

A todas as instituições, entidades, associações e grupos de trabalhadores que abriram suas portas e compuseram de forma participativa essa pesquisa.

Agradeço com todo meu coração a minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Juçara Spinelli, por me acolher em tantos momentos nesses anos do mestrado, entre os risos e choros, as alternâncias e inconsistências de ânimo e desânimo. Obrigado por me apoiar em todos esses momentos, por acreditar em mim, me lembrar de continuar, me lembrar que podia – que posso, dar conta, e que assim foi, que assim sempre poderá ser. Obrigado pela sua dedicação constante, como professora e como ser humano.

Agradeço ao meu círculo mais íntimo na vida, ao Nando que sempre me acolheu, guardou minhas lágrimas, arrumou espaço para me amar, sobreviveu essa dissertação, acho que mais até que eu. Eu te agradeço pela calma todos os dias.

Minha mãe, meu pai, minha vó, minha família, entre distâncias e proximidades, espero sempre poder trazer orgulho para vocês, que eu possa ser o melhor de cada um.

Agradeço aos meus amigos e em especial, Kaehryan, Matheus e Evelyn, sem vocês, meus dias seriam péssimos (ou talvez não tão engraçados).

Durante esse período, entre trocas de emprego, tive a oportunidade de ter pessoas maravilhosas sempre comigo, tanto colegas, como também chefes, e esse mestrado foi possível de se realizar por causa do Wlade e da Luiza, que me permitiram embarcar em uma jornada acadêmica entre o trabalho, amparando minha formação. Obrigado por acreditarem na educação como um caminho.

Agradeço meus professores e colegas do mestrado, que fizeram ser uma experiência de conhecimentos e alegrias em todas as suas etapas.

A Christine Scherer, minha orientadora na graduação em Arquitetura junto a Unochapecó, que me incentivou a seguir em frente e também ser o melhor de mim.

E por último, as minhas cachorrinhas, Ivy e Lana, que sempre me esperaram com lambeijos, com um carinho incondicional. A Laninha que se foi agora em setembro (2024) depois de nove anos juntos, onde por muito tempo, foi só eu e ela, Lana, eu tenho saudades, espero que a gente se encontre novamente nessa vida ainda.

Para todos, com todo o meu amor, obrigado.

## RESUMO

A pesquisa investiga as redes de apoio e cooperação para os moradores do bairro São Pedro, em Chapecó, Santa Catarina. Formado no final da década de 1960 para realocar moradores de áreas de ocupação irregular, o bairro tornou-se uma área segregada e reconhecida como cinturão de pobreza. Com o tempo, no entanto, São Pedro passou por profundas transformações socioespaciais, integrando-se à malha urbana e modificando gradualmente seu perfil sob a influência de processos capitalistas de urbanização. O objetivo deste estudo é examinar como redes de apoio e iniciativas de desenvolvimento comunitário têm promovido mudanças significativas para os moradores, evidenciando o potencial do apoio coletivo na transformação de um bairro historicamente estigmatizado. Especificamente, busca-se: a) compreender o processo histórico de formação do bairro no contexto da expansão periférica de Chapecó; b) identificar instituições e organizações que atuam em prol do bairro, analisando a formação de redes de apoio a partir de ações coletivas; e c) investigar os agentes sociais e suas escalas de atuação para a transformação socioespacial no bairro. A metodologia adotada é descritiva e interpretativa, por meio de um estudo de caso que inclui: 1) levantamento de dados secundários sobre o bairro e suas características socioeconômicas e institucionais; 2) observação participante em reuniões de associações locais; 3) análise das ações conjuntas realizadas no bairro; e 4) interpretação de dados primários obtidos através de questionários aplicados a representantes de quatro instituições. As respostas foram analisadas com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), utilizando o software Iramuteq para categorização e síntese descritiva das entidades e coletivos atuantes. Os resultados identificam 12 entidades ativas no bairro, com atividades colaborativas que incluem o compartilhamento de espaços para ações comunitárias e decisões coletivas. A pesquisa demonstra que essas redes de cooperação contribuem para a transformação socioespacial do bairro, com ações voltadas à formação social e política, intervenções socioambientais e melhorias dos espaços públicos.

Palavras-chave: Bairro São Pedro; Chapecó; redes de desenvolvimento comunitário; transformação território-socioespacial; bairro popular.

## ABSTRACT

The research investigates the support and cooperation networks for residents of the São Pedro neighborhood in Chapecó, Santa Catarina. Established in the late 1960s to relocate residents from informal settlements, the neighborhood became a segregated area and was recognized as a poverty belt. Over time, however, São Pedro has undergone profound socio-spatial transformations, integrating into the urban fabric and gradually shifting its profile under the influence of capitalist urbanization processes. This study aims to examine how support networks and community development initiatives have driven significant changes for residents, highlighting the potential of collective support in transforming a historically stigmatized neighborhood. Specifically, the study seeks to: a) understand the historical formation of the neighborhood within the context of Chapecó's peripheral expansion; b) identify institutions and organizations that work on behalf of the neighborhood, analyzing the formation of support networks through collective actions; and c) investigate social agents and their scales of action in the socio-spatial transformation of the neighborhood. The methodology is descriptive and interpretative, using a case study approach that includes: 1) collecting secondary data on the neighborhood and its socioeconomic and institutional characteristics; 2) participant observation in local association meetings; 3) analysis of joint actions carried out in the neighborhood; and 4) interpretation of primary data obtained through questionnaires administered to representatives of four institutions. The responses were analyzed using Bardin's (2011) content analysis technique, with Iramuteq software used for categorization and descriptive synthesis of the active entities and collectives. The results identify 12 active entities in the neighborhood, with collaborative activities that include sharing spaces for community actions and collective decision-making. The research demonstrates that these cooperation networks contribute to the neighborhood's socio-spatial transformation, with actions focused on social and political formation, socio-environmental interventions, and improvements to public spaces.

**Keywords:** São Pedro neighborhood; Chapecó; community development networks; socio-spatial transformation; low-income neighborhood.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Chapecó-SC.....	15
Figura 2 - Esquema de apresentação do capítulo 2 .....	21
Figura 3 - Esquema de apresentação do capítulo 3 .....	52
Figura 4 - Níveis de Organização das ações populares no território .....	64
Figura 5 - Esquema de apresentação do capítulo 4 .....	67
Figura 6 - Localização do bairro São Pedro em Chapecó/SC .....	68
Figura 7 - Monumento O Desbravador - Paulo de Siqueira.....	70
Figura 8 - Mapa de Chapecó, SC (1933).....	73
Figura 9 - Núcleo urbano de Chapecó - adensamento na década de 1960.....	74
Figura 10 - Reportagem sobre o Bairro São Pedro - Década de 1970. ....	77
Figura 11 - Conjuntos habitacionais e áreas não regularizadas e regularizadas em Chapecó - SC .....	80
Figura 12 - Localização Bairro São Pedro e Bairros Adjacentes – Chapecó SC – 2024.....	82
Figura 13 - Demarcação do Bairro São Pedro sobre Vista espacial .....	83
Figura 14 - População do Bairro São Pedro e adjacências (2010) .....	85
Figura 15 - População do Bairro São Pedro e adjacências (2022) .....	85
Figura 16 - Faixa etária do bairro São Pedro (2010) .....	86
Figura 17 - Porcentagem de domicílios particulares com rendimentos de até 1/8 de salário mínimo (2010) .....	87
Figura 18 - Porcentagem de domicílios particulares com rendimentos de mais de 10 salários mínimos (2010).....	88
Figura 19 - Protótipos da revitalização dos espaços públicos coletivos.....	92
Figura 20 - Esquema de apresentação do capítulo 5 .....	94
Figura 21 - Esquema de entidades da observação participante .....	96
Figura 22 - Esquema de entidades para aplicação de questionários e Análise de Conteúdo .....	100
Figura 23 - Entidades atuantes no Bairro São Pedro .....	105
Figura 24 - Fachada ginásio Amigos do parque .....	113
Figura 25 - Interior Ginásio Amigos do Parque.....	113
Figura 26 - Clube de idosos e mãe em construção – Amigos do Parque .....	114
Figura 27 - Mesas de reuniões e refeições do Parque .....	114

Figura 28 - Localização do Verde Vida em vermelho e do futuro parque Verde Vida em amarelo.....	117
Figura 29 - Perspectiva 3D do parque Verde Vida .....	118
Figura 30 - Esquema de redes de conceitos .....	122
Figura 31 - Esquema de redes de apoio e desenvolvimento do bairro São Pedro .	127
Figura 32 - Representação gráfica da análise fatorial de correspondência (AFC) ..	139
Figura 33 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD) - Dendrogramas .....	140
Figura 34 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Dendrogramas em porcentagem de classe .....	141

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições, entidades e associações atuantes no bairro São Pedro, Chapecó, SC.....	104
Quadro 2 - Síntese das respostas sobre a atuação das entidades no Bairro São Pedro .....	135

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

PPGGeo - Programa de Pós-Graduação em Geografia

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CIDADES MÉDIAS, NOVAS PERIFERIAS E COMUNIDADES URBANAS 21</b>	
2.1	SOBRE AS CIDADES MÉDIAS .....	22
2.2	PRODUÇÃO DE PERIFERIAS E BAIROS POPULARES .....	26
2.3	TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO: NEGLIGÊNCIAS E DESCONEXÕES ..	33
2.4	REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: CONCEITOS, FUNÇÕES E SITUAÇÕES .....	37
2.5	ATORES E AGENTES.....	45
<b>3</b>	<b>O LUGAR E O TERRITÓRIO: CATEGORIAS PARA ENTENDER AS RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E REDES DE APOIO COMUNITÁRIO .....</b>	<b>52</b>
3.1	O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTA PELA MORADIA, PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO À CIDADE .....	58
3.2	TERRITÓRIOS DA AÇÃO: AS REDES DE APOIO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO .....	63
<b>4</b>	<b>PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NOVAS PERIFERIAS EM CHAPECÓ/SC .....</b>	<b>67</b>
4.1	SOBRE CHAPECÓ E O SURGIMENTO DA GRANDE SÃO PEDRO.....	68
4.2	PERIFERIZAÇÃO EM CHAPECÓ E O BAIRRO SÃO PEDRO.....	79
4.3	SÃO PEDRO: REESTRUTURAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA .....	88
<b>5</b>	<b>REDES DE APOIO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: BAIRRO SÃO PEDRO, CHAPECÓ/SC .....</b>	<b>94</b>
5.1	NOTAS METODOLÓGICAS PARA OS LEVANTAMENTOS JUNTOS ÀS REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO .....	94
5.2	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS REDES DE APOIO NO BAIRRO SÃO PEDRO .....	102
5.3	REDES DE CONCEITOS E REDES DE COLABORAÇÃO.....	120
<b>5.3.1</b>	<b>Formação de redes através de conceitos .....</b>	<b>120</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Redes de colaboração entre entidades.....</b>	<b>121</b>
5.4	REDES DO BAIRRO SÃO PEDRO E NÍVEIS DE COLABORAÇÃO .....	122

5.5	ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS COM O INSTRUMENTO DE PESQUISA .....	131
5.5.1	<b>Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Classificação Hierárquica Descendente (CHD) .....</b>	<b>138</b>
5.6	PROCESSOS E FORMAS ESPACIAIS: AS REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO COMO AGENTES TRANSFORMADORES .....	145
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE A – Declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas .....</b>	<b>161</b>
	<b>APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>165</b>
	<b>APÊNDICE C – Questionário .....</b>	<b>169</b>
	<b>APÊNDICE D – Fotos de processos de pesquisa e envolvimento comunitário.....</b>	<b>172</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a cidade como formação territorial, sobre sua espacialidade, conexões físicas, sociais e transformações geográficas, partem da perspectiva de compreender, primeiramente, que a cidade é composta por grupos heterogêneos de sujeitos cujas relações sociais são complexas. Tais relações pautam ações no espaço que configuram distintos processos e formas espaciais os quais, por sua vez, são igualmente necessários para a interpretação sobre a formação e consolidação da cidade e do urbano.

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, sendo que essa divisão é uma expressão espacial de processos sociais, onde o espaço urbano é um reflexo da sociedade, com uma forte divisão entre áreas residenciais segregadas, dessa forma, refletindo a complexa estrutura social de classes.

Primeiramente por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo lugar, por ser reflexo social e porque a sociedade tem sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. (Corrêa, 1995, p. 8).

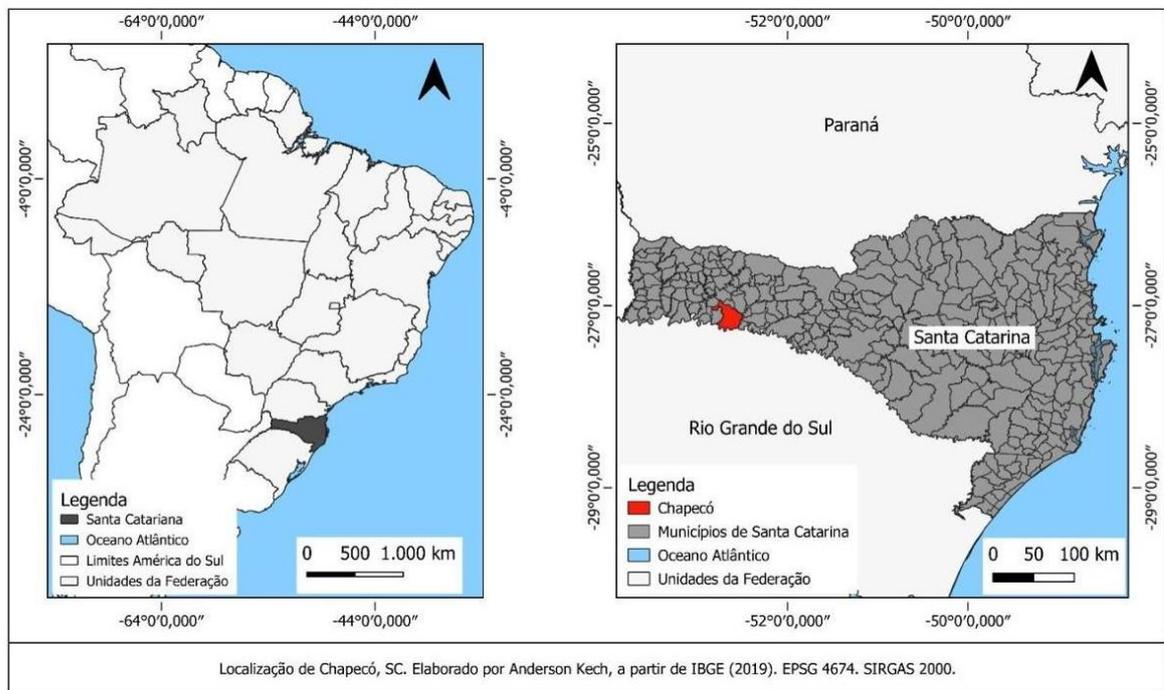
A partir da compreensão de que o espaço urbano é mutável, e sujeito às interações e dinâmicas entre seus diversos agentes, Corrêa (1995) identifica os principais responsáveis por sua produção, destacando: os proprietários dos meios de produção, especialmente os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Em atenção aos agentes apontados pelo autor e às suas práticas espaciais na produção do espaço urbano, surge uma necessidade não recente, mas cada vez mais urgente, em entender as diversas ações que transformam o espaço e a sociedade com especial atenção, dado o tema proposto, aos grupos sociais excluídos. Estes, que por muitas vezes, se mobilizam através de redes de desenvolvimento comunitário e suas articulações, que buscam exercer, por meio de lutas coletivas, significativos avanços sociais, bem como, a busca da garantia pelos seus direitos.

Essa pesquisa, portanto, tem como **tema central** as redes de apoio e desenvolvimento comunitário, suas práticas, processos e formas espaciais, identificadas pela ação de agentes e atores atuantes no espaço em estudo. Tal recorte

espacial se refere à Chapecó, cidade média localizada no oeste de Santa Catarina (Figura 01), com foco no Bairro São Pedro, localidade que se originou ao final da década de 1960, compondo uma das primeiras periferias urbanas da cidade e caracterizando-se como um bairro popular.

Figura 1 - Localização de Chapecó-SC



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), a partir de IBGE 2019.

Nesse contexto, a pesquisa busca abordar a identidade de um bairro estigmatizado socialmente, que enfrenta, ao longo de várias décadas, significativas transformações sociais. As comunidades do bairro buscam no amparo coletivo ressignificar sua territorialidade e suas vidas, sendo também, uma pesquisa que expressa o íntimo do pesquisador, no que tange ao envolvimento comunitário e articulações de engajamento popular, portanto, envolve, também, uma pesquisa de cunho participante.

Diversos estudos têm sido realizados a respeito do bairro São Pedro, investigando seus moradores, a identidade coletiva que o caracteriza e sua integração contemporânea com a cidade de Chapecó, a exemplo de: Alba (1998); Bedin e Nascimento (2013); Fujita (2013); Piovesan e Batella (2014); Antunes (2015), entre outros.

Essas pesquisas contribuíram significativamente para o entendimento da dinâmica social, cultural e econômica da região e da cidade média, destacando o

papel do bairro na sua configuração urbana mais ampla. Contudo, essa pesquisa se destaca por seu ineditismo, ao buscar identificar e retratar as forças atuantes nas redes de desenvolvimento comunitário que exercem um papel crucial no processo contínuo de produção do bairro São Pedro. Este enfoque inovador explora as interações e sinergias entre diferentes agentes, permitindo uma compreensão mais profunda de como essas redes contribuem para o fortalecimento e evolução do bairro, procurando revelar aspectos não abordados pelos estudos anteriores.

Em uma cidade média como Chapecó, em que a reestruturação produtiva e a dinâmica urbana ocorrem com intensidade e configuram novos espaços, sejam de alta renda ou periféricos e excluídos, é pertinente um olhar atento às desigualdades decorrentes desses processos. Compreender como ocorrem as marginalizações sociais na cidade de Chapecó, focando na constituição e manutenção da pobreza e violência, a exemplo do que se verifica em bairros populares de baixa renda, como no bairro São Pedro, através da estigmatização de seus moradores e suas territorialidades, é mais um campo de pesquisa em geografia urbana e áreas afins.

Identificar e interpretar as redes de apoio frente às desigualdades, torna-se um campo de estudo. Nesse sentido, o **objetivo geral** desta dissertação é analisar o bairro São Pedro, buscando entender quais instituições (sejam públicas, privadas ou populares), atuam no suporte de seus moradores, criando redes de apoio e desenvolvimento dentro da comunidade.

Como **objetivos específicos**, buscou-se:

- a) Compreender as características e o processo histórico de formação do bairro São Pedro, no contexto da dinâmica da formação de periferias da cidade de Chapecó-SC;
- b) Identificar instituições, entidades ou organizações que se estruturam em prol do amparo ao bairro e como se formam redes de apoio por meio das diferentes ações realizadas na coletividade;
- c) Averiguar os agentes e seus papéis, as escalas de atuação e como as ações ocorrem no bairro para transformação socioespacial.

A escolha do recorte espacial, o bairro São Pedro, baseia-se nas dinâmicas espaciais e sociais que se refletem no território da cidade de Chapecó/SC. Chapecó é uma cidade média, com grande crescimento vertical adensado em sua malha urbana central. Também, apresenta uma crescente expansão da sua mancha urbana que se espraia de forma horizontal. Assim, sua conformação territorial vai apresentando

perceptíveis diferenças nas dinâmicas sociais, na apropriação do território, no acesso à moradia e a recursos públicos, refletidas em seus bairros e conexões. O mercado imobiliário, não raro atuante com base na forte especulação imobiliária, é um grande agente produtor da cidade. Sua forma de atuação influencia no preço de venda do solo e das áreas construídas, do seu uso, fragmentando a cidade de forma a fortalecer segregações e a formação de áreas de intensa fragilidade social. Os espaços desiguais trazem à tona distintos grupos, de um lado, os de baixa renda, que buscam fortalecimento para melhoria de qualidade de vida, acesso à moradia e pertencimento social e geográfico; de outro, os que se segregam em áreas nobres, de alto valor de mercado, compondo os estratos de alta renda da população.

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (Corrêa, 1995, p. 9).

Corrêa (1995) reforça que, dentro da fragmentação do espaço urbano e de suas condicionantes sociais, também se realizam lutas sociais, onde, nesse sentido, as redes de desenvolvimento comunitário surgem como forças atuantes na transformação urbana. Sendo importante também para a pesquisa a compreensão da formação histórica da cidade de Chapecó, que passa por vários movimentos de disputas territoriais, até a sua colonização para garantir o pertencimento ao estado de Santa Catarina, sendo uma localidade que era residida por indígenas e caboclos e que foram sendo relocados as beiras da Chapecó em formação. Os conceitos históricos de desenvolvimento da cidade, além de demonstrarem em sua análise como surgiu o bairro São Pedro, também contribuíram para entender sua urbanização contemporânea, tanto no conceito, quanto na aplicação real na cidade em estudo.

Também é relevante identificar quem produz o espaço urbano e, nesse sentido, como operam as redes nessa dinâmica, sob uma análise de Chapecó e de dentro do bairro, onde o bairro São Pedro forma-se ao final da década de 1960 justamente com as populações caboclas, indígenas e demais sujeitos marginalizados, como reflexo de políticas públicas excludentes, onde o bairro desde seu princípio se molda pela experiência de marginalização urbana e busca nas redes estratégias de enfrentamento a exclusão, como práticas de resistência e decolonialidade.

Essa pesquisa se **justifica** por ser inédita quanto à identificação e análise das redes de apoio e desenvolvimento atuantes no bairro São Pedro, identificando-se a

necessidade de construir bases informacionais e também por partir da compreensão das ações humanas, através da transformação promovida pelos coletivos sociais no espaço geográfico. Nesse sentido, permite observar várias composições de ações da sociedade que refletem no lugar, no território e na territorialidade, entre as quais se encontram associações, coletivos, entidades militantes e de caráter social, que buscam solucionar suas necessidades essenciais e anseios coletivamente.

A coletividade é um caminho estruturante que se torna cada vez mais importante em comunidades populares, sendo analisado por Schlithler (2004) como de grande importância tanto para a geração de capital social e captação de investimentos, quanto para validar as ações coletivas. Em suas palavras, destaca:

Instituições que financiam projetos comunitários começaram a admitir que o investimento em organizações de base não é suficiente para provocar desenvolvimento da comunidade se não houver articulação entre elas e com os setores público e privado. É preciso gerar capital social. (Schlithler, 2004, p. 15).

Torna-se ainda importante ressaltar que as redes de desenvolvimento comunitário não necessariamente seguem um processo contínuo, nem têm um tempo específico de existência. Elas existem e atuam em razão das problemáticas, estudando e gerando ações enquanto for necessário, permitindo erros e acertos ao longo de seus processos.

Por outro lado, podem existir redes de atuações contínuas, com a promoção de programas e atividades de desenvolvimento social através de mapeamentos de áreas de vulnerabilidade, que analisam as potencialidades entre melhoria social, urbana e habitacional, oferecendo seu aporte e expertise na criação de “sub-redes”, onde a rede principal facilita e coordena as ações e atua também como captadora e pesquisadora de fenômenos e necessidades sociais.

O tempo de atuação de cada entidade, além de poder ser definido em função das problemáticas, também passa por diversas variáveis, como: engajamento comunitário, articulações (em suas diversas facetas), suporte financeiro, dinâmicas socioespaciais, dinâmicas políticas e diversos outros elementos.

O estudo tem **relevância** por tratar de um problema de pesquisa recente nas formações sociais contemporâneas, com uma dimensão global, através de uma pesquisa de recorte de escala local, revelando, além de seu já mencionado ineditismo como pesquisa para o bairro, como as redes são fundamentais para fortalecer a comunidade local, promovendo coesão social e desenvolvimento ao conectar

diferentes agentes e seus atores sociais (como entidades comunitárias, associações de moradores e seus representantes), facilitando a colaboração entre eles e ampliando o impacto de ações sociais no bairro.

**Metodologicamente**, a pesquisa se caracteriza como descritiva e interpretativa, a partir do estudo de caso do bairro São Pedro e suas transformações socioespaciais. Também, consiste na investigação de experiências, processos organizacionais e administrativos, projetos de ação social, dentre outros, realizados por instituições, entidades, associações de bairro que atuam individualmente, contudo, suas ações se entrelaçam e configuram redes de apoio à comunidade.

Os procedimentos metodológicos são desenvolvidos em quatro etapas:

1. levantamento de dados e informações de fontes secundárias sobre o bairro São Pedro (caracterização socioeconômica, populacional, do planejamento urbano e das instituições/entidades/associações atuantes);
2. levantamento em fontes primárias e por meio de observação participante em reuniões das instituições/entidades/associações, sobre a sua descrição, caracterização, formas e escalas de atuação;
3. análise das ações e verificação de realização conjunta pelas entidades no bairro;
4. interpretação de informações de base primária, por meio de aplicação de um instrumento de pesquisa (questionário) aos representantes legais das instituições/entidades/associações com intuito de compreender as ações realizadas e a verificação da formação de redes de apoio no bairro. As respostas foram interpretadas por meio de análise de conteúdo Bardin (2016) e resultaram em sínteses descritivas sobre as instituições, entidades, organizações não governamentais ONGs e demais coletivos envolvidos na rede de desenvolvimento comunitário do Bairro São Pedro.

A coleta de dados da pesquisa se fundamenta em dados de fontes secundárias e de base primária, por meio de:

- Pesquisa bibliográfica: referenciais que possibilitam identificar e analisar outros estudos sobre redes comunitárias de desenvolvimento e territórios de vulnerabilidade socioeconômica;
- Pesquisa documental: seleção de documentos, legislações, cartografias, entre outros, que possibilitam a análise da construção social e territorial do bairro São

Pedro por meio das instituições/entidades/associações e das redes de apoio comunitário por elas formada;

- Pesquisa de campo, com a) coleta de dados, por meio de observação e participação do pesquisador no processo de observação participante, na busca por conhecimento profundo sobre dinâmicas sociais, políticas, culturais entre outros do contexto em questão das redes atuantes. b) aplicação de um questionário aos representantes legais de 04 instituições/entidades/associações com intuito compreender as ações realizadas e a formação de redes de apoio no bairro.

Os dados obtidos foram compilados e interpretados por meio de análise de conteúdo categorial e resultaram em sínteses descritivas sobre as instituições, entidades e demais coletivos envolvidos na rede de desenvolvimento do bairro São Pedro.

Nesse sentido, a presente dissertação está apresentada, além da introdução, em quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado: Cidades médias, novas periferias e comunidades urbanas; o segundo, Categorias de território e lugar: relações de pertencimento e apoios; o terceiro, Processos de urbanização e formação de novas periferias em Chapecó-SC e o quarto, Análise das Redes de Apoio de Desenvolvimento do Bairro São Pedro. Na última seção, encerrando o texto dissertativo, apresentam-se com considerações finais.

## 2 CIDADES MÉDIAS, NOVAS PERIFERIAS E COMUNIDADES URBANAS

Ao trazer a abordagem das cidades médias para o plano de pesquisa, geralmente se recorre à noção de porte populacional como um parâmetro inicial de relações entre desenvolvimento, de progresso material e demais atributos relacionados à qualidade de vida. Nesse sentido, as cidades frequentemente são caracterizadas pelo seu tamanho populacional e área territorial como grande, média ou pequena cidade. Estudos recentes têm demonstrado um complexo conjunto de elementos como essenciais para compreender as cidades médias enquanto articuladoras da rede urbana, com fortes papéis de centralidade local e regional.

Neste capítulo, busca-se contextualizar a cidade média a partir de uma leitura das novas periferias que se formam pela reprodução da vida urbana em contextos de precariedade e pobreza e, também, de caminhos para a formação de redes de apoio às comunidades que habitam essas periferias. O capítulo está estruturado inicialmente no debate sobre cidades médias e, na sequência, por outros quatro subtítulos relativos às novas periferias e comunidades urbanas, conforme o esquema seguinte (Figura 2).

Figura 2 - Esquema de apresentação do capítulo 2



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No primeiro título abordam-se os marcos conceituais sobre as cidades médias. No segundo, são formulados conceitos ao que tange produções de novas periferias e bairros populares, com o suporte de autores como Santos (1987), Vasconcelos (2006), Chame (2008) e Serpa (2007). Esses autores trazem uma abordagem sobre as discrepâncias entre novas periferias de classe alta e novas ou já consolidadas periferias de moradia popular. Compreendendo os princípios que orientam as

produções desses territórios, a pesquisa segue com a análise das negligências que ocorrem em relação aos moradores dos bairros populares localizados em regiões periféricas na cidade e os enfrentamentos às desconexões urbanas e isolamento social, compondo o terceiro título. No quarto título do capítulo, parte-se do entendimento das formações sociais através da teoria das representações sociais de Moscovici (2003) e como os grupos de vulnerabilidade social se engajam e se mantêm através de redes de apoio, criadas para o desenvolvimento de seus territórios. O capítulo encerra com uma análise dos atores e agentes envolvidos nas diversas redes formadas, observando o reflexo de suas ações e as escalas de atuação de cada rede.

## 2.1 SOBRE AS CIDADES MÉDIAS

As cidades médias desempenham um papel importante no cenário urbano global, representando um ponto de equilíbrio entre as metrópoles e áreas rurais. São caracterizadas como centros de serviços, comércio, educação, lazer e demais referências e especialidades regionais. São cidades que cada vez mais se tornam relevantes para o campo de pesquisa em virtude de suas dinâmicas socioeconômicas e desafios enfrentados pelos espaços urbanos. Seu estudo, permite explorar questões como desenvolvimento econômico, planejamento urbano, mobilidade, acesso a serviços públicos e qualidade de vida, destacando a diversidade e a complexidade das experiências urbanas.

Para entender o desenvolvimento das cidades médias no Brasil, torna-se necessário pensar nas transformações que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980, devido às mudanças nas relações de trabalho e produção no campo que impulsionaram a migração na relação campo-cidade, gerando um grande impacto nos centros urbanos.

As acumuladas transformações socioespaciais que o Brasil experimentou em fins da década de 1980 e durante os anos 1990, sinalizaram novos rearranjos sobre a sua rede urbana, oportunidade em que os novos padrões de localização das relações de produção e reprodução do capitalismo imprimiram novas marcas em selecionadas cidades, fora dos quadros metropolitanos, evidenciando a forte relação das cidades (interioranas) e seu recorte regional, configurando-se aí, como novas entidades. (Lima e Silveira, 2017, p. 16).

A importância assumida pelas cidades médias, junto de outras áreas, municipais ou rurais, conforme Lima e Silveira (2017), é parte de uma soma de totalidades dentro de outras totalidades, quando analisados pontos específicos

dessas cidades, como uso da terra urbana para moradia de médio e alto padrão, novas redes de lojas, variedades de segmentos comerciais, localização no contexto da malha urbana e a movimentação de diferentes fluxos de pessoas, capitais e condições.

Nesse movimento dinâmico, bairros e ruas são refuncionalizados. Novas centralidades e/ou subcentralidades urbanas são erguidas. Antigos prédios, recortes memorialísticos da história local passada, são apagados e/ou descaracterizados pela necessidade de sobreposição do novo sobre o velho. Novas ruas e avenidas, por meio do progresso material no espaço urbano, usurpam o resto do conjunto ambiental ainda sobrevivente. Estes fatos em conjunto forçam a (re)organização interna destas cidades, criando condições das totalidades apontadas. (Lima e Silveira, 2017, p. 24-25).

Ainda conforme Lima e Silveira (2017), os autores partem de uma análise em seu artigo sobre cidades médias com a sugestão de uma nova preposição denominal e conceitual para as cidades médias, as tratando como “cidades de comando regional”. Essa denominação parte dos autores por considerarem as cidades médias como centros urbanos que desempenham papéis de liderança e coordenação em suas regiões circundantes. São cidades de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais, exercendo influência e por vezes controle de serviços, recursos e decisões que afetam essas regiões. Essa perspectiva reconhece, portanto, a importância de certas cidades como nós de comando em suas áreas de influência geográfica, possuindo importantes papéis regionais.

Corrêa (2007) também classifica as cidades médias a partir da combinação de inúmeros fatores, não apenas pelo tamanho demográfico, mas também aliado às funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano.

Diversos autores apresentam a cidade média baseada na quantidade de habitantes, sendo compreendida por alguns entre 100 e 500 mil habitantes, e por outros entre 300 e 500 mil habitantes.

Seguindo essa linha especulativa, as cidades médias, sob os dois pontos de vista no imaginário dos moradores metropolitanos e interioranos, seriam aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar e até pôr em risco a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, estariam classificados como médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas. (Andrade e Serra, 2001, p. 1 e 2)

O critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido a forma mais utilizada para identificar as cidades médias, fazendo da população urbana um

indicador para o nível de infra-estrutura existente e norteando a concentração das atividades.

O estudo Região de influência das Cidades 2018 (REGIC), do IBGE (2020), define as cidades em cinco níveis hierárquicos principais: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais. Enquadrando as cidades médias como capitais regionais, considerados centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles. As capitais regionais, são divididas pelo REGIC em três grupos, Capital Regional A, composta por capitais estaduais, com uma população entre 800 mil e 1,4 milhão de habitantes. Capital Regional B, composta por cidades do interior dos estados, com uma população média de 530 mil habitantes e Capital Regional C, composta por cidades com uma população entre 200 mil e 360 mil habitantes.

Para Corrêa (2007) independente das dimensões espaciais e das importâncias inter e/ou intrarregionais das cidades, elas são, sempre, na escala intraurbana, fragmentadas e articuladas, com diferenciação socioespacial.

Na escala do espaço intra-urbano, a diferenciação sócio-espacial traduz-se, de um lado, na divisão econômica do espaço e, de outro, na divisão social do espaço. Processos, funções e formas-conteúdo distintos produzem essa primeira macrodiferenciação do espaço intra-urbano. Contudo, ambas estão fortemente articuladas entre si, tendendo a apresentar interdependência entre si. (Corrêa, 2007, p. 65).

Corrêa (2007) aborda essa dimensão socioespacial na diferenciação do espaço intraurbano, dentro das cidades, onde ocorrem diversos processos, funções e formas-conteúdo que resultam em uma macrodiferenciação. Essa diferenciação pode ser observada sob duas perspectivas: a divisão regional do espaço e a divisão social do espaço. Na divisão regional do espaço, Corrêa, conceitua como a separação espacial baseada em critérios geográficos, econômicos e sociais, que determinam, assim, áreas com características específicas dentro de um território maior. Já, a divisão social do espaço, é tratada pelo autor, como resultado das desigualdades sociais refletidas na organização urbana, onde o espaço é estruturado em zonas de uso e ocupação diferenciadas, de acordo com o poder aquisitivo, as classes sociais e as atividades realizadas. No caso do presente estudo, portanto, prevalece o olhar sobre a divisão social do espaço sob a perspectiva das desigualdades socioeconômicas e espaciais que se estabelecem no Bairro São Pedro.

Chapecó, no atual contexto da sua urbanização e articulação com a rede urbana regional, é considerada uma cidade média. Tal característica se atrela tanto pelo seu porte populacional, quanto por sua posição e polarização na rede urbana, se caracterizando por forte comando regional, uma vez que exerce influência regional, não só sobre o oeste e meio oeste de Santa Catarina (SC), mas também sobre parcela do norte do Rio Grande do Sul (RS), e do sudoeste do Paraná (PR) (Fujita, Alba e Matiello, 2009; Fujita, 2013). Conforme Lima e Silveira (2017), uma cidade de comando regional apresenta diversos aspectos característicos de apoio às municipalidades adjacentes ou da sua região, como setores da economia geradores de empregos diretos, no caso, o exemplo das agroindústrias dos ramos de carnes (aves e suínos), de serviços (saúde e educação) e da prestação de serviços públicos de média e alta complexidade, das esferas estadual ou federal, como os do Instituto nacional do seguro social - INSS, da Receita Federal, emissão de passaportes, entre outros. Ao longo da dissertação, serão exploradas de formas detalhadas essas características diversas encontradas em Chapecó, que melhor a caracteriza como cidade média.

Além de explorar as características e dinâmicas próprias das cidades médias, é importante analisar as novas periferias que emergem partindo das dinâmicas desses polos urbano-regionais. As cidades médias testemunham o crescimento de áreas periféricas devido a uma série de fatores, como as mobilidades e migrações regionais, a forte expansão urbana, a polarização do desenvolvimento econômico, dentre outros.

Calixto *et al.* (2022), explicitam que nas cidades médias, um dos vetores mais expressivos na conformação socioespacial é a política pública habitacional, com seus diversos agentes e a complexidade de mudanças que implicam diretamente nas formas de expansão, configuração de tecidos urbanos e sua expressão na (re)configuração da periferia urbana.

Ao se tratar dos processos de relação centro-periferia é importante considerar as estruturas que conformam o capitalismo no Brasil. Existe uma relação muito discrepante entre oportunidades no país, especialmente se analisado sobre a ótica de diferentes regiões no território nacional. As oportunidades de empregos muitas vezes reduzidas, associadas aos baixos salários e o acesso dificultado à terra e à moradia, refletem, de acordo com Calixto *et al.* (2022) as enormes desigualdades socioespaciais nas cidades, onde uma parcela significativa da população é marcada

pela ausência e/ou precariedade de meios de consumo coletivos, como equipamentos urbanos, infraestrutura e serviços urbanos.

Um dos fatores importantes na consideração das novas periferias, estruturado nas bases do capitalismo, é a especulação imobiliária. Ela se dá, por exemplo, através da reserva de terras para valorização futura, onde áreas novas próximas do centro urbano se tornam cada vez mais escassas, permitindo que esses espaços ganhem atenção privilegiada para novos e valorizados loteamentos (muitas vezes murados, fechados ao acesso de pessoas externas e com sistemas de segurança) ou expansão de novos bairros destinados ao público de média a alta renda. Em contraponto, aos segmentos socioeconômicos de baixo poder aquisitivo, porções ainda mais afastadas, às vezes até em espaço rural, acabam tendo glebas urbanizadas, ou por novas ocupações e loteamentos irregulares ou por conjuntos populares, aprovados por programas habitacionais.

## 2.2 PRODUÇÃO DE PERIFERIAS E BAIROS POPULARES

O urbano, os elementos que dão urbanidade para as cidades, não são distribuídos com igualdade pelo espaço. Lefebvre (1999) afirma que a urbanização não é um processo completo, e isso é uma forma de negar a urbanidade para os grupos e pessoas que ocupam os mais diversos espaços. Nesse sentido, a periferia é fruto de um crescimento das cidades que prioriza o valor de troca sobre o uso. Lefebvre (1999) também observa que a forma com que a periferia se desenvolve é “desurbanizada e desurbanizante”, pois nega aos seus habitantes os elementos urbanos necessários para que se usufrua da cidade de forma plena.

Na contemporaneidade, a produção das periferias reflete um intrincado processo de urbanização, o qual é marcado por complexas dinâmicas socioeconômicas. As formações atuais de periferias são moldadas por uma interação multifacetada de fatores, que podem incluir migração interna, processos de imigração, urbanização desordenada, especulação imobiliária, segregação socioespacial e políticas públicas fragmentadas. As periferias em suas formações atuais abrigam uma gama diversificada de pessoas e de diferentes estratos econômicos.

Para compreender as periferias da cidade, sejam em suas novas formações ou através de áreas já consolidadas, é necessário se atentar aos fatores históricos e também a compreensão do espaço intraurbano na atualidade e como o mesmo se

estrutura dentro de seus limites, considerando os diferentes usos da terra, serviços urbanos, padrões de moradia, conexões e demais elementos. Sposito (1998) compreende que determinadas estruturas e equipamentos urbanos, auxiliam nos moldes da cidade e as relações criadas de periferia.

As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia. (Sposito, 1998, p. 28).

As diferentes tipologias urbanas resultam em diferentes estruturas socioespaciais nas áreas periurbanas. Ao analisar os processos de urbanização e de loteamentos, Mascaró (2003) define que novas territorialidades a serem criadas, sempre podem apresentar diversas facetas, se serão agradáveis ou não, estáveis ou instáveis, econômicas ou antieconômicas e defende que dependem em grande parte do critério com que o urbanista trata a concepção do projeto e principalmente as conexões urbanas já pré-existentes.

O traçado urbano começa pela definição de avenidas, ruas e caminhos para pedestres, necessários para tornar acessíveis as diferentes partes do espaço a serem organizadas. Essas avenidas, ruas ou caminhos assumem traçados e desenhos muito diferentes, conforme a topografia do local, as características do usuário e o motivo pelo qual transita nessas vias. (Mascaró, 2003, p. 37).

É perceptível através do planejamento urbano, compreender como ele influencia as dinâmicas do seu entorno, orientando, pelo seu traçado, linguagens visuais e equipamentos urbanos, determinados tipos de ocupação residencial e acentuando, dessa forma, diferenças entre as áreas periurbanas de uma cidade.

Novos bairros, loteamentos ou condomínios fechados nas regiões periurbanas, podem muitas vezes apresentar malhas urbanas mais flexíveis, com um modelo não-ortogonal, possibilitando também criação de lotes maiores e, conseqüentemente, mais onerosos. Conforme Mascaró (2003), todos os traçados não-ortogonais têm custos maiores, seus cruzamentos, por serem atípicos, têm uma maior superfície a ser pavimentada e, considerando a quantidade de metros de vias e redes por lote servido, o custo pode ser entre 20% e 50% maior do que com malhas ortogonais. Já em novos bairros ou loteamentos populares, mais facilmente se observam malhas ortogonais, com lotes menores e sendo geralmente observado apenas em áreas irregulares de ocupação e de autoconstrução um traçado irregular. Além dos elementos fortemente

estruturados em tamanhos de lotes, vias e amenidades presentes em cada região, também se consideram como termos de valor do uso do solo, os acessos a serviços e infraestruturas da cidade.

A diferenciação socioespacial refere-se às desigualdades e heterogeneidades presentes no tecido urbano, manifestadas por meio da segregação territorial, acesso desigual a serviços e infraestruturas, e a coexistência de diferentes grupos sociais em um mesmo espaço. Ao considerar o contexto periurbano, a horizontalização emerge como um fenômeno associado à expansão urbana em direção às áreas rurais, caracterizado pela ocupação e uso horizontal da terra. Esse processo promove a diversificação de atividades e a inclusão de distintos estratos sociais, o que, por sua vez, pode ampliar as disparidades socioeconômicas e espaciais. A análise conjunta da diferenciação socioespacial e da horizontalização no espaço periurbano é fundamental para compreender as dinâmicas e desafios enfrentados nessa área de transição. (Farias, 2024, p. 31)

Conforme Sposito (2004) os conceitos de centro e periferia são múltiplos. O processo de expansão periférica e o surgimento de novas centralidades implicam numa reconfiguração dos limites tradicionais entre centro e periferia, promovendo uma fragmentação territorial e socioespacial.

Esta pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade. (Sposito, 2004, p. 116)

A expansão periférica também transforma as práticas socioespaciais e os papéis econômicos das regiões urbanas, levando a uma reestruturação da cidade. A partir das reflexões de Lefebvre (1999), compreende-se que a transformação urbana extrapola o aspecto físico, pois abarca dimensões históricas e de práxis, moldando o sentido do urbano. A urbanização inversiva, caracterizada pelo surgimento de centralidades em áreas periféricas e periferias em regiões centrais, exemplifica essa reestruturação da cidade. Esse fenômeno, descrito por Soja (1993) como uma reestruturação urbana, reorienta as funções socioeconômicas da cidade e diversifica as práticas e dinâmicas de ocupação do espaço.

A relação entre centro e periferia, deve ser interpretada como um processo relacional e temporal, e não como uma oposição fixa. À medida que a cidade se expande, o conceito de periferia torna-se cada vez mais dinâmico, com áreas anteriormente periféricas sendo integradas ao espaço urbano central. Onde, conforme Sposito (2004) se geram o aparecimento de periferias no centro e centralidades na periferia.

Esse processo de redefinição da periferia é evidenciado pela criação de bairros de transição nas bordas da cidade, que acabam servindo como zonas de interface entre áreas centrais e novas periferias.

A criação de novas áreas habitacionais nas bordas das cidades promove uma complexificação da estrutura urbana, caracterizada pela coexistência de periferias e centralidades em locais até então homogêneos ou segregados. Esse fenômeno resulta numa configuração multifacetada da cidade, onde centralidades periféricas emergem com relevância econômica e social, desafiando a estrutura urbana tradicional. Essa nova configuração gera desafios significativos, como a necessidade de políticas que promovam a integração e a conexão entre os diferentes espaços urbanos. A intensificação da fragmentação socioespacial também exige intervenções que busquem mitigar as desigualdades, contribuindo para uma cidade mais inclusiva.

Posteriormente, ao melhor ser apresentada a área do bairro São Pedro, se evidenciará às transformações socioespaciais de um bairro anteriormente periférico, e que hoje, se contempla cada vez mais como uma área central, dando espaço para novos bairros que nascem entre suas margens e bordas espaciais.

Dentro da compreensão sobre as formações de áreas periféricas, para relação aos objetivos desse trabalho, trataremos a abordagem de como a pobreza se caracteriza e como se consolidam bairros populares em regiões periurbanas.

A noção de pobreza é relativa, pois varia no tempo e no espaço, ser considerado pobre em determinado século ou determinado país, acarreta diferentes visões e significados diante dessa representação social. Santos (1987) afirma que cada homem vale pelo lugar onde está, tendo seu valor como produtor, consumidor e cidadão, dependendo de sua localização no território. Para Vasconcelos (2006), a pobreza pode-se transformar em exclusão quando o nível de recursos é muito baixo para participar da vida social. A pobreza pode também ser observada como um modo de vida passado de uma geração para a outra, com uma carga cultural, podendo passar por diversas categorias, como a falta de integração nas principais instituições da sociedade, sentimento de marginalidade, abandono e o sentimento de inferioridade, levando a crenças que se enraízam, de não pertencimento na sociedade.

De acordo com Santos (1987), a distribuição da pobreza no espaço, faz com que indivíduos dotados de mesmas virtualidades e mesmas capacidades potenciais e até mesmo salários iguais, tenham “valor” diferente segundo o lugar em que se

encontram, classificando dessa forma o sujeito como mais ou menos cidadão, dependendo do ponto do território onde está localizado. Pode-se inferir a existência de uma correlação entre a locação das pessoas e o seu nível social e de renda, desta forma o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana.

A maneira como o espaço urbano é apresentado, parte da representação da sociedade quanto sua construção, através dele se percebem as historicidades de relações sociais, suas lógicas políticas e econômicas. No espaço urbano as condições e contradições capitalistas são exercidas deliberadamente, entre disputas por melhores localizações, sejam comerciais ou em especial de moradia. Na lógica de construção urbana, os recursos e apropriações da cidade geralmente são em favor de determinadas classes sociais, com melhores fatores econômicos e sociais, fazendo dessa forma, com que aos mais pobres sejam atribuídas áreas específicas e geralmente planejadas pelas classes dominantes.

Santos (1987) considera como um princípio diretor para a construção da noção de pobreza a falta de acessibilidade, não sendo a mesma em todas as partes da cidade. Na mesma direção que Santos (1987), Chame (2008) argumenta:

Fundamentalmente, a desigualdade social típica do capitalismo se expressa também na localização diferenciada das moradias de cada uma das classes sociais e, normalmente, os integrantes das classes de baixa renda são impelidos a residir em locais mais afastados das áreas centrais e com dificuldade de acesso às mesmas, com menor infraestrutura, e mais desvalorizados pelo mercado imobiliário. (Chame, 2008, p. 88).

Historicamente os mais pobres sempre foram forçados, direta ou indiretamente, para as margens da cidade, as chamadas periferias, onde as condições geográficas indubitavelmente representavam suas condições sociais. Essas pessoas às margens, periféricas, fazem parte de um imaginário coletivo e consolidado de serem indesejados, de não poder ser vistos. Onde de fato, ver, se vai muito além do sentido da visão, mas sim da percepção de querer enxergar a realidade do próximo, de ver além da imagem refletida.

Conforme Sobral *et al.* (2009) as pessoas se enxergam no que consomem, partindo de processos de (re)produção de modo de vida e também de autopromoção individual ou de determinados grupos sociais, onde nesse pressuposto, a inserção plena do indivíduo na vida social, é fortemente relacionada a sua condição financeira,

o que gera entes visíveis ou invisíveis socialmente, nesse sentido, Porto (2006), afirma também que:

[...] pois nos leva a acreditar que o único meio de se construir uma identidade seja através do consumo. Os despossuídos dos meios de consumir se tornam, portanto, desfocados e fora da esfera social, já que não cumprem um papel que lhes é previamente imposto. (Porto, 2006, p.17)

Sendo, portanto, através das diversas ações territoriais que geram os cenários de exclusão dentro da cidade capitalista, onde se consolidam os bairros populares, que abrangem camadas sociais de maior vulnerabilidade financeira, onde também geralmente se encontram áreas irregulares em suas proximidades.

O processo de formação e consolidação de bairros populares é dinâmico e histórico, sendo necessárias análises recorrentes de tempo para acompanhamento das suas transformações. De acordo com Serpa (2007), priorizar o bairro como recorte espacial para os estudos de geografia urbana significa, sobretudo, tratá-lo como lugar da experiência e da ação, como espaço vivido e sentido.

Um dos maiores problemas em relação aos bairros populares ainda se deve à ausência de participação no processo de planejamento, sendo necessário ainda atuações mais fortes de um planejamento descentralizado em direção aos bairros, também com melhor análise de demandas locais, sendo necessário não apenas abertura para participação popular, como também a noção de autonomia de decisão, com a participação efetiva das comunidades locais no processo de planejamento urbano.

Descentralizar o planejamento em direção aos bairros significa, sobretudo, dar voz e instrumentalizar os diferentes agentes/grupos na gestão do espaço urbano. Não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação. Descentralizar também significa buscar soluções de consenso entre os diferentes agentes/grupos, sem hierarquizar as diferentes vontades/identidades. (Serpa, 2007, p. 213).

Os bairros populares geralmente possuem baixa quantidade de equipamentos e serviços públicos, a exemplo da oferta de transporte coletivo para descolamento às áreas centrais. Essas precariedades muitas vezes são demarcadas pela restrição de vias e conexões ou oferta de serviços, em um ciclo de direitos negligenciados aos seus moradores, reafirmando a permanente exclusão social e de relações de pertencimento a cidade como um todo. Por outro lado, por estarem à margem, é no bairro e em especial, nos bairros de vulnerabilidade social, que se elabora o sentimento de pertencimento ao lugar, conforme afirma Serpa (2007).

Através das várias camadas que envolvem um bairro popular e suas pluralidades culturais, a relação de pertencimento é uma das mais fortes construções estruturadas dentre seus moradores, a qual vai além de fatores econômicos. Essa relação de pertencimento também auxilia a consolidar múltiplas relações pelo/no bairro, onde buscam unir forças internas e externas para formação de redes de apoio comunitário. Essas redes conforme Serpa (2007) devem estar na base da formulação de estratégias e de uma metodologia de ações coletivas, onde os bairros expressam e condicionam as redes de relações sociais, de vizinhança, de parentesco, de amizade e também as redes associativistas, trazendo dessa forma os moradores como os verdadeiros agentes de transformação do espaço.

Na condição de ação coletiva, que vai além das dimensões social e política, os fatores culturais também são propulsores da organização de movimentos sociais, seja por meio da cooperação, da contestação e da reivindicação. O que há é uma multiplicidade de formas que viabilizem a organização da população que busca expressar suas demandas, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade. (Serpa, 2013, p. 87).

As relações sociais desenvolvidas no bairro veem em função de lacunas formadas no processo do que levou as classes populares à periferia e sua exclusão, servindo como uma forma de amparo para os moradores, possibilitando mobilizações que se atentem às problemáticas urbanas, acentuando também dessa forma a identidade territorial e as relações entre as classes populares e o Estado.

[...] o processo político de atuação dos movimentos sociais urbanos é concebido como tendo dois campos de oposição no qual, de um lado, temos os movimentos sociais que representativos do espaço da liberdade, da afirmação da identidade e do controle sobre a própria existência por parte dos grupos organizados e, de outro lado, temos o sistema institucional (aparelho de Estado), representativo das forças repressivas e controle dos grupos organizados. (Serpa, 2013, p. 87).

Essas mobilizações também tem um viés pedagógico, de forma em que ampliam as possibilidades de formação de espaços de diálogo, trazendo mais acesso à informação, onde se tratando de populações em vulnerabilidade social, o acesso às fontes de informação nem sempre é o mesmo, seja através de conexões digitais ou físicas, disponibilidade e acesso à educação e cultura, onde, conforme afirma Santos (1987), ser desinformado equivale a estar desarmado diante as mudanças que atingem a vida cotidiana. O acesso à informação colabora em grupo e dentre as redes que amparam o bairro para maior participação frente decisões que tenham envolvimento popular e essas relações também buscam outros benefícios para seus moradores,

como lazer, cultura, melhorias urbanas, maior autonomia, programas sociais e de gestão e ativismo do bairro, elementos que serão abordados no item que segue.

### 2.3 TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO: NEGLIGÊNCIAS E DESCONEXÕES

Os processos de produção capitalistas, por sua natureza dinâmica e orientada pelo lucro, desempenham um papel fundamental na configuração das desigualdades urbanas. Essas disparidades são evidentes na forma como os diversos processos de modernização das cidades são implementados de maneira não uniforme e territorialmente desigual ao longo do espaço urbano. Essa heterogeneidade resulta em áreas privilegiadas que recebem investimentos e desenvolvimento de infraestrutura, enquanto outras são deixadas à margem, perpetuando assim as disparidades socioeconômicas e espaciais dentro das cidades.

De acordo com Botelho (2007), ao longo da história da produção capitalista, o espaço passa a integrar os circuitos de valorização do capital, através da mercantilização da terra; seu parcelamento (loteamentos ou verticalização); ou por sua inclusão nos circuitos de circulação do capital financeiro, tornando-se cada vez mais capital fictício. Botelho (2007), conceitua que o capitalismo desenvolve uma dependência crescente da produção e consumo do espaço, especialmente por meio da especulação imobiliária em grandes obras e na compra e venda do espaço, estabelecendo uma relação dialética e complexa entre o capitalismo e o espaço.

Na produção do espaço, sobretudo o espaço urbano, deve ser levado em consideração o monopólio de uma classe sobre o espaço, a alta burguesia no caso do capitalismo, o que exclui principalmente os pobres da propriedade fundiária. A classe detentora dos maiores recursos, pode através do dinheiro, ocupar, modelar e fragmentar o espaço da forma que melhor lhe convém. “A maximização dos valores de troca produz benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminui oportunidades para outros” (Botelho, 2007).

No modo de produção capitalista, o espaço é utilizado como meio de produção para a geração de mais-valia, consumido produtivamente, transformando-se em valor agregado à mercadoria, portanto, é um uso e um valor de uso. Para Botelho (2007), o valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso, o que significa que para usufruir determinados atributos do lugar, é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca.

O espaço, principalmente o espaço urbano, passa a ter cada vez mais importância para o capital, ao mesmo tempo em que é “influenciado” pela dinâmica do modo de produção capitalista. O ambiente construído e o solo de bens imóveis se tornam “bens móveis”, que circulam através de títulos de propriedade que a cada momento podem ser monetizados.

Conforme Lefebvre (1999), o urbanismo deve ser entendido como uma estratégia de manutenção dos ganhos da classe capitalista no setor imobiliário, encobrindo as operações realizadas pelo setor público como forma de auxílio à reprodução do capital. O estado tem como uma de suas funções, a de criar mecanismos que minimizem os obstáculos ao investimento do setor imobiliário no urbano sem colocar em questão a existência da propriedade privada do solo.

A legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns exemplos da atuação do Estado que visa a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral. (Botelho, 2007, p. 27).

Seguindo as ideias de Lefebvre (1999), Botelho (2007) elenca algumas contradições do espaço e da sua produção:

- a) o espaço é transformado em migalhas, trocado, vendido aos pedaços, enquanto se forma como totalidade mundial;
- b) o modo de produção capitalista impõe uma unidade repressiva a uma separação (segregação) generalizada dos grupos, das funções, dos lugares, no espaço urbano;
- c) a cidade se estende, havendo absorção do campo pela cidade, ocorrendo simultaneamente a urbanização da sociedade e a ruralização da cidade. As extensões urbanas (subúrbios, periferias próximas ou longínquas) são submetidas à propriedade da terra, às suas consequências: renda fundiária, especulação, rarefação espontânea ou provocada, etc.;
- d) controle da natureza ligado ao crescimento de forças produtivas, em relação ao lucro conduz a destruição da natureza;
- e) a dispersão nas periferias, à segregação que ameaça as relações sociais se opõe uma centralidade que acentua suas formas, enquanto centralidade de decisões;

- f) a produção do espaço somente leva em conta o tempo para sujeitá-lo às exigências e pressões da produtividade;
- g) a automatização tornando possível o não-trabalho;
- h) o indivíduo se encontra ao mesmo tempo “socializado”, integrado, submetido a pressões e limites pretensamente naturais que o dominam e separado, isolado, desintegrado, contradição que se traduz em angústia, frustração e revolta.

A hierarquia dos usos do solo é definida tanto pelo valor atribuído à centralidade ou a características específicas de uma localidade quanto pela capacidade financeira dos usuários de pagar por esses espaços. Esse mecanismo de “renda da terra” age como um fator estabilizador e reproduzidor dessa hierarquia, que se alinha a uma divisão social e econômica do espaço urbano.

Segundo Botelho (2007), a renda da terra atua como um instrumento econômico que reforça essa divisão, associando diferentes usos do solo e classes sociais a localidades específicas do ambiente urbano. O autor detalha essa divisão social da seguinte forma:

- Nas áreas centrais, o valor do solo é mais elevado em comparação com as regiões periféricas;
- Há uma distinção clara entre zonas e residências destinadas às classes mais privilegiadas e áreas de moradia popular;
- Observa-se uma dispersão das funções urbanas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas (como áreas residenciais, industriais e comerciais);
- A segregação é evidente nos equipamentos coletivos, onde áreas populares carecem de infraestrutura como creches e escolas, em contraste com o “super equipamento” das áreas mais abastadas;
- No transporte, a população operária enfrenta uma crise nos sistemas de transporte coletivo, enquanto as classes mais privilegiadas desfrutam do uso privado de automóveis.

Esses fatores juntos asseguram que a distribuição espacial reflète e reforça as desigualdades econômicas e sociais e para o autor essa lista não esgota as formas de segregação observada no espaço urbano, mas já é suficiente para mostrar como o capitalismo, em sua lógica, contribui para a produção de um espaço cada vez mais fragmentado e segregado.

Esses processos tendem, pelo jogo dos preços, a operar a segregação espacial que requer a legibilidade simbólica dos espaços. A concentração espacial das camadas superiores opera uma transformação qualitativa de conteúdo dos equipamentos públicos e dos equipamentos comerciais privados, tornando-os mais seletivos, explicitado também por Calixto e Redón:

[...] o atual processo de urbanização vem sendo marcado pelo aprofundamento da segregação, apontando para a fragmentação socioespacial em cidades de diferentes portes, com a tendência de implantação dos residenciais fechados, reconfigurando a relação centro-periferia. (Calixto e Redón, 2021, p.61)

As camadas superiores e as camadas populares se excluem no espaço pelo processo de expulsão derivado do preço cobrado pelo espaço. As zonas de emprego dos trabalhadores se transformam ao ritmo das mudanças nos processos produtivos. Cada fase da divisão capitalista do trabalho induz à formação de espaços produtivos que lhes correspondem, e modifica profundamente a estrutura urbana, notadamente as condições de residência dos trabalhadores. Os trabalhadores são os que mais buscam proximidade do local de trabalho. Nesse processo de formação de um espaço urbano segregado, conforme Botelho (2007) o Estado possui um papel importante, uma vez que, nenhum mercado “privado” pode de fato funcionar se o Estado não sanciona as cláusulas contratuais e, portanto, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado se evidencia a permissão ou proibição da segregação.

Os vários processos de modernização das cidades não são territorializados de modo homogêneo pelo espaço urbano, podendo ser evidenciado também através do que menciona Carrasco:

É possível observar, desse modo, como o sentido geral do processo de modernização, e as contradições que o constituem, se colocam no processo de produção do espaço urbano, territorializando-se, principalmente, nos termos das relações desiguais entre centros e periferias, ou entre áreas de urbanização tecnicamente avançada e áreas de urbanização precária (Carrasco, 2014, p.1).

Devido às diferentes formas de territorialização, esses diferentes pontos do espaço onde os indivíduos se localizam, para Santos (1987) influencia diretamente em possibilidades sensivelmente desiguais. Partindo dessa relação, também é perceptível para o autor a não migração de pessoas na escala de pobreza e vulnerabilidade social, onde as mesmas tendem a permanecer em seus territórios,

onde não migrar, significa amiúde, condenar-se a ficar ainda mais pobre. “Para muitos, ficar equivale a empobrecer-se dia a dia.” (Santos, 1987, p. 109)

Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para e transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ser explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Neste caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor (Santos, 1987, p. 111).

Essa falta de mobilidade econômica pode perpetuar ciclos de pobreza, privando pessoas de oportunidades de educação, emprego e crescimento pessoal. A ausência de reservas financeiras torna difícil arcar com os custos associados a mudanças, restringindo a mobilidade.

Outra situação que ocorre é que para muitas pessoas pobres, a familiaridade e o senso de comunidade em seu território local são tão importantes quanto as restrições financeiras. Em bairros populares as relações intrapessoais são frequentemente mais próximas, criando laços de apoio e solidariedade entre os residentes. Conhecer seus vizinhos, e membros da comunidade, bem como ter familiares e amigos próximos, pode oferecer um senso de pertencimento e segurança emocional, que muitas vezes dificulta a adaptação em situações de mudança. Enquanto barreiras financeiras podem impedir a mobilidade, os laços emocionais e a familiaridade com o território também desempenham um papel significativo na decisão de permanecer em um determinado lugar, mesmo quando as oportunidades são limitadas.

## 2.4 REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: CONCEITOS, FUNÇÕES E SITUAÇÕES

Os processos de produção de espaços (desenvolvimento urbano e geográfico) se manifestam tanto no senso comum – por meio da vivência dos habitantes da cidade – quanto em instituições científicas e políticas, como no planejamento e produção do espaço urbano. No entanto, muitas vezes, esses processos ocorrem de forma desarticulada entre ambos os setores. Nesse cenário, as redes de desenvolvimento comunitário surgem como uma resposta a essas desarticulações, permitindo que o

conhecimento preceda a ação social, abrindo canais de mediação entre as instituições e promovendo mais oportunidades à população, além de diálogos enriquecedores com diferentes perspectivas e abordagens. Essas redes fazem parte de um processo educativo e integrado entre bairros populares e a cidade.

Nas redes de desenvolvimento comunitário, as ações participativas potencializam novos conhecimentos, apoio e fortalecimento, por meio de trocas e união, além de desenvolver ações conjuntas em favor da comunidade. Bartholl (2018), ressalta que as geografias em movimento, possuem uma relação com saberes-fazer e saberes de prática militante, saber os quais revelam uma (auto)-emancipação dos coletivos e de uma geografia (des)envolvida juntamente com movimentos sociais. Nas suas palavras, destaca:

Geografias em movimento buscam contribuir com os movimentos sociais através da construção de saberes-com espaciais, espacializados e que espacializam (olhares, saberes, práticas), que podem ajudar a sensibilizar os sujeitos em movimento pela importância na compreensão da geograficidade de suas lutas, se fazer presentes no espaço e se utilizar dele como um aliado nas lutas de resistência, construindo territórios da (auto)emancipação. (Bartholl, 2018, p. 140).

O desenvolvimento comunitário é a transformação social resultante do envolvimento de pessoas que atuam diretamente para a efetivação das mudanças, contribuindo na formação de uma consciência coletiva de aprendizado a partir do contato com diferentes pessoas unidas por um propósito em comum. Tal processo resulta das relações de cooperação que os diferentes atores estabelecem e dos recursos que são colocados a serviço do bem comum pelas organizações que cada um representa. Por essa razão, a intersectorialidade das redes de desenvolvimento comunitário é, estrategicamente, muito importante.

A oportunidade de aprender em grupo é muito positiva. O contato com diferentes pessoas proporciona desenvolvimento porque cria espaço e tempo essenciais para o fomento da aprendizagem, a partir de diferentes pontos de vista. A decisão de incentivar e estabelecer a formação de uma rede comunitária está sempre associada à missão de contribuir para o desenvolvimento comunitário.

Pôr Geografias em movimento, neste sentido, significa conectar-se com a ideia da ecologia de saberes, buscando estabelecer um diálogo de uma diversidade de saberes e suas práticas. Podemos tomar como ponto de partida uma proposta de diálogo entre “saberes científicos”, “saberes dos movimentos sociais” e “saberes dos espaços populares urbanos”, que corresponderiam respectivamente à dimensão do fazer geográfico, da

militância e da convivência nos territórios das classes periféricas. (Bartholl, 2018, p. 116).

Sendo esse um processo cada vez mais natural e importante para estratégias urbanas, com reflexo em qualidade de vida e morfologia da cidade, se torna essencial o estudo sobre as redes de desenvolvimento comunitário e seu capital cultural – enquanto produção intelectual e quanto às ações que interferem no contexto urbano –, referente à modificação do território onde elas atuam e a forma como modificam estruturas dos bairros populares e suas imediações.

O conhecimento sobre urbanismo, construção e desenvolvimento da cidade muitas vezes está associado exclusivamente ao meio acadêmico. Sendo socializado e debatido em âmbito acadêmico ou político, no qual, quando possibilita abertura social e popular para planejamento, discussão e tomada de decisões, a comunidade se torna um agente muitas vezes flagelado e desprovido de informações para auxiliar nas tomadas de decisões.

Nesse sentido, as redes de desenvolvimento comunitário são capazes de permitir o intercâmbio de conhecimentos e causas. Elas possibilitam a participação em diferentes espaços sociais e a cooperação entre os participantes, a identificação de interesses comuns, desde a construção de relacionamento de confiança e fortalecimento da capacidade local, o que permite a aproximação do governo municipal, com a universidade e, principalmente, com as comunidades, a fim de que elas contribuam para a tomada de decisões. Em redes, portanto, cria-se e possibilita-se a criação de espaços para reflexão, diálogos e participação social, dentre outras atividades, que fortaleçam indivíduos e coletivos conforme Sperandio *et al* (2013).

A formação dessas redes de apoio para desenvolvimento comunitário auxilia na estruturação de debates e estudos complexos sobre os diversos setores urbanos que compõem uma cidade, através de um grupo heterogêneo de pessoas, dispostas e aptas a compreender as transformações sociais e as verdadeiras necessidades da cidade ou bairro onde vivem e que tornam o local como foco de reflexão e transformação.

A partir do domínio público das informações – compreensão do estudo realizado – é possível debater sobre os assuntos vislumbrando de que forma podem ocorrer mudanças urbanas e sociais. Um projeto educativo de cidade é um plano estratégico, portanto, capaz de definir linhas de atuação concretas e pertinentes para o futuro da comunidade de maneira participativa e consensual.

Por meio das transformações na natureza, na sociedade e na ciência, pode-se destacar que significativas mudanças possibilitaram que a geografia expandisse a forma de compreender o mundo, de enxergar e entender o que permeia o espaço geográfico. Por meio de aproximações dos estudos sobre o homem e suas relações modificadoras do meio físico e social, possibilitando que o pensamento geográfico tenha um olhar ainda mais amplo, crítico, ativo, reflexivo e até, por vezes, militante, ativista e comprometido com as questões e causas sociais e ambientais.

Parte histórica dessa aproximação - entre a geografia, a sociedade e o ambiente - se dá por meio das formações de movimentos sociais e suas construções de lutas coletivas em prol do combate à violação de direitos (pela moradia, pela terra, pelas questões raciais, de gênero e diversidade, pelo trabalho etc.) e da busca por inserção no cotidiano social com melhores condições de qualidade de vida.

Com o surgimento da Geografia Crítica a abordagem geográfica é marcada pela identificação das lógicas conflitual, contraditória e processual presentes no espaço geográfico, em que fluxos hegemônicos rivalizam com singularidades e conferem especificidades jamais observadas aos lugares, reestruturando desde locais até processos de amplitude global. Essa lógica conflitual é alimentada por saberes advindos de diferentes matrizes discursivas, gestadas como ideologias ou representações. A relação entre objetos técnicos, racionalidade da técnica e intencionalidades presentes nos objetos, identificada na obra de Santos (2002), nos posiciona frente ao fenômeno urbano enquanto espaço social e material. (Furini, 2011, p. 03).

Sendo o espaço um reflexo direto da sociedade, condicionante de suas diversas dinâmicas, se torna também necessário entender como ocorrem as relações de identidade dentro do bairro e através dessas, como as redes em suas diversas facetas se estabelecem, onde Pedon (2013) afirma que a base territorial comum pode ser a geradora de uma identidade social, que tem a capacidade de suplantar as diferenças culturais e de poder aquisitivo, com também pode ser geradora de outras diferenças.

A teoria das representações sociais iniciada por Moscovici (2003) oferece uma abordagem psicossocial, que analisa no senso comum representações sociais, presentes na sociedade e que auxiliam a compreender aspectos das tomadas de posicionamento de grupos sociais.

A maneira como se desenvolve a percepção do mundo enquanto conceitos parte do reflexo sobre todos os estímulos de ambiente físico em que vivemos, bem como de todas as construções de relações sociais, caracterizando assim o somatório de todas as experiências individuais e coletivas ao longo do desenvolvimento humano,

portanto, essas percepções trazem diversas compreensões sobre a realidade na forma de pensar e classificar.

Como pessoas comuns, sem o benefício dos instrumentos científicos, tendemos a considerar e analisar o mundo de uma maneira semelhante; especialmente quando o mundo em que vivemos é totalmente social. Isso significa que nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. (Moscovici, 2003, p. 33).

Todos os conceitos que são gestados durante a vida em suas diversas esferas, fazem da realidade uma fragmentação preestabelecida, onde se classificam pessoas e coisas, tornando algumas delas visíveis e outras invisíveis (Moscovici, 2003). Desta forma, enquanto sociedade se explicam as fragmentações sociais, evidenciadas dentre as contradições morfológicas de uma cidade, onde se estabelecem fronteiras não apenas geográficas, mas psicossociais entre as diversas camadas sociais e seus atores. As representações são impostas sobre nós, ocorrem no decurso do tempo e são resultados de sucessivas gerações, não sendo possível ter a libertação de todas as convenções ou que se elimine todos os preconceitos.

Dentro das diversas esferas sociais presentes no coletivo, cada pessoa com sua individualidade, busca ser reconhecida e amparada, o que faz com que se aproxime de representações sociais próximas a sua linha de pensamento e percepções. É dessa maneira que formamos nossas relações de amizade, trabalho, amparo, conhecimento e tantas outras.

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (Moscovici, 2003, p. 41).

As representações sociais são fortemente importantes em nossa sociedade, especialmente quando se trata de populações em vulnerabilidade social, encontradas em bairros estigmatizados ou em áreas de ocupação. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam fortalecendo relações e a necessidade de criação de redes de amparo e fortalecimento. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais e, na maior parte dos casos, o maior poder aquisitivo faz diminuir

a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço (Serpa, 2004).

Nosso imaginário e poder cognitivo individual e coletivo tende a criar relações e associações para tudo que nos cerca conforme descreve Moscovici (2003), quanto a integrantes da sociedade, regiões ou bairros de uma cidade, os critérios de objetivação agem nesses processos através de ancoragem de imagens, onde tudo tende a ser classificado como uma generalização, onde, por exemplo, um bairro pobre pode ser conceituado de forma generalizada como perigoso ou mal visto, sendo relacionado a todos seus moradores nesse aspecto, assim como acontece no bairro São Pedro, observando-se essa generalização de seus moradores, enquadrando o bairro como uma única identidade coletiva.

Cotidiano e vida de bairro são processos dinâmicos que ganham conteúdos diversos à medida que mudam as estratégias dos diferentes agentes que produzem esses espaços. Vale ressaltar nesse contexto que é no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esses territórios, dotá-los de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade. (Serpa, 2007, p. 213).

Nos bairros populares, vistos como mais vulneráveis, os moradores são os verdadeiros agentes de transformação do espaço. De acordo com Serpa (2007), eles articulam-se em “rede”, não uma rede única, mas redes superpostas, conforme o tema que se esteja enfocando. Partindo das redes formais/associativistas (com maior visibilidade), como associações de moradores, clubes de mães, templos religiosos, entre outros e as redes informais/submersas, como grupos de jovens, de terceira idade, redes de vizinhança e parentesco. Essas redes se articulam por aproximação de ideias e necessidades, sejam individuais ou coletivas.

Para melhor exemplificação dos conceitos de redes, serão utilizadas as tipologias apresentadas por Blanes, Guará e Carvalho (1995), que articula cinco escalas de redes:

- Rede Social Espontânea: envolve o núcleo familiar ampliado, grupos de vizinhança, clubes e igrejas, entre outros.
- Redes Sócio-comunitárias: é onde ocorre a solidariedade do compromisso e da responsabilidade compartilhada e materializa-se em creches, abrigos, cooperativas, atividades profissionalizantes, entre outras.

- Redes Sociais Movimentalistas: são as que oxigenam todas as demais redes nascidas nas comunidades e ou sociedade;
- Rede Privada: é onde o mercado é o agente principal;
- Redes Setoriais Públicas: abrange as ações do Estado no tocante a obrigações e deveres nas quais, no caso brasileiro, ocorre uma organização burocrática e pouco eficaz. São ações que envolvem educação, saúde, habitação, assistência social, entre outras.

Moscovici (2003), por meio das representações sociais, traz os conceitos de universo consensual e universo reificado. No universo consensual, importa a opinião individual; já, no reificado, as instituições trazem para debate o conhecimento socialmente produzido e histórico. Desse modo, as redes de amparo social podem ser analisadas como um universo reificado através das leituras de um universo consensual.

O contraste entre os dois universos possui um impacto psicológico. Os limites entre eles dividem a realidade coletiva, e, de fato, a realidade física, em duas. É facilmente constatável que as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual. A finalidade do primeiro é estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso. Pelo fato de ocultar valores e vantagens, eles procuram encorajar precisão intelectual e evidência empírica. As representações, por outro lado, restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos. (Moscovici, 2003, p. 52).

A vida social baseia-se nas organizações hierárquicas institucionalizadas, na qual, segundo Claval (2014), implica em que as pessoas se sintam pertencentes a um mesmo conjunto, no qual cada um sintam-se responsável e solidário, trazendo por um lado um aspecto afetivo e, em outros casos, essa construção social apresentando fundamentos racionais, interesse, eficácia e a preocupação de assegurar defesa e segurança coletiva.

Quando se buscam relações em comunidade, e formações de redes de desenvolvimento comunitário, os membros são ligados por uma relação de confiança mútua, ligadas por certos traços fundamentais. Ainda conforme Claval (2014), às comunidades quando criadas apresentam entre seus membros, estilos de vida semelhantes, e se acrescenta um sentimento vivo de lugar, do território comunitário como um patrimônio comum.

Os aspectos culturais das realidades de classe são essenciais para compreender como uns e outros tomam consciência do que os une do que os diferencia. As aproximações são mais fáceis naqueles cuja similitude de formação deve-se ao fato de utilizarem as mesmas palavras, falarem com o mesmo sotaque, praticarem a religião da mesma maneira e partilharem as ideologias vinculadas pelos sistemas de formação que conheceram. (Claval, 2014, p. 119).

O autor comenta ainda que a família e a comunidade local constituem as matrizes que asseguram a transmissão de uma parte essencial da vida social.

Pensando sobre bairros populares, em sua maioria a criação está vinculada aos avanços capitalistas, como forma de repelir populações às margens da cidade, ocultando tudo que for indesejado.

Os estudos geográficos mostram que movimentos sociais têm uma relação intrínseca com o espaço social no qual estão inseridos. O espaço desempenha um papel fundamental na formação e nas dinâmicas dessas organizações, influenciando suas necessidades, prioridades e interações com o ambiente circundante. A geografia molda e é moldada pelas práticas sociais. Os movimentos sociais emergem e se desenvolvem em resposta a desafios específicos do espaço geográfico, buscando melhorar a qualidade de vida das comunidades e promover a coesão social.

A formação de movimentos sociais para estudos sobre a cidade auxilia na formação de debates e estudos complexos sobre os diversos setores urbanos que compõem uma cidade. Isso se dá através de um grupo de pessoas, dispostas e aptas a compreender as transformações sociais e as verdadeiras necessidades da cidade ou bairro onde vivem e que tornam o local como foco de reflexão e transformação.

Estudar o território motiva o conhecimento das condições espaciais, geográficas, sociais e culturais associadas com os usos e simbologias que posicionam as práticas sociais vinculadas à dinâmica de constituição do território e, portanto, fornece os elementos potenciais requeridos para a transformação total da realidade, em busca de avançar na geração de condições de vida mais adequadas para a população vinculada a esses processos. (Gutiérrez, 2012, p. 154).

Monteiro (2021), ao analisar a obra de Souza (1989), enfatiza que, a partir de um novo prisma sobre o ativismo de bairro, o autor apresentou uma profunda reflexão transdisciplinar nos estudos urbanos. Sua abordagem se revelou “transgressora” às normas disciplinares da época, pois, ao pesquisar sobre o fato social considerando o ativismo de bairro, o autor mobilizou recursos analítico-conceituais necessários para elucidação do papel e significado destes, os quais atribuem ao espaço um referencial de suporte material, organizativo, simbólico e afetivo em suas manifestações. Salienta

que, na perspectiva de Souza (1989), a discussão sobre o significado e o alcance político dos ativismos é examinada a partir de outros aportes político-filosóficos, e a experiência humana concreta revela a luta pela humanização da cidade, do bairro e da rua. Destaca também que, ao questionar o modelo civilizatório em curso, o autor desvela as contradições e os conflitos urbanos para além das lutas de classe – incorporando, também, a dimensão cultural crítica e a crítica das relações sociais, econômicas e políticas no espaço. Tais considerações são importantes para a compreensão das interfaces do papel do geógrafo – pesquisador e participante – para uma nova concepção (em curso) epistêmica da Geografia e a ressignificação dos sujeitos, atores e agentes.

Os estudos sobre representações sociais, ativismo de bairro e as relações entre redes de apoio permitem analisar as interações sociais e as percepções compartilhadas dentro desses contextos, desvendando dinâmicas subjacentes que moldam as relações de poder, os sistemas de apoio e os padrões de cooperação entre os membros da comunidade. Compreender essas relações auxilia na identificação de crenças, valores e narrativas compartilhadas que podem influenciar na solidariedade, participação cívica e a capacidade de mobilização dentro dos bairros populares. Através das relações sociais atores e agentes podem ser identificados, conforme os papéis que exercem dentro da comunidade e das redes envolvidas.

Os atores e agentes desempenham papéis fundamentais na promoção do bem-estar e no fortalecimento de laços sociais dentro do bairro, podendo incluir líderes comunitários, ativistas sociais, educadores, empresários locais, líderes religiosos, entre outros. Ao reconhecer e envolver esses atores e agentes, é possível mobilizar recursos, promover iniciativas de desenvolvimento comunitário e enfrentar desafios específicos que afetam o bairro, buscando por coesão social e empoderamento comunitário.

## 2.5 ATORES E AGENTES

*A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva.*

*O homem é um produto social. (Berger e Luckmann, 1966)*

Dentro das sociedades, diferentes realidades interpretam e compreendem o mundo, a sociedade formada pelos hábitos e instituições cria a consciência e molda a percepção de realidade do indivíduo. Nas sociedades se formam diversos atores que

desempenham seus papéis. Nesse sentido Berger e Luckmann (1966), interpretam os papéis também como tipos de atores. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social e através da interiorização desses papéis, o mundo se torna subjetivamente real para o ator. O indivíduo cria ordem nas suas impressões e externa seus pensamentos pela linguagem, onde a linguagem e o comportamento criam hábitos e instituições. O conhecimento é um produto social e o conhecimento é um fator na transformação social.

É importante ter em mente que a maioria das sociedades modernas são pluralistas. Isto significa que compartilham de um universo que é o seu núcleo, aceito como indubitável, e têm diferentes universos parciais coexistindo em um estado de mútua acomodação. Estes últimos provavelmente têm algumas funções ideológicas, mas o conflito direto entre as ideologias foi substituído por graus variáveis de tolerância ou mesmo de cooperação. (Berger e Luckmann, 1966, p. 168).

Estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade. Contudo o indivíduo não nasce membro da sociedade, nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade.

Todo indivíduo nasceu em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam de sua socialização. Estes outros significativos são-lhe impostos. As definições dadas por estes à situação dele apresentam-se como a realidade objetiva. Desta maneira nasceu não somente em uma estrutura social objetiva mas também em um mundo social objetivo. (Berger e Luckmann, 1966, p. 175-176).

Considerando os debates sobre produção do espaço de Lefebvre (1999), o espaço é uma produção que envolve os aspectos físico, social e mental. A prática espacial se articula entre os espaços vividos e concebidos, correspondendo nesse cenário não apenas aos atores, mas também aos sujeitos do cotidiano.

Para Lefebvre (1999), o espaço concebido, é o espaço representado, ou seja, projetado e planejado, tratando-se assim de um espaço racionalizado e abstrato, construído com base em planos, mapas e modelos, sendo um espaço moldado por representações oficiais, normas e políticas, por isso, expressa o poder e a ideologia das instituições e dos planejadores. Já o espaço vivido, para Lefebvre, é um espaço de representações, onde ele o espaço é experienciado no cotidiano, o espaço da prática e das interações sociais.

O sujeito faz uma coprodução de si e do espaço, na sua forma de agir são desenvolvidas práticas pelo espaço, a criação de realidades, se pluralizam as culturas,

criam códigos e símbolos e são incorporados atributos sociais ao mesmo tempo em que se gera a individualidade dentro de suas experiências e expressões.

De acordo com Gamalho (2016), na sociedade, o ator pode ser definido como um indivíduo ou uma coletividade, dotada de forte capacidade de transformar o espaço segundo seus interesses. O próprio lugar pode ser configurado também como um ator, com a potencialidade de influenciar as ações de atores e agentes. Ainda conforme a mesma autora, o caráter da ação é construído através da socialização, emergindo atores com maior e menor possibilidade de ação e, conseqüentemente, de inferir na produção do espaço.

Agente e ator são posições ocupadas no cotidiano vivido e praticado. Identificar os agentes como possuidores de menor poder de ação não significa, no entanto, que suas ações cotidianas são irrelevantes ou que as estruturas ideológicas e culturais são absorvidas sem alteração ou que constituem um condicionamento determinante e inultrapassável, o que segue a partir dos diálogos relativos ao habitus e às artes do fazer e, conseqüentemente, das práticas ditas microbianas, que se delineiam nas estruturas tecnocráticas. Os agentes absorvem, reelaboram e subvertem as estruturas a seu favor. Mesmo a absorção das estruturas simbólicas e de distinção de classe são reconfiguradas, coexistindo nelas o condicionamento e sua subversão. (Gamalho, 2016, p. 6-7).

Conforme Hannerz (1986), a cidade é como uma rede de redes que forma o modo urbano de viver e, nos bairros populares, as diversas relações, conforme já apresentadas, despontam os atores e agentes dentre todos os sujeitos que vivem nessas áreas conformadas nas periferias da cidade. É importante entender dentre todas as formas de redes de apoio, como são reconhecidas as pessoas integrantes e suas ações, conforme papéis exercidos. A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais diz respeito a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede), conforme Serpa (2005).

Em uma estrutura tão diferenciada, o indivíduo tem muitos tipos de participações, situações, isto é, papéis (roles), e as oportunidades para fazer diversas combinações destes no repertório de cada um podem ser consideráveis. Mas a cada papel correspondem uma ou mais relações com outras pessoas; e assim, as redes se reúnem com uma variabilidade que amplamente se assemelha às constelações de papéis (Hannerz, 1986, p.198).

De acordo com Antunes (2016) as redes formadas devem ser analisadas a partir da segregatividade e a integratividade que produzem, onde os sujeitos para a

autora continuamente ampliam ou restringem suas relações, podendo variar em termos de magnitude e densidade, da mesma forma que afirma Hannerz (1986):

Enquanto a segregatividade depende de manter as distâncias existentes entre as diferentes pessoas e atividades, a integratividade pode considerar, talvez com perversão, uma influência corruptora no urbanismo como modo de vida, pois cria vínculos onde não existia e torna conhecidos rostos desconhecidos” (Hannerz, 1986, p. 290).

A análise de redes deve ser passada pelas relações entre os envolvidos e suas finalidades, dessa forma busca-se caracterizar entre as redes e suas diversas relações a abrangência de cada uma e seus pontos de protagonismo frente ao bairro.

Conforme Antunes (2016) as redes de grupos familiares se constituem através de laços de relação familiar. Elas demonstram aspectos muito fortes dentro de um bairro popular, a ajuda mútua e o cuidado, formados também por relações de vizinhança. Geralmente, no bairro, existem proximidades entre gerações familiares, podendo até mesmo comumente dividir um lote entre mais de uma formação residencial, ou compartilhando a residência. As relações de família também podem ser vistas e exercidas de modo simbólico dentro do bairro, com vizinhos e amigos, partindo também do ponto de vista de amparo e auxílio, gerando um núcleo familiar ampliado.

Aos grupos familiares, conectam-se também as relações de vizinhança, sendo o vizinho observado não apenas como alguém próximo, mas, como a presença recorrente em um espaço, nesse sentido sendo tratado a vizinhança, conforme Hannerz (1986), como uma relação de reconhecimento, e também segundo o autor a relação de vizinhança se dá pelo cuidado, como de ruídos, odores, obstáculos, tratando de respeito, enfatizando-se a importância de um bom relacionamento. Para Hannerz (1986, p. 299) algumas pessoas podem se sobressair diante dos vizinhos, tornando-se referência aos demais: “pode acontecer que alguém tenha habilidades singulares ou conexões de rede que o convertam em um vizinho bastante especial para todos ou alguns que o rodeiam”.

Como parte das redes sociais espontâneas também se observa os clubes e igrejas (incluindo qualquer local de manifestação religiosa). As igrejas geralmente se espalham em diversas partes do território do bairro e dessa forma agregam muitas relações em torno de si.

O fenômeno religioso aparece em uma rede de relações e se constituem como nós dessas redes, pois agregam em torno de si sujeitos, situando ações

e atividades ritualizadas consistentes, presentes no cotidiano de seus “crentes”. Nesse cotidiano estão presentes as rotinas de ir para a igreja, atividade realizada sempre em coletivos, seja a família ou vizinhos. (Antunes, 2016, p.270).

Conforme Antunes (2016) frequentar a igreja é uma atividade cotidiana na qual os sujeitos atribuem importância crucial, pois está tem influência em diferentes sentidos da vida, onde as pessoas atribuem o bem-estar mental e até mesmo financeiro com as práticas religiosas. Ainda, de acordo com a autora, as igrejas se desenvolvem a partir da estrutura familiar, onde o pastor e sua família assumem papéis que podem ser associados às relações paternalistas.

Não sendo considerado um fato positivo, porém presente em bairros periféricos, a formação de redes de produção e comercialização de atividades ilícitas e produção do espaço informal, a partir de lotes ilegais, ocorre não só nas metrópoles, mas, também, em cidades médias. Muitos bairros que apresentam carência financeira são estigmatizados por problemáticas sociais como, por exemplo, tráfico de drogas e formações sociais que comandam parcialmente ou integralmente o bairro, através de regras e legislações próprias, vendas de lotes e imóveis não regulamentados, que fogem ao escopo de regulamentos legislativos do Estado. São redes, nessas situações, formadas por atores e agentes que fazem suas ações tanto em benefício próprio, quanto de grupos estabelecidos, muitas vezes entendendo ser a única forma do bairro se manter seguro e com alguma forma de renda para uma parcela de seus moradores. As hierarquias submetem duas formas de relação de poder, seja através de medo ou como uma visão de fato “política” instaurada no bairro, guiando seus moradores através de suas ações e regimentos próprios, refletindo no desempenho econômico de atividades e de índices de violência que se conjecturam na estrutura populacional.

Redes de sentido onde o medo aparece como um elemento do tecido que vai sendo composto nas tramas cotidianas dos moradores em relação a si mesmos e em relação ao bairro como um todo e com a cidade no conjunto. São situações de sociabilidade comuns a todos os moradores do lugar que os fazem parte de uma estrutura geral de significação e memória coletiva do lugar, como um lugar comum, mas também diferentes para cada habitante que vive a problemática de maneira específica e pessoalizada. No geral, contudo, são situações a que estão expostos que, no geral, causam vergonha e constrangimento. (Koury, 2008, p. 01).

De acordo com Naím (2006) podem ser redes simultaneamente globais e locais, articulando-se frente às necessidades, combinando-se, estabelecendo colaborações e dissolvendo-as quando acaba a necessidade.

Nos bairros populares, onde o Estado muitas vezes não consegue garantir a segurança e a presença de serviços públicos adequados, o crime organizado se estabelece como uma força dominante. Nessas áreas, facções e grupos criminosos acabam por exercer controle sobre diversos aspectos da vida cotidiana, inclusive sobre o acesso à infraestrutura, serviços, a exemplo de mobilidade urbana, e a bens essenciais. Esse contexto cria uma situação complexa para as organizações comunitárias e entidades que buscam promover o desenvolvimento local.

Nos bairros populares, onde o Estado muitas vezes não consegue garantir a segurança e a presença de serviços públicos adequados, o crime organizado se estabelece como uma força dominante. Nessas áreas, facções e grupos criminosos acabam por exercer controle sobre diversos aspectos da vida cotidiana, inclusive sobre o acesso à infraestrutura e a bens essenciais. Esse contexto cria uma situação complexa para as organizações comunitárias e entidades que buscam promover o desenvolvimento local.

Muitos desses grupos de cidadania, comprometidos em melhorar as condições de vida e promover projetos de inclusão social e sustentabilidade, enfrentam um dilema: para que suas iniciativas prosperem, é necessário negociar, direta ou indiretamente, com aqueles que, perversamente, comandam o território. Em algumas regiões, essas negociações não são apenas necessárias, mas cruciais para garantir a segurança dos voluntários, a proteção dos recursos e até a adesão da comunidade aos projetos.

Esse tipo de articulação, embora muitas vezes criticada, é uma realidade. É preciso reconhecer que o diálogo com os líderes do crime organizado pode permitir a execução de ações positivas que de outra forma seriam bloqueadas. No entanto, essas negociações são extremamente delicadas, pois colocam as entidades comunitárias em uma posição vulnerável. A linha entre a cooperação para o bem-estar comum e a convivência com atividades ilícitas é tênue.

O caminho para o desenvolvimento sustentável em bairros populares precisa considerar essa realidade, buscando maneiras de envolver a comunidade em iniciativas que ofereçam alternativas ao crime, sem deixar de lado a importância de agir com prudência e ética. O desafio maior é romper o ciclo de dependência da comunidade em relação ao controle territorial das facções, incentivando o fortalecimento de redes autônomas e a promoção de uma cidadania ativa e promotora do empoderamento. Pelas palavras de Ramos, sublinha-se:

As geografias comunitárias são também uma ferramenta para refazer a história de narrativas de vida que ajudam a construir caminhos de autoconhecimento, para fortalecer processos de autonomia, autodeterminação, defesa e gestão sócio territorial. (Ramos, 2019, p. 29; 30, tradução nossa).<sup>1</sup>

As geografias comunitárias, além de recontar histórias de vida, servem como base para ressignificar a relação dos indivíduos com o território e fortalecer identidades coletivas. Nesse processo, os atores sociais desempenham um papel fundamental ao articular e organizar essas narrativas, contribuindo para a construção de processos de autonomia e autodeterminação. Por meio da participação ativa de líderes comunitários, associações e movimentos sociais, essas geografias ganham força como instrumentos de resistência e defesa socioterritorial. Ao recuperar e dar visibilidade às trajetórias históricas de luta, esses atores sociais contribuem na promoção da gestão compartilhada do território, assegurando que o desenvolvimento comunitário esteja alinhado às necessidades e aspirações locais. Dessa forma, essas iniciativas criam espaços de pertencimento e poder, possibilitando que as comunidades controlem e moldem o seu próprio futuro. Portanto, as categorias lugar e território pautam a análise geográfica para a compreensão das redes de apoio às comunidades, sendo suas especificações essenciais no delineamento teórico da presente dissertação, como se apresenta no capítulo seguinte.

---

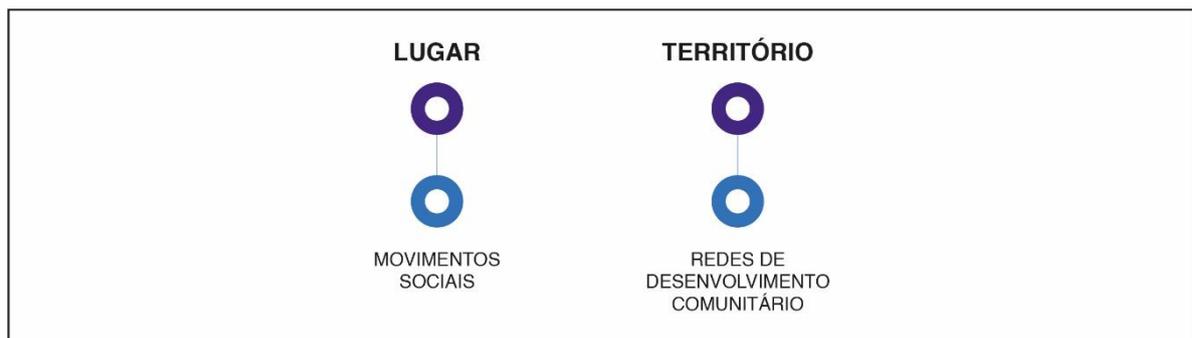
<sup>1</sup> Texto original: Las geografías comunitarias, también son una herramienta para rehistoriar las narrativas de vida que coadyuvan a construir caminos de autoreconocimiento, para fortalecer procesos autonómicos, de autodeterminación, resistencia, defensa y gestión socioterritorial (Ramos, 2019, p. 29; 30).

### 3 O LUGAR E O TERRITÓRIO: CATEGORIAS PARA ENTENDER AS RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E REDES DE APOIO COMUNITÁRIO

A Geografia como ciência humana e social possui em seu complexo arcabouço teórico e metodológico, um conjunto de categorias que expressam e delineiam sua identidade, ao discutir a ação humana como modeladora da ocupação do espaço e, portanto, da superfície terrestre. No decorrer da trajetória de constituição da Ciência Geográfica, espaço geográfico, região, território, lugar e paisagem se constituíram como as categorias analíticas dessa ciência, englobando diferentes conceitos, abordagens e formas metodológicas em virtude dos debates que perpassam pela constituição das distintas escolas do pensamento geográfico ao longo do tempo.

Nesta dissertação, as categorias lugar e território, dialogam com a abordagem da geografia humanista, prevalecem como essenciais para o campo analítico. Desse modo, o capítulo se organiza, inicialmente, na revisitação de conceituações sobre as categorias de lugar e território, não com o intuito de apresentar um debate da trajetória evolutiva desses conceitos, mas de identificar os autores com concepções que mais se aproximam do presente estudo (Figura 3).

Figura 3 - Esquema de apresentação do capítulo 3



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Assim, para a categoria lugar, visa-se trazer os conceitos como forma estruturante para a relação de reconhecimento e pertencimento da comunidade, onde os movimentos sociais se manifestam, em específico, de luta pela moradia, pela regularização fundiária e pelo direito à cidade. Para a categoria território, objetiva-se trazer conceitos que permitam reconhecer distintas estruturas de poder e de intervenções locais, a partir das redes de apoio ao Bairro São Pedro, visando subsidiar

a análise de como elas contribuem na formação e transformação do lugar e como as teias de relações se estabelecem demarcando suas ações no território.

Primeiramente, cabe destacar que Santos (1994) ao refletir sobre o conceito de lugar envolve duas perspectivas escalares analíticas: o lugar visto de fora e o lugar visto de dentro. O primeiro, considerada a perspectiva dos acontecimentos históricos, e o segundo implica na necessidade de redefinir seu sentido.

Para quem participa de uma rede de desenvolvimento comunitário, estudar o lugar é uma importante ferramenta na construção dos processos de constituição da própria espacialidade local, bem como dos aspectos identitários da comunidade onde as entidades buscam ser atuantes. Assim, se por um lado é importante o reconhecimento das condições materiais do lugar, por outro, as condições imateriais tomam centralidade. De acordo com Leite (2012), a perspectiva do lugar permite que se incorpore a subjetividade através de emoções e sentimentos, os quais são representados nos processos de construção dos significados.

Considerando-se que a realidade que se atribui ao mundo é uma realidade construída, estudar o lugar, então, constitui-se alternativa concreta de compreensão da realidade; de identificação; de reafirmação, ou não, das identidades individual e coletiva; de construção do self, e do desenvolvimento humano. (Leite, 2012, p.22).

Portanto, (re)conhecer a realidade a partir do lugar, é um processo de descoberta, que evidencia as dinâmicas mais importantes dentro da comunidade, a partir de distintas perspectivas de vida, sejam elas individuais ou coletivas.

Conhecer o lugar é uma possibilidade – sempre- de amadurecimento; de desenvolvimento do sentido de identidade, de pertencimento a algum grupo, a um dado espaço, a um território, a uma cultura, a referências simbólicas; à identificação de simpatias/antipatias, inclusão/exclusão. (Leite, 2012, p.22).

O autor também considera que o lugar é um núcleo de significados, os quais se tornam imprescindíveis para a configuração da identidade individual de cada sujeito, membro de uma determinada comunidade. Destaca que é possível afirmar que o conceito de lugar passa a ser compreendido como uma categoria da Geografia, pois transcende a própria delimitação espacial de uma porção de terra, uma vez que contemplada dimensões subjetivas das mentes, memórias e histórias de vida, articuladas por uma relação emocional entre sujeitos. Segundo o autor, essa corrente teórica “demonstrou a importância da valorização do recorte espacial lugar, enquanto

um espaço no qual as ideias, sentimentos espaciais e emoções dos sujeitos que o compartilham são considerados”. (Leite, 2012, p.47).

Com o reconhecimento sobre o lugar, sobre a realidade ao qual se está inserido, é possível trazer à luz, ou seja, dar maior destaque aos reconhecimentos de cidadania, principalmente por parte dos moradores desses espaços.

[...] reconhecer como cidadão que tem direitos e deveres ao pertencer à sociedade, e nela a diversos grupos sociais, que tem uma história construída por todos, que têm um tempo acontecido com diversos fatos importantes para si e para o conjunto da sociedade, e que vive num espaço que é construído cotidianamente a partir do trabalho dos homens que ali vivem (Callai, 2000, p.89).

A compreensão da dinâmica, na perspectiva do lugar, permite ainda identificar os processos que resultam da construção do espaço e em como ocorrem as relações entre pessoas.

[...] estudar e compreender o lugar em Geografia significa compreender o que acontece no espaço onde se vive para além de suas condições culturais e humanas (...) permite ao sujeito conhecer sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem (Callai, 2000, p.84).

Para Carlos (2007) “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar” (2007, p.17), é nesse plano para a autora, que as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados ocorrem todos os dias, enquanto são utilizados, em um espaço que é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. Carlos (2007) defende que as interações diárias entre as pessoas e o espaço reforçam a identidade e o sentimento de pertencimento, especialmente em áreas mais reconhecíveis, como bairros e comunidades locais.

Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena. (Carlos, 2007, p.17-18).

Conforme a autora, o lugar, vai ganhando significado pelo uso, conforme é apropriado, espaços vividos – não espaços infinitos e sim vinculados aos percursos realizados no cotidiano.

Os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de comunicação, mas o importante é que essas mediações

espaciais são ordenadas segundo as propriedades do tempo vivido. Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. (Carlos, 2007, p.18).

Com base em Carlos (2007), a análise de lugar pode-se partir de quatro categorias principais:

- a) Lugar de vivência, onde para a autora, “o lugar é o mundo vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos” (2007, p. 14). Nessa categoria, o lugar é analisado como o espaço onde o cotidiano das pessoas se desenrola e onde se criam os vínculos mais profundos. É um espaço familiar rotineiro, onde práticas e hábitos se consolidam e onde metodologicamente, o lugar é observado a partir de rotinas diárias;
- b) Lugar de encontro, aquele em que ocorre a socialização e a troca, onde os sujeitos se encontram e se relacionam com outros, criando uma rede de convivência, como praças, mercados ou centros comunitários;
- c) Lugar de resistência, que representa os espaços onde os sujeitos defendem seu direito ao território e se posicionam contra processos de exclusão e transformação impostos por agentes externos e;
- d) Lugar de identidade, que é caracterizado pela carga simbólica que carrega, marcado pela história, memória e cultura local, sendo esses espaços que contribuem para a formação da identidade coletiva.

Ao analisar o lugar através de Carlos (2007), o lugar revela-se como um fenômeno complexo, que ultrapassa a simples delimitação geográfica e se constrói na interação entre o indivíduo, a comunidade e o território.

Nesse sentido, ao buscar verificar as redes de apoio ao desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro, em Chapecó/SC, torna-se essencial reconhecer como elas contribuem na formação e transformação do lugar e como as teias de relações se estabelecem demarcando, no território, suas distintas estruturas de poder e de intervenções locais.

Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; o qual é imutável em seus limites e apresenta mudanças ao longo da história, o território para o autor, antecede o espaço. O território é um conceito que em sua elaboração teórico-metodológica representa um dado fixo, o qual delimita uma área. Para Santos (1978) o território não se define apenas pela extensão física ou pelos limites geopolíticos,

mas pela soma de espaços concretos e de relações sociais, mediadas por técnicas e poderes. O território, na visão de Santos, é o palco onde se desenrolam as ações humanas, articulado tanto pelos aspectos naturais quanto pelos sistemas técnicos e pelas estruturas de poder que permeiam a sociedade.

De acordo com Saquet e Silva (2008), o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder, que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo.

Nessa medida, estudar os territórios é essencial para compreender como a sociedade se organiza e se desenvolve dentro de um espaço específico. Esse tipo de análise permite observar como as desigualdades econômicas e sociais refletem e se reproduzem nos territórios, revelando as conexões entre o global e o local. A abordagem do território também é fundamental para entender a formação de redes sociais, políticas e econômicas que moldam a vida cotidiana das pessoas e transformam o próprio espaço.

Ao estudar o território com esse olhar crítico, é possível identificar as transformações trazidas pela globalização e pela urbanização, assim como o impacto das novas tecnologias e das políticas públicas. Isso pode ajudar a criar estratégias mais inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento, principalmente em áreas vulneráveis, favorecendo uma melhor compreensão das dinâmicas locais e das alternativas para promover a equidade social.

É preciso um olhar de dentro de territórios comunitários para poder reconhecer as dinâmicas de transformação social e espacial dessas territorialidades. Conforme Ramos (2019), esses processos de transformação são bidirecionais e cíclicos. Ao olhar para esses territórios é possível ter um reconhecimento espacial-territorial, que gera maior capacidade política, autonomia e qualidade de gestão, possibilitando com que seus moradores possam construir conhecimento e controle do território, gerando decisões consensuais e legitimadas.

[...] as geografias comunitárias se fundamentam no exercício das multiterritorialidades, nas relações de interdependência e integralidade, desarticulação e integração social, com formas de organização próprias e com uma permanente construção-negociação das diferenças entre nós, em reciprocidade com os demais presentes nos territórios. (Ramos, 2019, p.31, tradução nossa).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Texto original: [...] las Geo-grafías comunitárias se fundamentan en el ejercicio de las multiterritorialidades, en las relaciones de interdependencia e integralidad, dearticulación e interacción social, con las formas organizativas propias y en la permanente construcción-negociación de las

Os processos coletivos permitem diversas construções, Ramos (2019) as explica como construções de conhecimentos, narrativas e de representações territoriais, as quais contribuem a compreensão integrada entre dimensões, escalas e aos componentes geográficos que envolvem, território, lugares, paisagens, entre outros.

Como efeito, as geografias comunitárias propõe-se construir pontes e ligações, como estratégia de descolonização que visibiliza e reconhece as multiterritorialidades locais e práticas específicas que reafirmam a cultura e a reivindicação de direitos dos povos e comunidades. Assim como de atores sociais emergentes, particularmente nos contextos de subordinação, espoliação e despejo dos territórios. Isso é uma luta constante por direito a existência e a memória, a vida, a diferença, a resistência e elaboração de alternativas a uma visão de desenvolvimento hegemônico, fortalecendo assim, os tecidos, bordados e os quadros comunitários com valores de reconhecimento às pessoas, respeito, reciprocidade, compromisso, trabalho bem comum, coesão e tolerância, como marco de formas políticas mais horizontais e democráticas, contribuindo a justiça epistêmica e democratização dos territórios. (Ramos, 2019, p 36-37, apud Escobar, 2000, tradução nossa).<sup>3</sup>

Por entender ser importante a ideia da proposta de construir pontes e ligações como estratégia decolonial, especialmente nos espaços de periferias empobrecidas e carentes de infraestruturas, serviços e condições de moradia, nesta dissertação, busca-se compreender a territorialidade local do bairro São Pedro e, mais especificamente, o papel dos agentes e atores sociais atuantes nessa comunidade, suas práticas, formas e redes de interações.

Apesar de as grandes metrópoles apresentarem ambientes abstratos, plurais e 'desterritorializados', redes interativas se estabelecem de forma reticular a partir de grupos de amizades eletivas, de tribos, de relações de vizinhança em nichos microcósmicos, tornando o espaço urbano reterritorializado. (Maia, 2001, p. 10).

Visa-se ainda reconhecer os processos e movimentos da sociedade civil organizada e as formas de apoio dadas pelas redes comunitárias e seus movimentos

---

diferencias entre un nosotros em reciprocidad com los otros presentes en los territorios. (Ramos, 2019, p.31)

<sup>3</sup> Texto original: En efecto, desde las Geo-grafías Comunitarias se proponen construir puentes y enlaces, como estrategia decolonizadora que visibiliza y reconoce las multiterritorialidades locales y prácticas reafirmativas específicas, de la cultura y la reivindicación de los derechos de pueblos y comunidades. Así como de actores sociales emergentes, particularmente en contextos de subordinación, expoliación y despojo de los territorios. Esto es, una lucha constante por el derecho a la existencia, a la memoria, a la vida, a la diferencia, a la resistencia y elaboración de alternativas a una visión de desarrollo hegemónico, fortaleciendo así los tejidos, bordados y entramados comunitarios con valores de reconocimiento a las personas, respeto, reciprocidad, compromiso, trabajo, de bien común, de cohesión y tolerancia, en el marco de formas políticas más horizontales y democráticas, contribuyendo a la justicia epistémica y democratización de los territorios. (Ramos, 2019, p 36-37, apud Escobar, 2000)

na produção do espaço. Tais movimentos podem ser compreendidos a partir das expressões geografadas no território e no lugar, que conformam essas comunidades e seus campos de luta pelos direitos sociais, a exemplo da luta pela moradia e o direito à cidade, especialmente pelos serviços públicos essenciais.

### 3.1 O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTA PELA MORADIA, PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO À CIDADE

Habitar e pertencer a um lugar transcende a simples ocupação de um espaço físico; é uma conexão profunda que se estabelece entre o indivíduo e o ambiente que o cerca. Sentir-se pertencente a uma cidade vai além de reconhecer suas ruas, praças e edifícios; trata-se de uma relação intrínseca de segurança, liberdade e identidade.

Pertencer a uma cidade é sentir-se protegido, como se o ambiente ao redor oferecesse um abrigo não apenas físico, mas também emocional. Essa sensação de proteção está enraizada na confiança de que os direitos são respeitados, de que há uma liberdade fluida para ir e vir, sem medo, sem barreiras invisíveis que discriminam e excluem.

O habitar humano pressupõe, então, não apenas trocas físicas com o mundo, mas também trocas menos palpáveis, que transitam pelo mundo da mente, das emoções, da memória, da imaginação, em conexão necessária com o corpo, um mundo que pode estar aquém ou além da nossa consciência ordinária, um mundo de tonalidades, de nuances, de territórios nunca completamente explorados, e que eventualmente se mostram muito maiores e mais intensos do que se poderia supor. Particularmente, esse é um mundo em permanente migração, em constante movimento, expansão, aprofundamento, e que não conhece estabilidade. (Pessoa, 2024, p. 62).

Conectar-se a um espaço significa poder usufruir de seus equipamentos públicos de forma plena, sentir que esses recursos estão disponíveis igualmente para todos, sem julgamentos. É frequentar uma praça, utilizar um transporte público, visitar uma biblioteca, e saber que esses são direitos que pertencem a todos os cidadãos de forma inquestionável.

Habitar um lugar é ser parte integrante de sua comunidade, onde cada indivíduo tem direitos iguais e é reconhecido por suas particularidades, sem sofrer preconceitos. É sentir que sua presença contribui para o mosaico social da cidade, onde cada pessoa é uma peça essencial, com voz e espaços garantidos.

Esse sentimento de pertencimento é essencial para o bem-estar de qualquer indivíduo, pois é nele que se funda a noção de lar. Não apenas um lar físico, mas um

lar no sentido mais amplo, onde se é acolhido, valorizado e pode florescer em igualdade.

No sentido de busca por pertencimento, luta por moradia, por direito a cidade, se destacam as ações populares, como uma importante ferramenta para a defesa de direitos e a promoção da justiça social, partindo de movimentos ou iniciativas organizadas por comunidades ou grupos sociais para reivindicar direitos fundamentais e melhorar as condições de vida das pessoas, estando intimamente ligadas ao direito de moradia, à luta pela existência, ao acesso à cidade e à cidadania e como elas se vinculam e se fortalecem mediante as constituições federais e locais.

O direito à moradia e aos serviços essenciais é um dos pilares fundamentais dos movimentos de luta e ações populares. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 6º que a moradia é um direito social fundamental e, portanto, um dos direitos básicos.

De acordo com Harvey (2008), vivemos em um mundo onde a propriedade privada com finalidade de negócio, onde a taxa de lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direito, tem sido mais recorrente do que a finalidade de moradia. Nessa mesma direção Arantes destaca:

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja [...] uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital [...] há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram, elas mesmas, a ser geridas e consumidas como mercadorias (Arantes, 2000, p.26).

No contraponto à cidade e à moradia como negócio, as ações populares no contexto do direito à moradia geralmente envolvem a luta por habitações e espaços dignos e acessíveis, enfrentando problemas como despejos forçados, ocupações de terrenos, regularização fundiária e falta de infraestrutura e serviços básicos em comunidades. Esses movimentos são impulsionados por uma necessidade urgente de garantir que todos tenham um lugar seguro para viver, especialmente grupos mais vulneráveis. Muitas vezes, ações que envolvem movimentos de luta pela moradia se constituem em processos de ocupação, erroneamente considerados como processos de invasão por muitas vezes. Ribeiro (2001) esclarece:

A invasão traz consigo a ideia de tomar para si o que é do outro, o que, conseqüentemente, causa reações violentas. [...] A ocupação, por sua vez, apresenta-se como forma de pressionar os poderes governamentais, através

de uma ação política organizada, para a resolução de um problema social - no caso - latifúndio improdutivo e suas consequências (fome, miséria e desigualdade social). (Ribeiro, 2001, p.56).

Portanto, é possível afirmar que o vasto número de famílias sem moradia e sem-terra reflete a urgência de que imóveis e terras improdutivos, abandonados e sem uso, sejam destinados a ocupações que cumpram uma função social. Isso envolve o reconhecimento do direito de ocupar como um direito público, e não privado. As ocupações desempenham um papel crucial ao forçar uma análise por parte dos governos e de suas entidades responsáveis, a fim de garantir o cumprimento de outro direito fundamental: o direito social à moradia.

Assim, quando existem ocupações de terra e de moradia, esse movimento manifesta o abandono do Estado e de suas instituições aliadas, frente a o cumprimento da Constituição Federal Brasileira de 1988, que é de garantir o combate do avanço das desigualdades que se expressam na luta dos territórios. Luta identificada a partir dos movimentos sociais organizados, como é o caso do MST e do MTST, como tantas outras articulações coletivas populares, que reivindicam o direito de ocupar. E o que a torna também recorrente na luta pelo direito de ocupar é que ela escancara as dimensões de raça, gênero e classe que estão postas sobre os corpos teimosos. (Duarte e Meireles, 2024, p.116).

As ocupações auxiliam em um processo de reinventar uma cidade, através de um movimento coletivo e popular, viabilizando processos participativos. As ações populares, amparadas além da luta por moradia, também são de importante valia para questões que tratam ao acesso a cidade, onde engloba usufruto do espaço urbano.

As ações populares que tratam desse tema buscam garantir que as cidades sejam inclusivas, seguras e acessíveis a todos. Isso pode envolver a luta por transporte público acessível, criação de espaços verdes, acesso a serviços públicos essenciais, segurança comunitária e combate à gentrificação. Essas ações também procuram assegurar que todos os habitantes da cidade tenham oportunidades iguais para trabalhar, estudar e viver de forma digna.

[...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (Harvey, 2014, p.28).

Ainda conforme Harvey (2012), a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, que é influenciada por aspectos

relacionados a consumo, turismo, conhecimento e cultura, os quais impactam fortemente nas políticas urbanas. Com esses nichos de mercado, a experiência urbana permite uma ampla possibilidade de escolhas, porém priorizando com que se tenha dinheiro para seu acesso ilimitado.

No desenvolvimento mundial, surge uma tendência de cidade, a ser dividida em “microestados” como intitula Harvey (2012), partindo do pressuposto de espaços providos de diversos serviços e equipamentos urbanos e tendo também como contraponto áreas com acessos limitados.

Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escola exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno; área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água é disponível apenas em fontes públicas, sem sistema de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma. (Harvey, 2008, p. 81).

Esses fragmentos urbanos, na experiência de cidade, muitas vezes parecem funcionar de forma autônoma, onde os ricos procuram ignorar as necessidades de classes sociais de baixa renda e de acessos limitados à cidade, as quais estão diariamente na luta pela sobrevivência, conforme Balbo (1993).

A cidade como um corpo político coletivo parece cada vez mais implausível dentro da visão contemporânea, porém os movimentos sociais urbanos procuram superar a força da identidade de isolamento e buscam na força coletiva remodelar a cidade através de uma visão diferente em relação aos empreendedores, construtoras, forças financeiras e políticas que atuam nas decisões espaciais da cidade.

Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais. (Harvey, 2008, p. 88).

O fortalecimento das ações populares ocorre quando as constituições federais e locais reconhecem e protegem direitos fundamentais, criando mecanismos legais para sua defesa. Como já mencionado, a Constituição Federal do Brasil, por exemplo, estabelece uma série de direitos sociais, como moradia, saúde, educação e trabalho, além de garantir direitos políticos e civis. Isso dá aos movimentos populares uma base

sólida para suas reivindicações. Constituições locais, como as leis orgânicas dos municípios e dos estados, também desempenham um papel crucial ao adaptarem as diretrizes nacionais para o contexto regional. Elas podem oferecer meios legais para as comunidades reivindicarem seus direitos e criarem espaços para a participação cidadã. Isso inclui conselhos municipais, audiências públicas e outros mecanismos que permitem a participação direta da sociedade civil.

As ações populares são uma expressão do poder coletivo das comunidades para promover mudanças sociais significativas. Quando essas ações são alinhadas com os direitos previstos nas constituições federais e locais, elas ganham força e legitimidade, tornando-se força das ações populares reside na capacidade das comunidades de se unirem em torno de uma causa comum, articulando esforços para alcançar objetivos específicos que impactem diretamente suas vidas. Além de serem movidas por questões imediatas e locais, essas ações muitas vezes se conectam com movimentos mais amplos, ampliando sua influência e alcance.

Lutar por cidades mais justas e equilibradas, que componham a vida de maneira saudável, é uma ação política que necessita do trabalho coletivo para chegar a soluções e ações de maneira democrática. Não é mais possível administrar o caos social sem observar o seu papel ativo na construção do caos urbano, sem entender que essas duas partes são indissociáveis (Berth, 2023, p.14-15).

Um dos fatores-chave para a concretização das ações populares é a mobilização e a participação comunitária. Isso envolve a capacidade de reunir pessoas para eventos, protestos e reuniões, além de criar uma rede de apoio entre diferentes grupos e organizações. A participação ativa da comunidade é vital para garantir que as ações reflitam as necessidades e os desejos das pessoas afetadas, bem como para dar legitimidade e força ao movimento.

A inclusão social e a interseccionalidade são elementos cruciais das ações populares modernas. Isso significa reconhecer e abordar as diferentes dimensões de opressão e discriminação que podem afetar uma comunidade. Movimentos eficazes procuram envolver pessoas de diversas origens e identidades, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e representadas.

### 3.2 TERRITÓRIOS DA AÇÃO: AS REDES DE APOIO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Ao abordar os territórios da ação, não se está abordando o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, enquanto conceito único dos espaços de poder dentro de uma porção instituída, mas o território enquanto expressão e produto das interações nele ocorridos, que os agentes e atores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, presença de atores e agentes de transformação, interações; é, portanto, elemento fundamental da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas (Reis, 2015).

O território, de acordo com Fischer (2012), é considerado como o espaço em que ocorrem a origem e o destino das ações, portanto, relacional. De acordo com a autora, o processo de desenvolvimento territorial é mobilizado por entidades e instituições que trabalham em conjunto ou por interorganizações, as quais são constituídas por organizações diferenciadas e que são conectadas através de propósitos em comum.

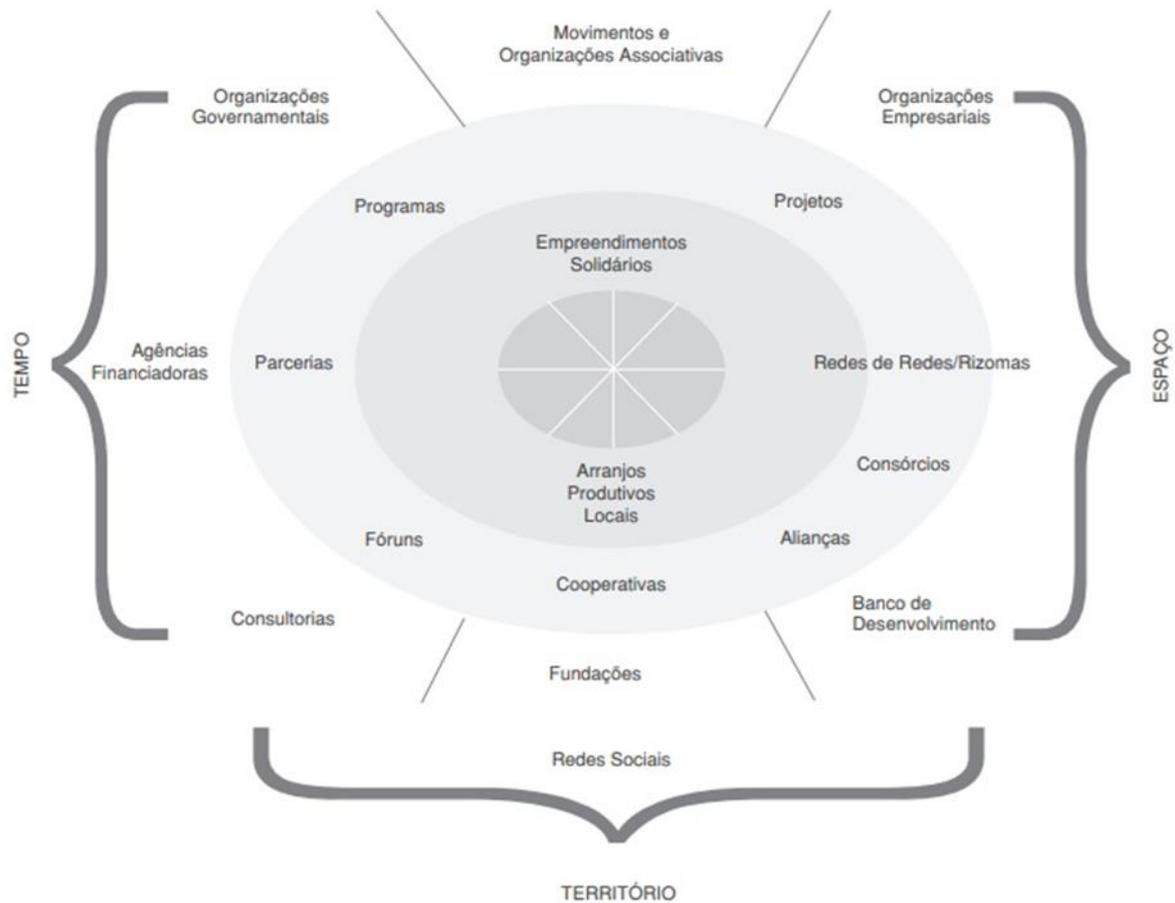
Interorganizações são espaços multiformes e plurais onde ocorre a gestão da sociedade contemporânea que ultrapassa os limites de uma organização e se exercem em escalas de complexidade crescente com conexões e interdependências. (Fischer, 2012, p. 114).

Conforme a autora, a construção social e o desenvolvimento local são realizados por essas interorganizações, que refletem interesses plurais dessas instituições que operam no espaço público.

As ações populares, muitas vezes organizadas em movimentos sociais, podem ser fortalecidas por meio de alianças estratégicas com outras organizações, como ONGs, associações de moradores, de recicladores e sindicatos. Essas alianças ajudam a compartilhar recursos, informações e estratégias, além de criar uma base mais ampla de apoio para as ações. Redes de apoio também são importantes para proteger os participantes de represálias das suas manifestações, realocações ou ainda, de despejos e garantir a continuidade do movimento, com projetos e ações continuadas nas comunidades.

Fischer (2012) elenca e exemplifica através de um organograma (Figura 4), o tempo, o território e o espaço, através dos níveis de organizações.

Figura 4 - Níveis de Organização das ações populares no território



Fonte: Fischer (2012, p.114). Adaptado pelo Autor (2024).

Com base na figura 4, a autora compõe as organizações de primeiro nível, como as organizações associativas, de governo e empresas, assim como também inclui os agentes financiadores, consultorias, bancos de desenvolvimento e outras organizações, as quais desenvolvem ações estratégicas sobre o território.

Já em segundo nível, sob análise da autora, tem-se as redes, com programas e projetos em conjunto, parcerias e cooperativas.

Organizações associativas podem articular redes temáticas entre si, focalizando temas específicos como saúde, infância, gênero, etc. Podem também articular redes na forma de parcerias e alianças no desenvolvimento de programas e projetos, que contam com ONGs como nós de tramas socioprodutivas. (Fischer, 2012, p. 116).

Para a autora, no nível redes de redes, se exercem os maiores graus de complexidade e podem ser representados por fóruns e consórcios, também associados a recortes territoriais na forma de arranjos socioprodutivos, até mesmo em espaços virtuais.

Assim, os destinatários das dinâmicas da gestão social são múltiplos, bem como as origens quando atuam em convergência para desenvolver territórios. Essa ação em convergência é integrativa e aponta, como um sentido obrigatório, ao desenvolvimento. (Fischer, 2012, p. 116).

Apesar da força e resiliência das ações populares, elas enfrentam desafios significativos. Isso inclui resistência de autoridades, de setores hegemônicos da sociedade ou de relações de vizinhança que se opõem às mudanças propostas, além de barreiras legais ou institucionais. No entanto, esses desafios também criam oportunidades para inovar e desenvolver novas estratégias de mobilização e engajamento.

No território, concebido como um espaço vivido, relacional e político, são manifestados múltiplos poderes, pela práxis de atores, que dado o contexto, são político-territoriais, como afirma Scorsatto (2022). Nesse sentido, os diversos atores, manifestam suas escalas de relações, de poder e atuação. Para o autor, a multidimensionalidade do poder é conceitualizada na perspectiva de que diferentes atores são produtores do espaço, na medida em podem construir e/ou destruir o território, identificando dessa forma ações que são capazes de expressar novos usos políticos aos territórios, onde Becker também afirma “O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando portando a prática social” (1983, p.8). Dessa forma, as relações assimétricas de poder, conflitos e disputas, conforme Scorsatto (2022), podem ser denominadas como territorialidade.

Essas relações são compostas por atores, ao que se complementa as escalas expressadas por Fisher (2012), são os sujeitos da territorialidade, onde os atores são inúmeros e agem colaborativamente, destacando-se dentro do campo relacional do poder, como atores político-territoriais, instituições, organizações e movimentos sociais, onde conforme Scorsatto (2022) auxiliam na apreensão das interpretações sobre as mudanças que ocorrem na sociedade, bem como estruturam transformações políticas, sociais ou econômicas. As ações sociais exercidas através de ações populares, envolvem em si um fazer e um pensar que motivam ou dão fundamento á ação conforme Gohn (2014).

Nesse contexto, o presente capítulo revela que as ações populares refletem a capacidade das comunidades de lutar por um futuro mais justo e inclusivo. Ao se ancorarem nos princípios e valores das constituições federais e regulamentações

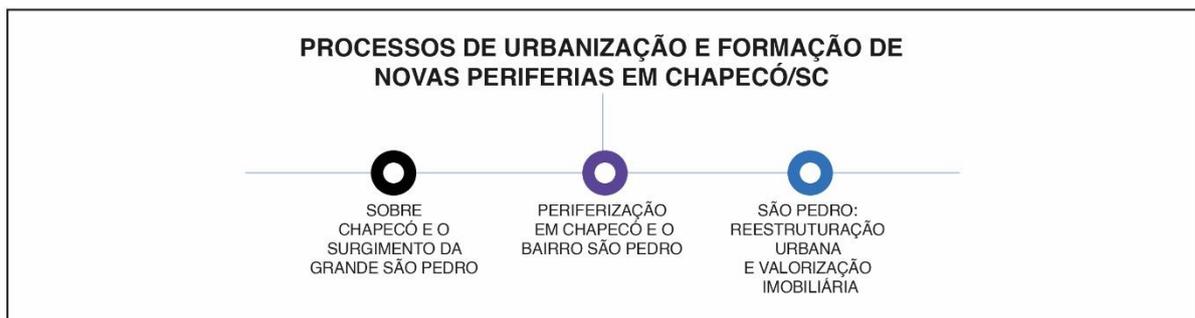
locais, essas ações têm o potencial de promover mudanças duradouras e de alto impacto na localidade e no cotidiano de seus moradores, portanto, na sociedade.

O capítulo que segue visa apresentar brevemente a cidade de Chapecó e o Bairro São Pedro, contextualizando geograficamente seu processo de constituição e situação atual, assim como a identificação das redes de apoio do bairro, seus papéis e importância para o fortalecimento das lutas pela qualificação do bairro.

## 4 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NOVAS PERIFERIAS EM CHAPECÓ/SC

Neste capítulo é abordado, inicialmente, o desenvolvimento histórico e geográfico da cidade de Chapecó/SC, sendo exploradas as transformações significativas que moldaram a identidade urbana da cidade e, conseqüentemente, a constituição do bairro São Pedro (Figura 5). Tal constituição se deu, entre diversos fatores, por meio de políticas urbanísticas implementadas ao longo de várias décadas, promovendo a remoção de moradores de baixa renda para o bairro, numa região considerada periférica. Posteriormente, é analisado como o bairro foi se integrando ao tecido urbano e social da cidade de Chapecó, diante os avanços capitalistas e processos de revitalização e gentrificação de determinadas áreas da cidade.

Figura 5 - Esquema de apresentação do capítulo 4



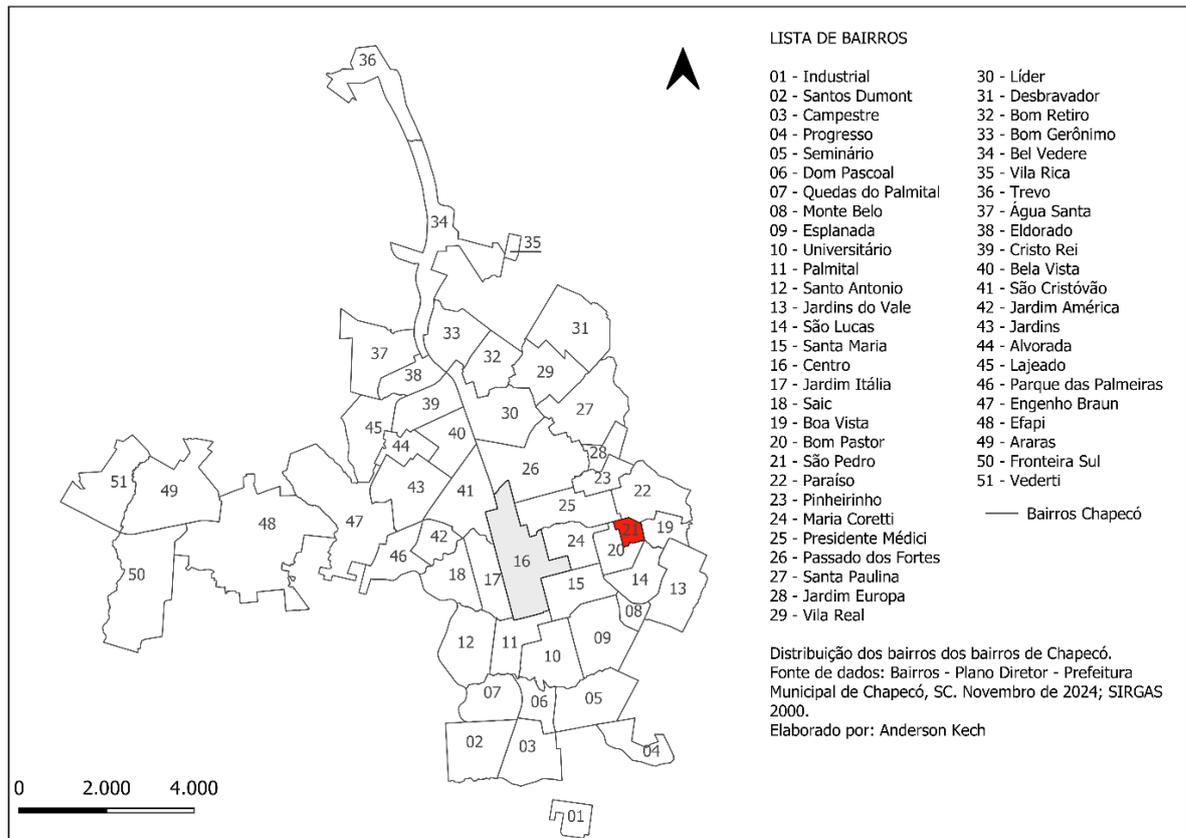
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Na segunda parte do capítulo, se apresentam dados socioeconômicos e espaciais do Bairro São Pedro, visando caracterizar e fundamentar socioespacialmente o campo analítico de atuação das redes de apoio e cooperação operantes no bairro, bem como, apresentar a periferação de Chapecó e a formação da grande São Pedro. Por sua vez, a terceira parte identifica e descreve as instituições, entidades, associações que atuam e intervêm no Bairro São Pedro, apresentando, ainda, sua distribuição espacial no Bairro e na cidade de Chapecó. Essa descrição visa fomentar a análise das redes de apoio e cooperação para o desenvolvimento social no bairro São Pedro, que serão melhor exploradas aprofundadas no capítulo seguinte.

#### 4.1 SOBRE CHAPECÓ E O SURGIMENTO DA GRANDE SÃO PEDRO

O município de Chapecó situa-se geograficamente no Oeste do estado de Santa Catarina, Brasil, (Figura 6) sendo considerado popularmente como a capital do Oeste do estado, cercado por uma grande porção de cidades menores.

Figura 6 - Localização do bairro São Pedro em Chapecó/SC



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Chapecó, atualmente, é considerada uma cidade média com grande desenvolvimento, amplo crescimento horizontal e com uma complexa relação dialética entre capitalismo e espaço, onde de acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) (2023) é uma das cidades de maior custo de vida no estado e ocupando a quarta posição como cidade de maior movimentação econômica do estado. Conforme Alba (2002), o município ainda exerce uma polarização de atividades e serviços que não são encontrados em demais cidades da região, atraindo desse modo investimentos e também um grande contingente populacional, em busca por trabalho, educação, lazer, saúde e outros elementos. Chapecó também possui uma intrínseca relação entre campo e cidade, balizada pela dinâmica do agronegócio

A cidade é sede da Região Metropolitana de Chapecó, exercendo significativa influência não apenas no Oeste de Santa Catarina, mas também no Noroeste Gaúcho e Sudoeste do Paraná. Sendo também, a atividade agroindustrial em Chapecó, um fator de dinâmica da economia local, contribuindo para atrair para a cidade um grande contingente populacional oriundo principalmente de municípios vizinhos da região Oeste de Santa Catarina e também dos estados vizinhos (Rio Grande do Sul e Paraná), assim como vem recebendo uma parcela significativa de imigrantes oriundos principalmente dos países como Venezuela e Haiti.

Chapecó apresenta um território municipal de 624,846 km<sup>2</sup>, com estimativa de população conforme censo de 2022, de 254.781 habitantes (IBGE, 2023).

Para contextualizar o ponto focal desse trabalho, o bairro São Pedro, será necessário trazer uma abordagem histórica breve da cidade, quanto sua formação e como seus processos urbanos e políticos criaram o bairro da forma como se apresenta hoje e sua significativa importância quanto contexto urbano-social, partindo de que o período histórico em correlação com o espaço geográfico desempenhou papel crucial no delineamento do modelo de urbanização da cidade, além de exercer influência determinante no perfil demográfico que deu início ao processo de desenvolvimento físico-territorial desta região.

O espaço é observado por Santos (1992) como um subproduto do tempo, onde traz que a formação de um espaço supõe o acúmulo de ações localizadas em diferentes momentos históricos. Assim como Massey (2009) também implica tempo e espaço um no outro. Dentro desses conceitos de tempo e espaço, é de fundamental importância para compreender os processos de estruturação urbana de Chapecó o apanhado histórico dentre suas contradições, as quais são intrínsecas as relações socioespaciais contemporâneas, em uma formação também contraditória entre relações de poder, pertencimento e espacialidade.

Diante da necessidade de se conhecer o passado para compreender o presente, pensar o futuro, o processo de construção dos lugares e as mudanças e permanências territoriais, Santos (2009) é enfático ao destacar a importância da periodização histórica no estudo do espaço geográfico. A relação espaço-tempo deve ser abordada de maneira dialética, conforme o tempo histórico e das coexistências, considerando, o movimento, as mudanças e permanências que “conjugam o processo histórico” (Saquet, 2005, p. 35)

Para contextualização da cidade, se parte do centro da mesma, onde são encontrados marcos simbólicos, como a Igreja matriz, a praça central e a icônica

escultura/monumento do Desbravador. No centro geográfico de Chapecó, considerado o “coração” da cidade, se ergue um monumento concebido pelo artista Paulo de Siqueira, O Desbravador (Figura 7) feito com nove toneladas de sucata de aço e imponentes 14 metros de altura, é uma das simbologias mais fortes da cidade, sendo um marco entregue como presente a todos os chapecoenses em agosto de 1981, na ocasião do 64º aniversário de emancipação político-administrativa de Chapecó, como uma homenagem aos primeiros colonizadores da cidade, segurando em sua mão direita um machado, símbolo do trabalho e em sua mão esquerda um louro, como simbologia de vitória e conquista. Esse monumento reflete uma história sistematicamente apagada, porém importantemente reflete a cidade como se é conhecida hoje, e em especial a visão dos bairros populares, a exemplo do bairro São Pedro.

Figura 7 - Monumento O Desbravador - Paulo de Siqueira



Fonte: Do autor (2024).

O território onde se encontra Chapecó era dispersamente povoado pelos povos originários, consistindo majoritariamente pelas tribos dos povos Kaingang, que, segundo Back (apud Santos, 1973, p. 28), teriam chegado por volta de 5.500 a.C. atravessando o Rio Uruguai e esporadicamente pelos Guarani assim como também composto por caboclos, sendo essas populações alvos posteriores das políticas de limpeza urbana, processos de periferização em Chapecó e formações futuras de bairros populares e regiões irregulares.

[...] tem-se a negação simbólica no que se refere qualquer vestígio desta comunidade no assentamento urbano e no modo de vida da comunidade, bem como a supra valorização da migração alemã, italiana e polonesa que aqui foram incentivadas a residir e constituir relações. (Vilella, 2014, p.162).

Nessa forma de ocupação, o Oeste Catarinense, incluindo o atual município de Chapecó, era encontrado segundo Vilella (2014) em sua forma natural, com paisagens destacadas por matas de araucária e sem vestígios de traçados ou demarcação organizacional em forma de lotes ou até mesmo desenhos de ruas.

A atual região Oeste de Santa Catarina, foi em paralelo uma região de disputas entre Brasil e Argentina (Questão das Missiones ou Questão de palmas) e posteriormente a sua legitimação ao Brasil, contestada entre os estados do Paraná e Santa Catarina como forma de ampliação territorial e econômica, sendo ao final dos conflitos absorvida ao estado de Santa Catarina, colocando como necessidade nesse momento a formação desse território através de sua ocupação, fazendo assim através da Lei 1.147, de 25 de agosto de 1917, serem criados quatro municípios na região, incluindo entre eles o de Chapecó.

A colonização dos municípios no Oeste do estado até os anos 40, esteve mais por conta das empresas colonizadoras, com abertura de estradas, organização dos povoados e vilas e demais necessidades. A empresa colonizadora responsável pela região de Chapecó foi a Bertaso e Maia, atuando na região desde 1918 em seu parcelamento, com a atração de imigrantes de origem alemã, italiana e polonesa para moradia na região.

Fase de colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo. (Poli, 1995, p.73).

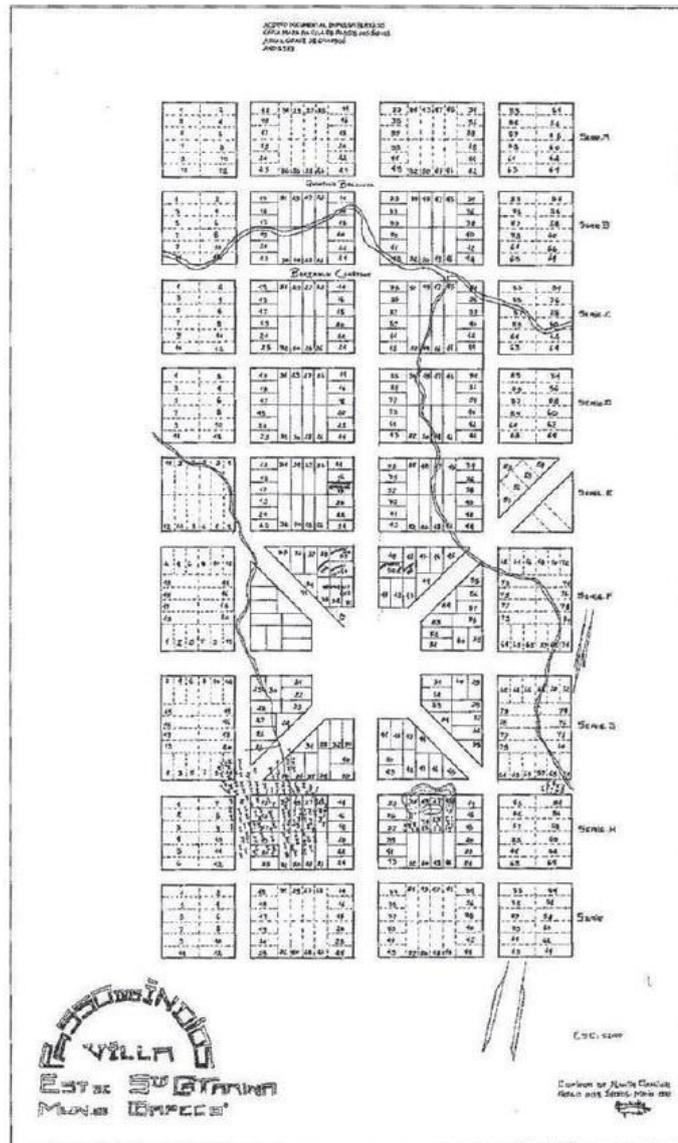
A colonização foi se estruturando através de pequenas propriedades, e novos moradores com o sonho de enriquecer (Alba, 1998). Os processos de colonização foram repelindo caboclos e indígenas do centro da grande Chapecó em desenvolvimento, conformando fisicamente seu assentamento urbano.

Os caboclos, assim como os indígenas, formavam os primeiros grupos sociais excluídos, tendo em paralelo a chegada de colonizadores gaúchos de descendência italiana e alemã, que se estabeleciam como a elite local. Aprofundando dessa forma a desigualdade socioeconômica que se estabelecia na cidade em formação e tendo em paralelo o Estado exercendo significativa influência no mercado de terras da região, através do apoio a empresas colonizadoras e da imposição de dificuldades burocráticas para o registro da terra, as quais os caboclos, em sua maioria, devido à sua condição de pobreza e falta de estudo, não conseguiam lidar. Os povos indígenas da região, em sua maioria da etnia Kaingang, “não eram reconhecidos como habitantes, e sim como intrusos, como bárbaros, logo, deviam ser combatidos” (Goulart, 2003, p. 44).

Um dos primeiros mapas da cidade de 1930 (Figura 8) seguindo padrões europeus em seu desenho, através de uma malha xadrez, partindo do conjunto central que contém: praça, igreja e prefeitura, com traçado extremamente organizacional, de vias retas e alinhadas, com cruzamento em ângulos ortogonais (Villella, 2014). É possível, ainda, perceber uma formação de ruas em sentido angular que partem da praça e igreja central, levando essas ruas radiais até as residências dos coronéis e desbravadores de importância, devido a crença popular de boa sorte a quem morava a frente da igreja ou na rua que se direcionava até ela.

A população era de pouco mais de oitocentos habitantes neste momento, mas o desenho do núcleo já demonstrava a postura e a intenção de crescimento e expansão da consolidação ocupacional do território, que se entende estar vinculado à perspectiva de um processo maior de desenvolvimento: o econômico e produtivo. Este, por sua vez, traça definitivamente a postura de negação a todo processo histórico da região, assumindo o futuro como identidade almejada. (Villella, 2014, p.168).

Figura 8 - Mapa de Chapecó, SC (1933)



Fonte: HERMES, 2003 - Colonizadora Bertaso/Acervo CEOM

Na década de 1950, a população que em 1940 era de 44.237 habitantes, passou para 96.624 habitantes, com significativas mudanças econômicas acompanhando o crescimento populacional, embora continuando a ser a indústria madeireira o setor mais forte, foram surgindo outros ramos de produção, entre elas a Indústria e Comércio Chapecó – SAIC, que teve sua instalação na cidade em 1952, marcando a implantação da industrialização moderna e a “semente” da agroindústria no município (Alba, 1998). Em 1956, foi inaugurado o frigorífico Indústria e Comercio Marafon Ltda. (INCOMASA), tendo a partir disso novas instituições para fomentar esse processo.

Na década de 1960, (Figura 9) Chapecó recebe mais dois loteamentos, que atualmente são bairros de bons padrões de moradia e valor valorizado do solo, os loteamentos Jardim Itália e Santa Maria, fazendo com que a cidade já tivesse nesse momento a totalidade de 10 loteamentos, o que já apontava seu fortalecimento no processo de expansão, com o principal fator da retomada econômica através da indústria conforme Villella, (2014). Esse período também marca significativamente as migrações rural/urbana devido a horizontalidade da cidade de Chapecó e aproximação do urbano até o rural.

Figura 9 - Núcleo urbano de Chapecó - adensamento na década de 1960



Fonte: HERMES, 2003 - adaptado da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Na simbólica jornada do desbravador (colonizadores) do Oeste catarinense e em especial de Chapecó, ocorreram vários processos de relocação de grupos de pessoas não associadas ao desenvolvimento, como exemplifica Renk (1997),

moradores autóctones, indígenas e caboclos, foram expropriados de suas terras e que desde o seu princípio foram se adaptando a ocupar as margens da cidade.

Conforme Gomes (1998) essas áreas segregadas na cidade, ocorreram com a vinda de diversas famílias de caboclos, chamados na época de “intrusos” e que acabaram ocupando e se estabelecendo em áreas precárias. De acordo com Sposito (2016) muitas outras famílias de poucos recursos, também foram removidas da área central da cidade e realocadas no bairro São Pedro. Conforme Gomes (1998) o local passou a ser um depósito de “massa sobrança”<sup>4</sup> a partir de 1965, onde de acordo com o mesmo autor (1998, p.26) “ [...] famílias, que foram morar em ranchinhos de tabuinhas, palhas de babaçu, sapê, latas de azeite, querosene, papelão e algumas poucas lonas à beira do rio. Apenas duas ou três casas tinham telhas.”

Gomes (1998) ainda ressalta no ano de 1969 a retirada de mais de 200 famílias do perímetro urbano e despejadas no local:

Eram caboclos, índios, expropriados, ou pessoas oriundas de outros municípios ou vítimas da própria colonização de Chapecó, que eram retirados pela Colonizadora Bertaso e depositados em terras da própria colonizadora, no caso o São Pedro. Estas famílias ocupavam áreas na Linha Água Santa e os bairros Palmital dos Fundos, Pinhalzinho, Jardim Itália, Lagoa, Presidente Médici e Santa Maria. [...] As famílias chegavam em cima de um caminhão caçamba da prefeitura e eram literalmente despejadas. (Gomes, 1998, p.27).

Em um dos diálogos realizadas no decorrer da aplicação do questionário<sup>5</sup> da dissertação, um dos respondentes relembra a situação na época:

Eu vi os primeiros caminhões descarregar as primeiras famílias no bairro São Pedro (...) tinham que recolher os pobres e trazer pra cá. Primeiro de tudo que lá foi chamado de quadro dos pobres. Bairro São Pedro mesmo, acho que ele foi se tornar na década de 80 pra cá e começou a ser bairro São Pedro, mas ele foi muito marginalizado desde o início. (Represente Amigos do Parque, 2024).

De acordo com Antunes (2015), a formação do bairro ocorrida durante os anos sessenta, partiu da periferização criada por políticas públicas, para processos de “limpeza” urbana.

Ao final da década de 1960, a produção dessas políticas públicas, havia gerado uma área irregular, próxima ao atual Bairro São Pedro, com uma das camadas mais pobres e marginalizadas socialmente da época, que viviam em condições não formais,

<sup>4</sup> Expressão utilizada por membros da Igreja Católica que atuavam no local na década de 1960.

<sup>5</sup> Será apresentado ao longo desse capítulo dados e informações referentes ao questionário aplicado como instrumento de pesquisa, devido as informações que complementam a história da cidade e do bairro. O instrumento de pesquisa (questionário) será abordado e detalhado em outro capítulo.

sem posse de terra e propriedade. Devido a expansão urbana esses moradores receberam uma ordem de despejo, por parte da empresa Bertaso, onde a própria empresa acabou vendendo a essa parcela da população, pequenos lotes de 10x15 no bairro São Pedro, como uma forma lucrativa ao despejo. De acordo com Hass (2006) para evitar a exploração imobiliária, a Colonizadora não fornecia escrituras para os proprietários evitando, dessa forma, que as terras fossem vendidas e tivessem condições financeiras para morarem em outro local da cidade. Ao lotear o bairro, a autora observa esta “limpeza urbana” para o bairro São Pedro, resultando numa reorganização do espaço urbano. Nas suas palavras afirma que “... através da distribuição e ocupação do espaço, impõe-se uma política de inclusão e exclusão social”. (Hass, 2006, p.77)

Também fez parte integrante do bairro São Pedro o remanejamento de populações de áreas degradadas, como o antigo lixão da cidade. Se construiu assim, socialmente um “bairro após o morro”, como a visão popular dos moradores locais, escondendo esses “espaços de pobreza” do centro urbano, os afastados da paisagem central da cidade.

Ao analisar a reportagem de 1979 do jornal Oestão<sup>6</sup> (Figura 10) fica evidente na chamada da matéria “A marginalização dos moradores do bairro São Pedro” as relações de estigmatização sofridas pelo bairro, desde seus contextos iniciais de formação, assim como a reportagem relata até a data ainda não haver linhas de ônibus para atender o bairro e mais da metade dos moradores não terem acesso à energia elétrica e água encanada. A reportagem também se torna importante no contexto desta dissertação, por revelar a formação de uma diretoria de comunidade do bairro, como forma representativa de seus direitos, embora não avaliada como eficaz na época conforme relata a matéria “com respeito a ação desenvolvida pela diretoria da comunidade do bairro, esta, está quase nula, o que é lamentável”. Frisa-se ainda, através de entrevista mencionada na matéria a necessidade de “Fontes de trabalho para nossa piaçada”, revelando a necessidade de oportunidades de trabalho para mudanças financeiras e de vida, por parte de seus moradores.

---

<sup>6</sup> Ceom conta a história dos bairros de Chapecó com notícias da década de 70 (9.Set.2020). Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/ceom-counta-a-historia-dos-bairros-de-chapeco-com-noticias-da-decada-de-70> Acesso em: 12/08/2024.

Figura 10 - Reportagem sobre o Bairro São Pedro (ano de 1970).

# A marginalização dos moradores do bairro São Pedro

## "De onde vieram, como vivem, o que reivindicam"

(Especial) - Nós chapecoenses estamos guinchos do crescimento e do progresso da cidade. Porém, será que este crescimento implica em progresso para todos? É evidente que não. A dicotomia "crescimento bom" e as vias marginalizadas da periferia, também são parte da realidade de Chapecó.

No Brasil, o aumento populacional das cidades é um fenômeno produzido pelo êxodo rural. A mão-de-obra rural ociosa (ou ansiosa por novos horizontes) encaminhada às cidades grandes, na procura daquilo que lhes é negado no seu meio original, mas, não indo nenhuma qualificação profissional, acaba engrossando os bairros suburbanos. Teoricamente isto é uma constante em muitos países.

Para confrontar estes supostos, iniciamos hoje uma série de pesquisas e reportagens sobre nossos bairros.

De onde vêm como vivem, o que pensam, quais suas mais prementes necessidades, que futuro pretendem para seus filhos, e, fundamentalmente, quais são os problemas comunitários que mais os afligem, tudo isso é o que entaremos refletir nestas páginas. E, se o que aqui surgir tiver repercussão, sensibilizando as autoridades competentes, nosso trabalho será, em parte, uma forte razão de ser.

### BAIRRO SÃO PEDRO

Os primeiros moradores do bairro eram em sua maioria colonos, que tinham comprado um "direito" de propriedade no lugar chamado "Fazenda Bertaso", próximo àquele onde atualmente é o bairro.

No ano de 1968, foram intimados pelo Oficial de Justiça e abandonaram seus lugares de moradia. A própria Empresa Bertaso vendeu-lhes os pequenos lotes, que agora ocupam. Os mais antigos do lugar lembram que foi o dr. Serafin E. Bertaso o responsável pelos despejos. E os que se negavam a sair, eram "empurrados", e as casas derrubadas com caminhão.

ainda não puderam ser escriturados, mesmo com requerimento dos interessados e pelo que se deduz, por serem pequenos demais. Esta incerteza de serem donos ou não, aniquila os proprietários. QUE RECLAMAM UMA SOLUÇÃO.

A partir do primeiro núcleo, o bairro foi se estendendo com a chegada de novos habitantes, vindos de diversos lugares, inclusive de outros Estados, na esperança de encontrarem trabalho e prosperidade. Hoje - na opinião quase unânime dos moradores - o bairro é dos mais marginalizados de Chapecó (não confundir com bairro de marginais).

O pessoal que trabalha no centro da cidade, deve percorrer diariamente, de ida e de volta, 3 km. A necessidade de uma linha de "totação" é inegável.

Mais da metade dos moradores não tem luz elétrica, e a falta de água já se faz sentir para muitos por causa de estagem e porque não há outro abastecimento.

"Fontes de trabalho para nossa praça" é o que reclamamos - comentou d. Eufrazia Soares, 58 anos, 15 no bairro. "Os cotidianos - prosseguiu - vão para o centro vender jornal, engraxar sapatos, procurar biscoitos". As especialidades são poucas: pedreiros e carpinteiros; outros trabalham nas lavouras próximas.

"Acho que ultimamente a situação na roça tem piorado", opinou Sebastião Alves. Vendi minha terrinha e comprei um lote de 10x16, com uma casinha, por Cr\$ 25.000,00. Seu Sebastião está a procura de um serviço. Por enquanto faz tretas com uma carrocinha.

Com respeito à ação desenvolvida pela diretoria da comunidade do bairro, esta é quase nula, o que é lamentável, comentaram diversas pessoas consultadas. Isto decorre porque há desacordos entre os integrantes da diretoria, o que strapalha as possibilidades de um trabalho fecundo em prol da vizinhança.

Mas, em compensação, nossa sorte no bairro são as irmãs, contava-nos Dona Eufrazia, a mesma que tinha o sr. Aurélio Gonçalves Padilha, 76 anos, catroceiro, que acrescentou: "o trabalho da irmã Pier Angela merece destaque".

### OS POLÍTICOS: "SÓ PROMESSAS"

Deve ser uma regra, na conduta de muitos políticos, prometer bastante, para logo fazer pouco ou nada. Ao que parece o Bairro São Pedro só foi objeto de preocupação antes de 15 de novembro e na anterior, quando havia eleições para vereador e prefeito.

Adelino F. de Souza, 9 anos no bairro e um dos tantos despejados, comentava que "ante da eleição chegaram candidatos da Arena e do MDB, pediram votos e fizeram promessas a Prefeitura prometeu fazer esgotos, abrir uma via e assim ficou até agora.

Na opinião de "seu" Alcides - aposentado também despejado - "os vereadores pediram votos e não apareceram mais. O bairro está sem o apoio dos políticos".

Conceitos similares emitiram outros consultados, exceto um que afirmou que "o bairro não tem problemas" que está "tudo bem". Logo ficou-se sabendo que o mesmo conselheiro recentemente uma licença para venda de pipocas no Estádio Indio Condá, por intermédio da Prefeitura.

Atenção senhores vereadores: as reclamações apresentadas são válidas, e sempre há tempo para alguém se recreditar.

### UM CASO DE DESTAQUE

Anísio dos Santos, 69 anos, 10 anos no Bairro São Pedro, aposentou-se em 1968 como agricultor, com 66 anos de idade, p prescrição médica. Ele trabalhava na Fazenda Bertaso, e além de outras tarefas, lidava com venenos para matar formigas, o que prejudicou seu organismo. Aposentado pelo Funrui, com Cr\$ 784,00 mensais, recebeu durante 6 meses este valor, mas logo, com a alegação de que não tinha sido agricultor, foi-lhe retirada a aposentadoria. Apresentou um recurso que não obteve resultado positivo. Encarrou um 2º recurso, e está à espera de uma resposta favorável, e justa.

Fonte: Jornal Oestão (1979) disponível em UNOCHAPECO, 2020.<sup>7</sup>

No bairro São Pedro, desde a sua fundação ao seu processo de consolidação, ocorreram muitas transformações e fluxos de moradores, com distintas relações de laços identitários e de pertencimento ao lugar. Segundo Antunes (2016) podem ser entendidas como redes, as formas específicas de pertencimento que atribuem identidade dos moradores e subjetivações ao seu território. Assim, o fortalecimento de representações e relações sociais dentro do bairro foi importante para a adaptação de seus moradores, sua construção social e amplos gerados por meio das ações da coletividade.

<sup>7</sup> A matéria completa pode ser acessada a partir do link a seguir: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/ceom-conta-a-historia-dos-bairros-de-chapeco-com-noticias-da-decada-de-70>

Uma das primeiras formações em que hoje se pode entender como uma forma de rede de apoio atuante no bairro São Pedro, foi a de lavadeiras de roupas, que já demonstravam a ideia de união e fortalecimento dentro do bairro, através de suas discussões sociais e de vivência durante suas atividades laborativas.

As mulheres do bairro costumavam se reunir espontaneamente para lavar suas roupas, e em colaboração com a atuação das irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó, tiveram também acesso à reservatórios de água captado do rio, além de programas de evangelização. Como afirma Parisoto (2013) além do caráter missionário empregado pela Congregação, esta tinha como finalidade a formação espiritual, cristã e cultural das moças, ou seja, educação integral para a mulher. Conforme mencionado por dois dos respondentes durante a aplicação do questionário, evidencia-se que as entidades de apoio ao bairro já vêm de longa data atuando fortemente no local:

Eu conheço o bairro São Pedro a muitos anos, o bairro São Pedro já teve, por exemplo a irmã Pierangela, que foi uma freira em Chapecó, uma freira italiana que fez um trabalho belíssimo na área da saúde no bairro São Pedro, e a visão dela era desconstruir a imagem do bairro, acredito que foi uma das primeiras redes de união da comunidade. (Representante da Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024).

Aqui no São Pedro tinha uma época a casa das irmãs, então tinha bastante freiras que moravam nessas casas, e elas fizeram um grande trabalho na região do São Pedro, que elas ajudaram muito. A irmã Pierangela, ela era uma das coordenadoras dessa casa, e elas começaram a vir com ideias novas, construíram uns tanques comunitários, que tinha um riozinho que passava ali, e as mulheres do bairro iam lavar a roupa ali, que na época era água limpa, ali no São Pedro, e elas construíram ali voluntariamente para as mulheres irem ali lavar, com água do próprio rio, das nascentes do rio passo dos índios, e elas faziam um grande trabalho com as irmãs do colégio do bom pastor, com comida, arrumando comida, e voluntário, porque tinha uma carência de comida naquela época pro pessoal, uma carência muito grande. (Representante Amigos do Parque, 2024).

Hoje, o bairro abriga o maior número de cooperativas e de catadores (de materiais recicláveis) individuais da cidade, entre tantas outras entidades que buscam por solidificar suas ações.

Nessa medida, cabe evidenciar processos de mudanças na cidade e, em específico, dessa área periférica em relação ao contexto atual, como será detalhado no item que segue.

## 4.2 PERIFERIZAÇÃO EM CHAPECÓ E O BAIRRO SÃO PEDRO

Através do processo histórico de formação da cidade de Chapecó é possível identificar que o processo de urbanização está intrinsecamente entrelaçado à disputa territorial entre os grupos sociais historicamente excluídos, fortalecendo uma política de afastamento dos pobres em relação ao centro, caracterizando-se como estratégia de limpeza urbana, associando dessa forma a uma imagem de cidade rumo ao progresso e crescimento organizado, com estabilidade e segurança, onde o crescimento de Chapecó se resulta pela ação combinada do Estado e de seus habitantes, nessa medida, Nascimento (2015) ressalta:

[...] entre 1965 e 1979 o tecido urbano sofreu considerável expansão horizontal em praticamente todas as direções, configurando um padrão periférico de crescimento e estruturação espacial da cidade. Destacam-se no período as seguintes ampliações [...]: i) nos vetores norte/noroeste (bairros Líder, São Cristóvão e Bela Vista), em áreas próximas às empresas agroindustriais que lá se instalam no período (Aurora, CooperAlfa e Ceval); ii) na porção meridional, envolvendo os bairros Santo Antônio, Palmital, Universitário e Santa Maria; iii) no vetor leste, no bairro Presidente Médici e, em seu extremo, nos atuais bairros Bom Pastor e São Pedro, na área que, como veremos, se consolidaria como a principal zona de pobreza e exclusão social de Chapecó, e; iv) na direção oeste ao longo da estrada SC-283 (atual avenida Atílio Fontana) no bairro Efapi, em áreas separadas do restante da malha urbana consolidada no período, cuja ocupação foi fortemente impulsionada pela instalação do Frigorífico Sadia. (Nascimento, 2015, p. 112).

Nas margens da cidade, em diversos pontos, se encontram devido essas políticas fortemente estruturadas e guiadas pelas décadas, áreas de ocupação irregular e também de conjuntos habitacionais de interesse social.

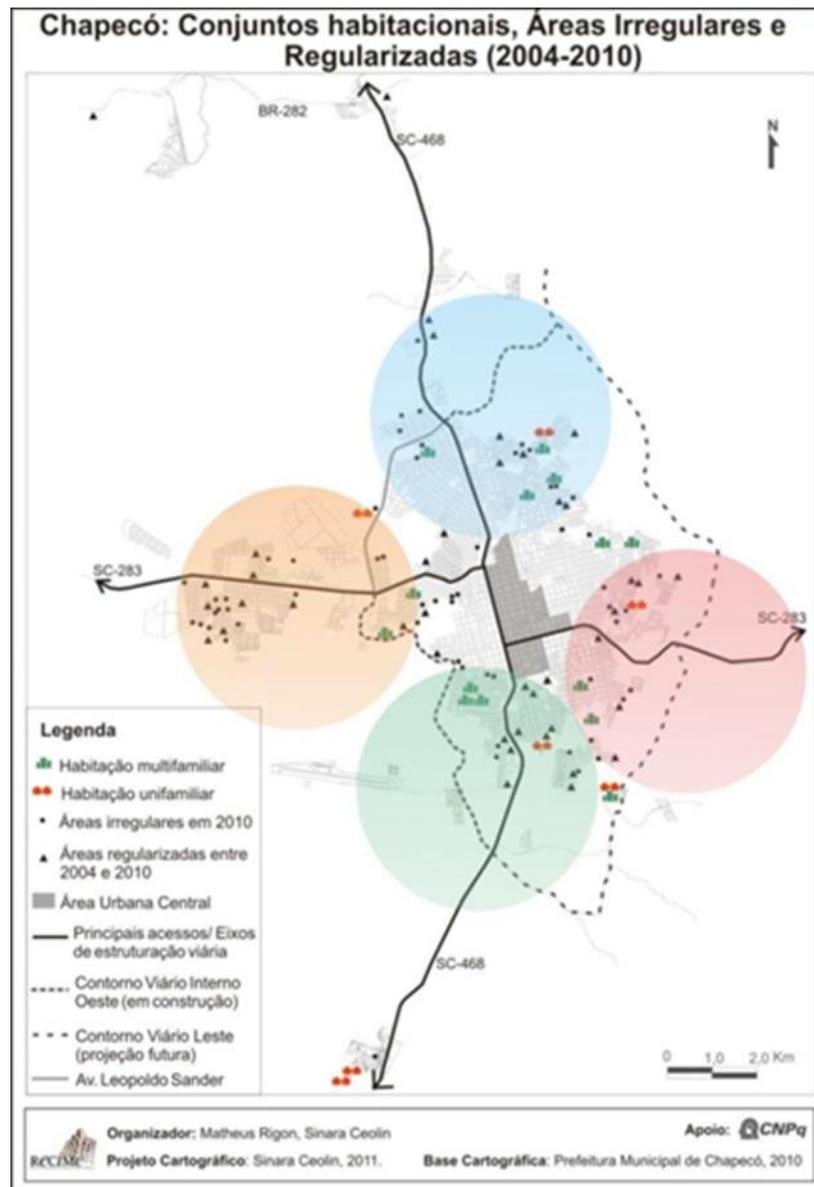
A segregação urbana em Chapecó, a exemplo de muitas cidades, reflete na diferenciação de valorização dos preços de certas áreas da cidade, inclusive gerando através de vias e acessos, desconexões entre bairros. Desta forma, intensificando esses processos capitalistas pelo território e em conjunto, com a manutenção de vazios urbanos, como estratégia de valorização, resultam manchas urbanas compostas por cheios (áreas edificadas) e vazios (lotes sem ocupação, em especulação).

As periferias em Chapecó, hoje, são muito diversificadas, entre áreas já consolidadas através da pobreza, como bairros mais antigos; áreas rurais na transição rural-urbano (que abrigam possíveis espaços de expansão); novos loteamentos e

bairros regularizados com perfil de moradores de classe mais baixa; condomínios fechados de alto padrão e, por fim, áreas de ocupação irregular.

Através da figura 11 é possível perceber que não se consolidam áreas irregulares no centro (demarcação em cinza escuro) bem como bairros adjacentes, se identificando apenas em outras localidades nas bordas da cidade e na área de estudo, destacada em rosa claro.

Figura 11 - Conjuntos habitacionais e áreas não regularizadas e regularizadas em Chapecó - SC



Fonte: Fujita *et al* (2012). Edição da autora – Antunes (2015).

Antunes (2015) destaca que a realidade que se materializa no Grande São Pedro é reveladora de processos de segregação urbana, com desvalorização de

certas áreas na cidade, bem como manutenção de espaços vazios, mantida por seus proprietários como estratégia de valorização. A autora, em suas palavras, destaca:

A este processo resulta uma ocupação da malha urbana em manchas, que intercalam vazios e áreas construídas, e fazem fronteira com áreas rurais ou de reflorestamento. Esta paisagem compõe um mosaico interessante para pensar a construção dos espaços periféricos em Chapecó. Sobre esta questão não se pode deixar de mencionar que o controle da terra se faz por meio daqueles que detêm historicamente o poder político e econômico no município, e reproduzem a lógica de mercado para a comercialização do solo urbano. (Antunes 2015, p. 68).

Visto ainda como um bairro periférico, São Pedro devido ao seu processo histórico de formação, carrega ainda estigmas negativos, os quais são reforçados através do cenário cotidiano, que se estrutura na presença ativa de tráfico de drogas, insegurança e dificuldades socioeconômicas evidenciadas nas condições de vida de seus moradores.

Essa área periférica, atualmente, começa a deixar de ser uma periferia de borda da cidade, e cada vez mais se visualiza como uma área que vem se integrando à própria região central da cidade, uma vez que hoje se articula na malha urbana com importantes bairros consolidados. Nessa situação, já se percebem ofertas de novas áreas em forte processo de especulação imobiliária entre áreas de expansão futura (Figura 12), sendo perceptível sua proximidade em relação ao centro.

A palavra periferia, para descrição do bairro, se utiliza por esse trabalho como a relativização de seu lugar quanto à malha da cidade. O termo periferia conceitualmente não dá conta da complexidade e diversidade de realidades e processos que busca descrever, o que exige, no mínimo, a reflexão sobre seus usos, para que não se perca sua capacidade interpretativa (Rosa, 2009).

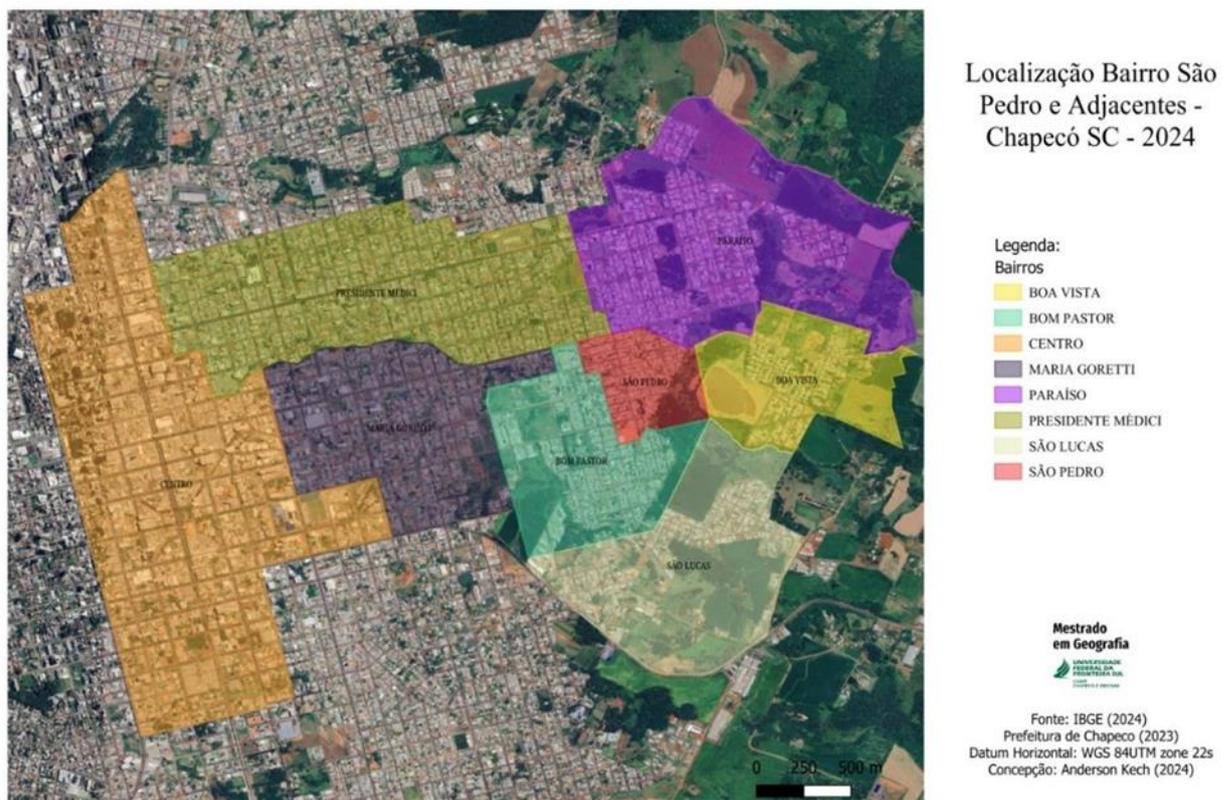
O bairro São Pedro é uma localidade que ainda hoje, na cotidianidade da cidade e até mesmo da gestão pública, apresenta dificuldade na compreensão espacial de seus limites, sendo ainda chamado por muitos como a “Grande São Pedro”. A dificuldade em entender suas delimitações geográficas, vem do contexto histórico do bairro ter sido desmembrado, ao longo das décadas, em localidades adjacentes, além da adição de novos bairros pela expansão urbana dos últimos 10 anos, como o Paraíso e o São Lucas. A esse respeito, um dos respondentes do questionário, ao refletir sobre o Bairro, comentou:

A gente costuma usar aqui a expressão a grande São Pedro, tem o bairro Bom Pastor, que é um bairro contíguo ao bairro São Pedro, e hoje mesmo, a

população tem dificuldade de entender o limite do bairro entre Bom Pastor e São Pedro, então acaba se denominando toda aquela região como bairro São Pedro, como a grande São Pedro, na sequência do bairro tem o Boa Vista, então essa delimitação fica difícil, tem uma parte do Paraíso, que também acaba se englobando na grande São Pedro, ficando difícil delimitar. (Representante da Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024).

Assim, a “Grande São Pedro” é a área que se aproxima do atual Bairro São Pedro, composta por parte de seus bairros circunvizinhos, como pode ser observado na figura 12. Para efeito de noção de distância em relação ao centro, na atualidade, destacou-se também o bairro Centro.

Figura 12 - Localização Bairro São Pedro e Bairros Adjacentes – Chapecó SC – 2024



Fonte: Base Google Earth e mapas de bairros 2024 – prefeitura de Chapecó. Organização e edição do Autor (2024).

Também, especificamente o Bairro São Pedro pode ser melhor compreendido por meio de uma imagem aérea conforme (Figura 13). Ao observar a delimitação do Bairro na referida figura, verifica-se que ainda há muitos vazios urbanos, especialmente em direção ao bairro Boa Vista, o que dá a sensação de ser um bairro periférico, como se ainda estivesse na borda da cidade. Contudo, essa periferia não está mais tão ligada ao distanciamento e localização periférica, uma vez que já se

integrou à malha da cidade, mas sim, pelas condições de habitação e de estigmatização desde a formação do lugar.

Figura 13 - Demarcação do Bairro São Pedro sobre Vista espacial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Google Earth, 2024.

Conforme Antunes (2015) o bairro São Pedro foi negligenciado historicamente, marginalizado socialmente e é discriminado contemporaneamente. O bairro São Pedro, muito além da visão estigmatizada, buscaremos interpretar ao longo deste capítulo, como um local também de pertencimento, através de conexões, das gerações de familiaridade, parcerias, e construções de redes de desenvolvimento comunitário, sejam elas através de redes privadas, públicas ou do terceiro setor, e especialmente focando em redes de cotidiano, formadas internamente no bairro, que se consolidam para mudar a visão interna e externa do bairro e seus moradores, assim como nos traz Antunes (2015) para compreender estas espacialidades, torna-se imprescindível a compreensão de suas apropriações, importando, neste sentido, os sujeitos envolvidos diretamente nestes espaços, em uma multiplicidade de relações, sob condições e contextos diversos e através de práticas e experiências cotidianas permeadas por conflitos, negociações e invenções.

[...] através de suas práticas e representações, os habitantes, os cidadãos, retomam um ritmo cotidiano outro ao se apropriar cotidianamente do território dos grandes centros industriais do país. Face às agitações temporais, eles re-atualizam sua vida familiar, re-configuram redes sociais diversas de pertencimento, atribuindo sentidos as suas práticas urbanas. (Rocha e Eckert, 2001, p. 12).

Deste modo, conceber periferia para além de um conceito que sirva como rótulo, significa entendê-la como um campo de práticas.

Para se adentrar nas práticas espacializadas pelo bairro, é importante contextualizar da sua história a contemporaneidade, seu cenário social, político e econômico.

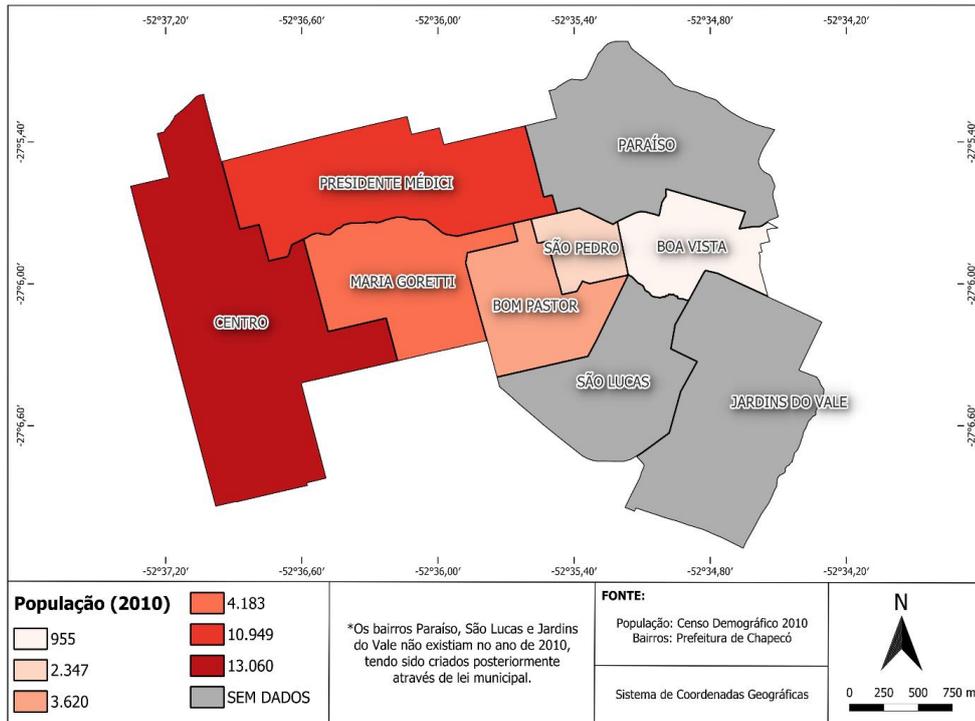
O bairro São Pedro em Chapecó é pertencente à região leste da cidade, considerado por muitos, popularmente como “o bairro após o morro”. Conforme Antunes (2016) o bairro é reconhecido socialmente como um local de violência e concentração de pobreza, devido a seus diversos processos de higienização urbana ocorridos na década de 1960, através de políticas públicas voltadas ao remanejamento de populações que viviam em áreas degradadas, em especial, focado no antigo lixão da cidade, onde existiam áreas de ocupação, denominadas como “favelas”.

Devido a este processo histórico, o bairro São Pedro e seu entorno carregam um estigma negativo, reforçado pelo respectivo cenário cotidiano de violência, pela presença de tráfico de drogas e pelas condições de vida de seus moradores, marcada por dificuldades sociais e econômicas. O bairro e seu entorno são reconhecidos na cidade pela sua “pobreza”, entendida a partir de indicadores como baixa renda familiar, existência de habitações de interesse social, áreas de ocupação irregular, altos índices de violência, entre outros. (Antunes, 2016, p.73).

São perceptíveis, ao longo dos anos, os deslocamentos de pobreza dentro do bairro, tanto de moradores externos trazidos até a região, como deslocamento de moradores internamente ao bairro.

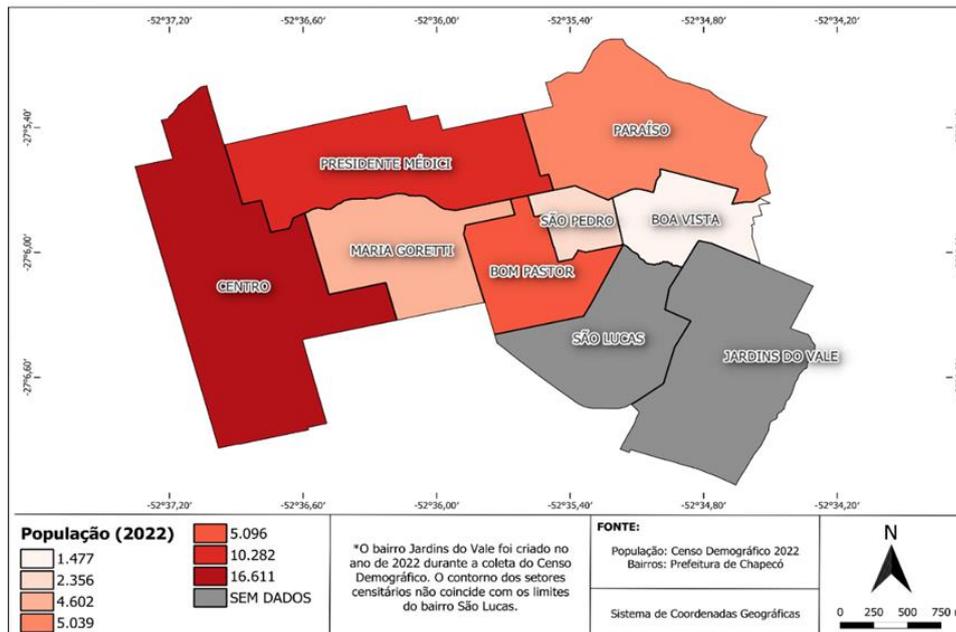
Através do Censo 2022 (IBGE, 2023), a população atual do bairro São Pedro é de 2.356 habitantes, não possuindo, portanto, um significativo aumento populacional mediante a comparação do Censo de 2010, que era de 2.347 habitantes (Figuras 14 e 15).

Figura 14 - População do Bairro São Pedro e adjacências (2010)



Fonte: Dados por setor censitário (2010) Organização: Anderson Kech (2024) Edição Wellington Azzolini (2024).

Figura 15 - População do Bairro São Pedro e adjacências (2022)



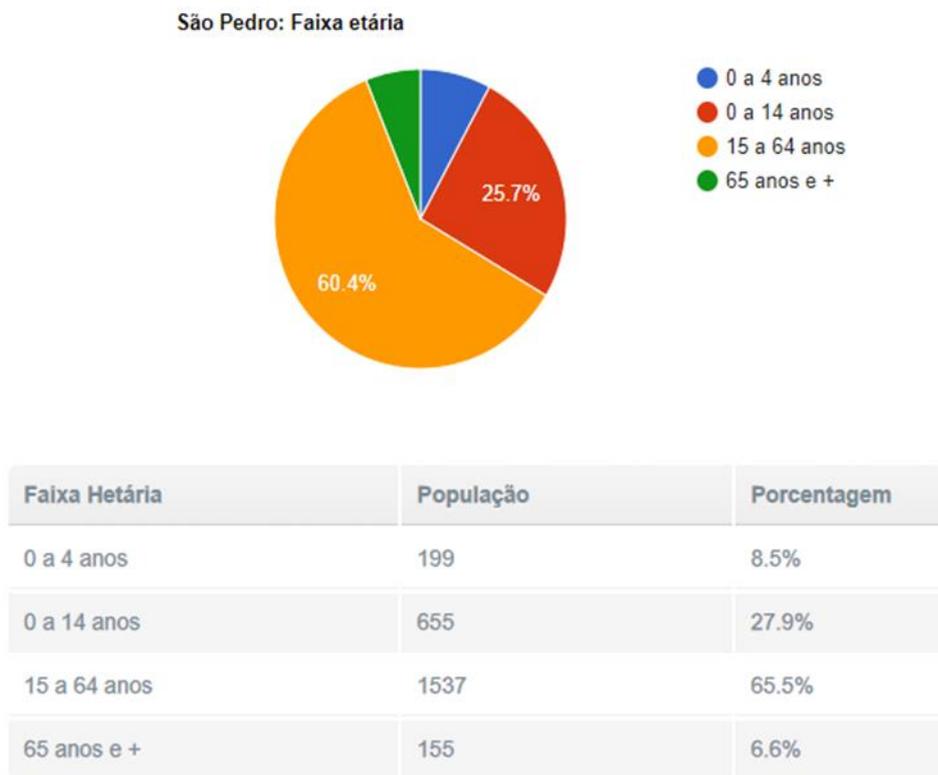
Fonte: Dados por setor censitário (2010) Organização: Anderson Kech (2024) Edição Wellington Azzolini (2024)

Ao analisar a figura 14, percebe-se que a maior densidade populacional, em 2010, localizava-se no bairro Centro. Em que pese a ausência de dados, pela

formação de novos bairros após 2010, percebe-se que à medida que se afasta da área central, reduz a população nos bairros. Na época (2010) o São Pedro era uma área periférica, tanto em termos geográficos, quanto pela condição de seus moradores. Ao observar a figura 15, percebe-se uma reconfiguração dos bairros, com criação de novos bairros que passaram a compor a periferia em termos de borda leste da cidade.

Ainda de acordo com maior detalhamento dos dados censitários (IBGE, 2010) a maior porcentagem de moradores se enquadra entre 15 e 64 anos, conforme figura 16. Estima-se uma renda per capita mensal de R\$ 341,00 e que cerca de 15,3% da população tenha renda insuficiente.

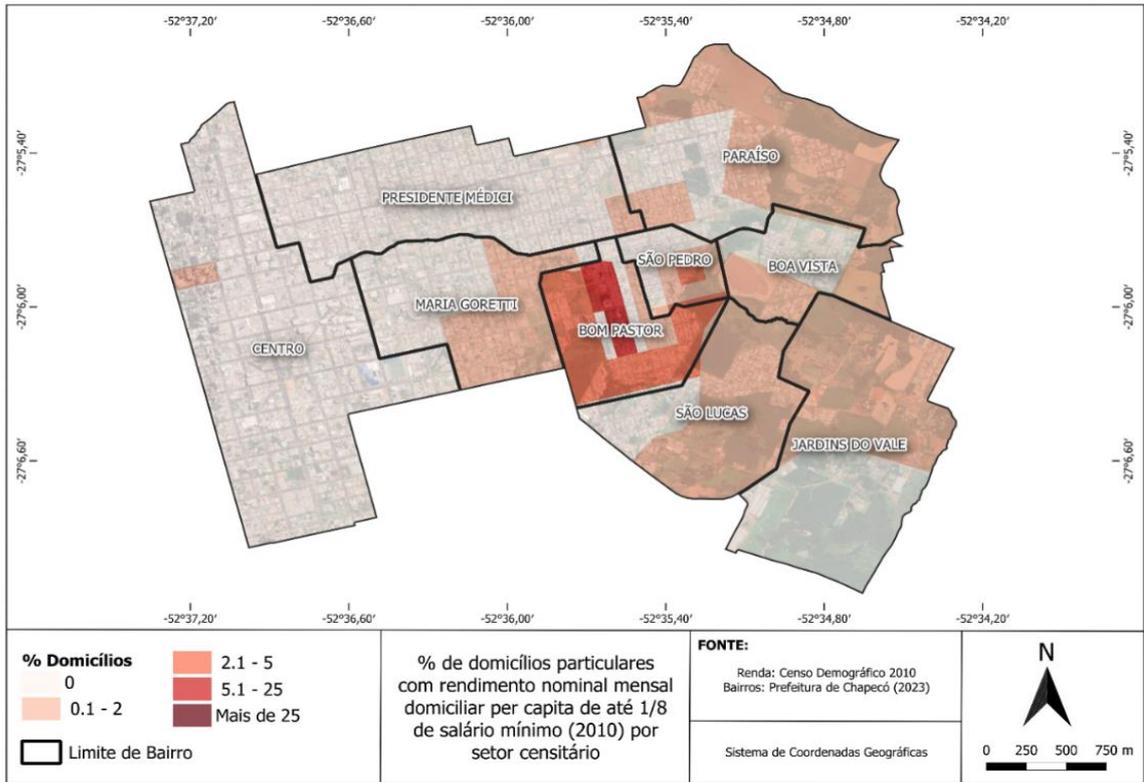
Figura 16 - Faixa etária do bairro São Pedro (2010)



Fonte: [https://populacao.net.br/populacao-sao-pedro\\_chapeco\\_sc.html](https://populacao.net.br/populacao-sao-pedro_chapeco_sc.html) acesso Setembro (2024).

Nas figuras 17 e 18 buscam se caracterizar a região em um contexto socioeconômico, demonstrando a discrepância entre bairros adjacentes, com tamanhas desigualdades sociais.

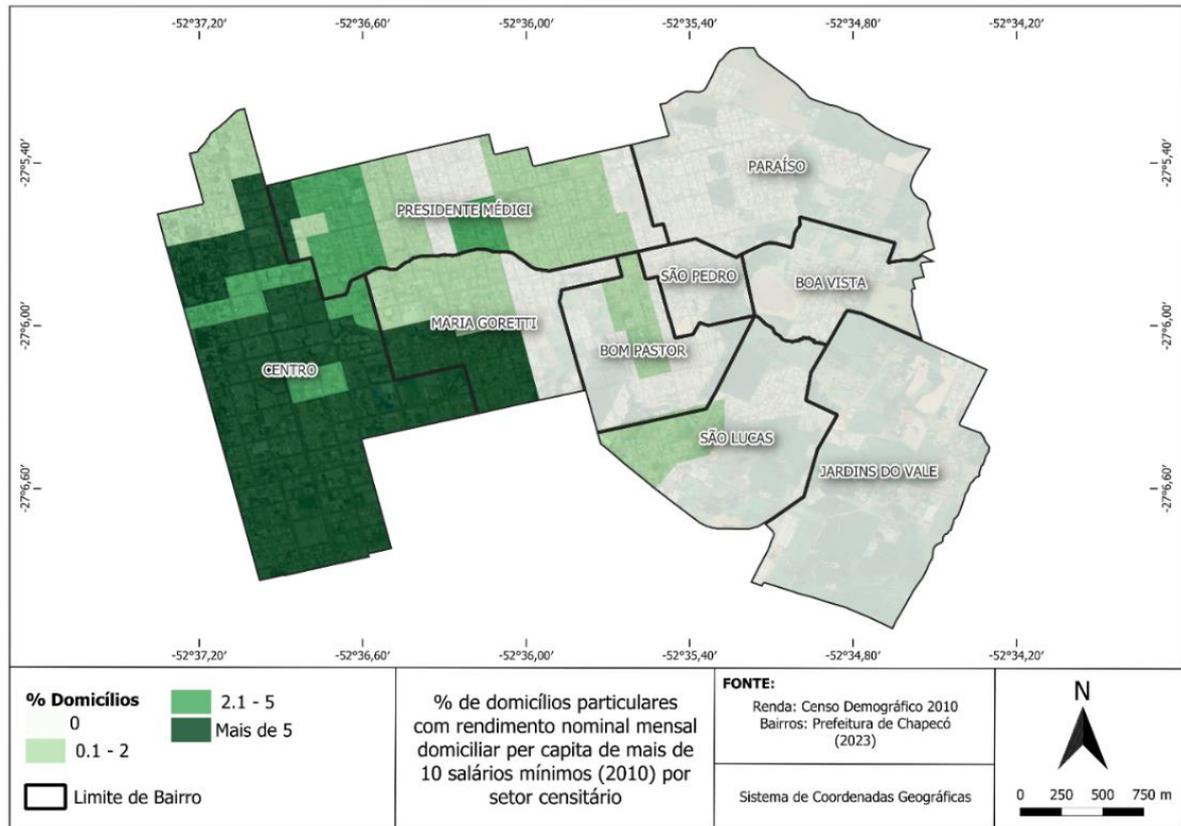
Figura 17 - Porcentagem de domicílios particulares com rendimentos de até 1/8 de salário mínimo (2010)



Fonte: Dados por setor censitário (2010) Organização: Anderson Kech (2024) Edição Wellington Azzolini (2024).

Ao analisar a figura 17 percebe-se nitidamente que os domicílios de baixa renda se localizam no bairro Bom Pastor e São Pedro, seguido de outros bairros da borda leste, como São Lucas, Boa Vista, Paraíso e Jardins do Vale. Por sua vez, a alta renda está concentrada no bairro Centro, seguido do Maria Goretti e do Presidente Médici (Figura 18).

Figura 18 - Porcentagem de domicílios particulares com rendimentos de mais de 10 salários mínimos (2010)



Fonte: Dados por setor censitário (2010) Organização: Anderson Kech (2024) Edição Wellington Azzolini (2024).

A partir desses dados representados nas figuras acima abordamos a relação centro-periferia, modelo explicativo hegemônico de longa data em países de economia capitalista, mas que num contexto recente vêm se reestruturando pela própria produção imobiliária da cidade. (Pereira, 2005) Tal produção mescla investimentos e intencionalidades (do mercado) como uma das formas de adentrar em novas áreas para seguir seu curso reprodutivo de grande lucratividade. Assim, paulatinamente, áreas de baixa renda, passam a receber empreendimentos e negócios imobiliários que reestruturam, revalorizam e até gentrificam essas porções, gerando novas periferias com novos conteúdos e formas espaciais.

#### 4.3 SÃO PEDRO: REESTRUTURAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

O bairro São Pedro, de distante e segregado pela sua localização, passou a estar integrado no tecido urbano devido aos processos de expansão da cidade e à

formação de novos bairros. Atualmente, pode-se considerar que devido a sua localização privilegiada em relação ao centro, vem passando por processos de valorização imobiliária que provoca a reestruturação de partes do bairro, bem como, revitalizações de porções degradadas e consideradas desvalorizadas pelo mercado.

Esses movimentos demarcam o início de um processo de reestruturação urbana e valorização imobiliária, com novos deslocamentos de moradores que não conseguem pagar pelas amenidades instaladas nos arredores do bairro, valorizando seus espaços na lógica da especulação. Nos últimos anos, a expansão desse fenômeno em direção ao bairro São Pedro tem sido notável.

A urbanização acelerada na região da grande São Pedro, fenômeno observado em muitas cidades brasileiras, configura um processo que Santos (1993) descreve como urbanização desigual. Onde para o autor, o avanço da cidade sobre bairros periféricos geralmente beneficia setores específicos da sociedade, uma vez que o capital imobiliário tende a moldar as transformações espaciais de acordo com interesses econômicos. Assim, a valorização de áreas anteriormente desvalorizadas promove, em última análise, uma reestruturação socioespacial marcada pela especulação imobiliária e pela introdução de novas infraestruturas, com efeitos diretos na composição social do bairro.

O termo gentrificação é comumente associado à substituição da população de baixa renda por moradores com maior poder aquisitivo, um processo que Smith (1996) relaciona ao consumo do espaço urbano. Para Smith, a gentrificação não é apenas uma consequência da demanda, mas uma estratégia deliberada de valorização urbana, onde o capital se desloca para áreas que oferecem a possibilidade de retorno financeiro através da reconfiguração espacial. No bairro São Pedro, esse movimento manifesta-se pela reforma ou substituição de antigas residências por empreendimentos modernos, como novos edifícios de padrão de moradia, pela instalação de comércios e indústrias, que começaram a alterar a identidade e o padrão construtivo e socioeconômico do bairro e bairros adjacentes. Essa reestruturação do bairro é vista como positiva na interface de agentes produtores, como o mercado imobiliário e o próprio Estado. Isso fica evidente nas manifestações de um dos respondentes do questionário, que comentou sobre o bairro, nas suas percepções:

Graças à iniciativa privada com investimentos, e também com o próprio poder público, onde foi um dos primeiros bairros da gestão atual (2020-2024), que foi investido em asfaltamento, ampliações de vias, e várias ações que buscassem valorização da região. Esses investimentos que o município fez,

também geraram investimentos da iniciativa privada, com oportunidades que se criaram com essa revitalização. [...] O bairro São Pedro, hoje, você tem alguns locais que vão desaparecer, muitos deles já desapareceram, justamente por revitalizar o bairro, na medida que se cria parques, equipamentos públicos, boa iluminação, sensação de segurança, você muda esse cenário. Mas diria que um estigma que ainda se mantém no bairro, é de alguns focos que permanecem em relação às drogas, mas que a tendência é desaparecer pela revitalização. (Representante da Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024).

A valorização da área, ao mesmo tempo em que promove a chegada de novos serviços e uma melhora nas condições urbanísticas, aumenta os custos de vida local. Para muitos moradores, essa reconfiguração representa uma ameaça, pois eleva o valor dos aluguéis e de outras despesas, pressionando-os a buscar moradia em bairros mais periféricos e de menor custo, ou até mesmo em novas bordas periféricas do próprio bairro São Pedro.

Nesse contexto, o bairro se torna uma zona de disputa e de conflitos, conforme afirma Harvey (2012), onde o espaço urbano se converte em uma mercadoria disputada por diferentes interesses econômicos e sociais.

A transformação da paisagem urbana na grande São Pedro é um reflexo das políticas de investimento imobiliário, que se manifestam na construção de edifícios de padrão superior, destinados a uma população de maior renda. A introdução desses empreendimentos altera não apenas a estética do bairro, mas também seu perfil social e cultural. De acordo com Lefebvre (1974), o espaço é também uma representação social, onde a reconfiguração da paisagem implica em um processo simbólico de substituição da memória coletiva. Isso se observa no bairro e adjacentes, na medida em que comércios tradicionais e edifícios históricos dão lugar a construções modernas, redefinindo o sentido de pertencimento dos moradores.

Embora as melhorias na infraestrutura e na oferta de serviços possam ser consideradas positivas, o aumento da exclusão e da segregação social são desafios que exigem atenção do poder público e da comunidade. Para evitar um cenário de expulsão involuntária dos moradores de baixa renda, é fundamental que políticas públicas sejam elaboradas com foco na inclusão social e na manutenção da diversidade habitacional. Em outras palavras, é necessário que o desenvolvimento do bairro seja planejado com base em uma urbanização inclusiva, que, segundo Rolnik (2019), vise harmonizar as necessidades da população vulnerável com os interesses econômicos locais.

(...) é importante que as pessoas sejam regularizadas onde elas estão, que é onde elas têm sua atividade. Não adianta nada pegar as pessoas que estão integradas em seu espaço, que estão trabalhando, e dizer que vou abrir um loteamento e vou te levar pra lá, ela perde o contexto de pertencimento dela. Integrar as pessoas nos espaços que elas estão, bloqueia ela de se deslocar, e criar novos bolsões de pobreza e novas periferias. (Representante da Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024).

O processo de transformação da grande São Pedro, evidencia a complexidade da dinâmica urbana contemporânea e impõe um desafio às autoridades e à comunidade local. A expansão da dinâmica imobiliária em direção ao bairro reflete um fenômeno que não é exclusivo de Chapecó, mas que requer um planejamento cuidadoso (idealmente, com mecanismos de controle de preços de imóveis à venda ou ofertados para locação), e programas de habitação de interesse social. Não raro, processos de revitalização e consequentes gentrificações contribuem para a expulsão de moradores desprovidos de rendimentos adequados para morar e viver na cidade que se valoriza. Essas populações acabam potencializando a expansão urbana em áreas ainda mais periféricas, cujo valor de compra ou aluguel é mais acessível, ou, na impossibilidade dessas alternativas, acabam ocupando edificações ou glebas em desuso, ou seja, cuja função social da propriedade não está sendo cumprida.

Em relação aos investimentos mais recentes da região da grande São Pedro, muitos deles buscam por parte da prefeitura, juntamente com representantes de associações e movimentos de bairro, tais como (Associação Amigos do Parque, Associação de Moradores do Bairro São Pedro, Associação de Moradores do Bairro Paraíso, Projeto Verde Vida, entre outros) identificar áreas em conjunto com essas entidades, para implantação de projetos que garantam acessibilidade para a população residente, buscando assim uma urbanização mais inclusiva e participativa.

Dentre o pacote de investimentos do poder público de Chapecó, anunciado em abril de 2024, inclui-se a revitalização do Parque Alberto Fin, administrado pela Associação Amigos do Parque; a criação do Parque Verde Vida, juntamente com a Escola de Talentos, para promoção de atividades recreativas, educativas e formativas de jovens e do Posto de Saúde do bairro Paraíso (Figura 19). A escolha da priorização desses espaços públicos e coletivos foi realizada juntamente com as associações comunitárias, bem como, a definição dos locais de instalação. Dentre os investimentos previstos, foi anunciado na imprensa local um valor de R\$ 8.142.000,00 apenas nos

parques<sup>8</sup>. A divulgação da ordem de serviço para iniciar as obras foi em ato público na sede do Programa Socioeducativo Verde Vida.

Figura 19 - Protótipos da revitalização dos espaços públicos coletivos



Parque Verde Vida/ Quadras de esportes



Parque Verde Vida/ Escola de Talentos



Posto de Saúde



Posto de Saúde

Fonte: ClicRDC, 16/05/2024

Revisitando os agentes produtores do espaço urbano, segundo Corrêa (1995), fica evidente o papel centralizador do Estado, no caso o poder municipal, mas que certamente aciona recursos de ordem pública federal para seus investimentos no Bairro. O agente estado, juntamente aos investidores do mercado imobiliário e os demandantes locais, representados pelas associações e entidades e seus atores presentes na Grande São Pedro, vêm atuando e agindo nas transformações do Bairro. Tais transformações potencializam a reconfiguração dos papéis e dos novos espaços públicos que tendem a ancorar novos investimentos em produtos imobiliários destinados a públicos seletivos, valorizando os entornos em termos de mercado imobiliário, reestruturando o próprio bairro. Isso nos leva ao questionamento se esses

<sup>8</sup> Matéria divulgada no ClicRDC em 16 de maio de 2024. Disponível em <https://clicrdc.com.br/categoria-geral/prefeitura-de-chapeco-da-ordem-de-servico-para-novo-parque-verde-vida-e-revitalizacao-do-parque-alberto-fin/> acesso em 30/10/2024.

investimentos, de fato, alcançarão seu propósito direcionado aos próprios atuais moradores, ou se estes não conseguirão se manter no local, dada a potencial valorização e reestruturação pelos novos produtos e negócios imobiliários.

## 5 REDES DE APOIO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: BAIRRO SÃO PEDRO, CHAPECÓ/SC

Este capítulo se destina ao detalhamento da descrição das instituições, entidades, associações que atuam e intervêm no Bairro São Pedro. Essa descrição visa fomentar a análise das redes de apoio e cooperação para o desenvolvimento social no bairro São Pedro, exploradas e aprofundadas na segunda parte do capítulo. Para melhor compreensão metodológica, primeiramente, apresentam-se notas metodológicas dos procedimentos utilizados, seguido de identificação e descrição das redes de apoio ao bairro. Definição e conceituação das redes quanto conceitos e redes de colaboração, interpretação das redes atuantes no bairro São Pedro e seus níveis de colaboração, análise do instrumento de pesquisa e os resultados obtidos.

Figura 20 - Esquema de apresentação do capítulo 5



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

### 5.1 NOTAS METODOLÓGICAS PARA OS LEVANTAMENTOS JUNTO ÀS REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A sociedade, para García *et al.* (2015), é composta por realidades em constante movimentos, fazendo com que a investigação social, precise recortar, parcelar, tipificar a realidade, captando a complexidade dos problemas e demandas da população, produzindo a informação juntamente com as coletas de dados, de questionários e observações de cotidiano desses recortes sociais e de realidades.

A informação se produz, não é coletada. Adquire o rótulo de dado no momento em que o pesquisador considera que representa um aspecto da

realidade que possa interessar à análise. E nos permitimos enfatizar essa ideia de representação, uma vez que os dados são dados na medida em que são conceituados pelo sujeito investigador, o que o utiliza inferindo seu significado particular para criar uma imagem com a qual tenta explicar ou dar sentido ao funcionamento da realidade: uma imagem que não é apresentada pelos dados, mas sim, representada pelo próprio investigador. A ideia conduz a premissa de que não existe uma realidade social, mas sim, tantas realidades, como sujeitos produtores (ou conceituadores) da realidade social, a qual cada um infere seu próprio sentido. (García *et al.*, 2015, p.13, tradução nossa).<sup>9</sup>

Para possibilitar a compreensão de maneira mais profunda sobre o perfil de algumas entidades atuantes no bairro São Pedro, foram utilizados dois instrumentos metodológicos, a observação participante e a aplicação de questionários com respectiva análise de conteúdo.

Para a observação participante foram selecionadas três entidades, as quais possibilitaram ao pesquisador, ao permitir uma imersão direta no cotidiano dessas organizações, o acompanhamento detalhado de suas atividades, interações e dinâmicas internas. As entidades envolvidas, com participação do pesquisador, foram: Projeto Verde Vida, Centro Espírita Bezerra de Menezes e Associação Amigos do Parque (Figura 21). Para realizar a observação participante, as entidades foram selecionadas a partir da abrangência de suas atividades, além do fato de terem possibilitado a participação do pesquisador na observação de seus processos internos. Outro fator determinante foi a flexibilidade das datas e horários de suas atividades, que permitiram estar nesses ambientes para observação e complementação da pesquisa.

---

<sup>9</sup> Texto original: La información se produce, no se recoge. Adquiere la etiqueta de dato en el momento en el que el investigador considera que representa un aspecto de la realidad que posee interés para el análisis. Y nos permitimos hacer énfasis en esta idea de re-presentación, puesto que el dato lo es en tanto en cuanto es conceptualizado por el sujeto investigador, que lo utiliza infiriéndole su particular sentido para crear una imagen con la que intentar explicar o dar sentido al funcionamiento de la realidad: una imagen que no es presentada por los datos, sino re-presentada por el propio investigador. La idea conduce a la premisa de que no existe una realidad social, sino tantas realidades como sujetos productores (o conceptualizadores) de realidad social, a las que cada cual infiere su propio sentido. (García *et al.*, 2015, p.13)

Figura 21 - Esquema de entidades da observação participante



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os resultados da observação participante, apresentados ao longo da pesquisa como notas do autor, correspondem ao período de participação em atividades das instituições durante seis meses<sup>10</sup>. A experiência de campo, ao ser descrita em forma textual, constitui base de sustentação para as construções analíticas e teóricas, através dos diálogos dos saberes científicos e dos saberes, ou teorias, nativas (Goldman, 2000).

Essa abordagem trouxe uma perspectiva qualitativa importante, pois além de observar as ações visíveis das entidades, também permitiu captar as nuances dos processos de tomadas de decisão, a forma como as parcerias são estabelecidas e mantidas, bem como as estratégias para lidar com os desafios locais. Ao participar ativamente de reuniões, eventos e interações comunitárias, foi possível identificar não apenas os resultados das ações realizadas, mas também os valores e motivações que guiam as entidades em suas práticas.

A observação participante é uma metodologia qualitativa amplamente utilizada em pesquisas sociais, especialmente nas áreas de antropologia, sociologia e estudos culturais. Essa técnica envolve a imersão do pesquisador no contexto social que deseja estudar, permitindo-lhe vivenciar as práticas, interações e rotinas da comunidade ou grupo analisado. De acordo com Pawlowski *et al.* (2016) a observação participante inscreve-se numa abordagem de observação etnográfica no qual o observador participa ativamente nas atividades de recolha de dados, sendo requerida a capacidade do investigador se adaptar à situação.

A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos

<sup>10</sup> Período da pesquisa de campo: maio a outubro de 2024.

culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (Correia, 1999, p. 31).

O principal objetivo da observação participante é obter uma compreensão profunda do comportamento e das relações sociais a partir da perspectiva dos sujeitos pesquisados. Diferente de metodologias que mantêm o pesquisador à distância, como questionários ou entrevistas formais, essa técnica promove um envolvimento ativo, o que pode incluir desde a participação em atividades cotidianas até a convivência prolongada com os membros do grupo. Ao se integrar à comunidade, o pesquisador pode observar tanto os eventos explícitos quanto os aspectos sutis da vida social, como gestos, silêncios, interações informais e regras não ditas. Conforme Mónico (2010) a Observação Participante constitui uma metodologia humanista, uma adaptação necessária da ciência às diferentes matérias dos estudos sobre o ser humano.

Existem diferentes níveis de envolvimento do pesquisador. Ele pode adotar uma postura mais participativa, onde se integra diretamente nas atividades e relações sociais, ou uma abordagem mais observacional, na qual, embora esteja presente no campo, limita sua participação ativa. A escolha do grau de envolvimento depende dos objetivos da pesquisa e do contexto específico do estudo. Para essa pesquisa buscou-se estar presente em atividades realizadas pelas redes selecionadas, observando as conduções de atividades, trabalhos e reuniões, sem envolvimento em suas discussões, meramente como um observador, não buscando conciliar ou direcionar decisões mediante o grupo.

Essa metodologia permitiu o acesso a informações que, muitas vezes, são inacessíveis por outros meios, especialmente em grupos que mantêm práticas e valores que dificilmente seriam revelados em contextos formais.

Na designação das Ciências Sociais, o investigador procura tornar-se membro de um grupo, organização ou eventualmente ficar sob estudo. Por estar imerso na progressão dos eventos, o investigador espera encontrar-se numa posição privilegiada para obter muito mais informações, e um conhecimento profundo do que aquele que seria possível se estivesse a observar de fora. (Mónico et al, 2017, p. 726).

A observação participante requer habilidades de adaptação, paciência e sensibilidade cultural por parte do pesquisador, além de um compromisso ético com

os participantes, respeitando sua privacidade e garantindo que as informações coletadas sejam usadas de maneira responsável.

A observação enquanto técnica exige treino disciplinado, preparação cuidada e conjuga alguns atributos indispensáveis ao observador investigador, tais como atenção, sensibilidade e paciência. Tem por referência o(s) objetivo(s), favorecendo uma abordagem indutiva, com natural redução de “pré-concepções”. A possibilidade de vir a clarificar aspetos observados e anotados em posterior entrevista e em observações mais focalizadas, constitui um ganho excepcional face a outras técnicas de investigação. (Correia, 2009, p. 35).

Enquanto técnica de investigação, a observação em ambientes naturais apresenta um número de vantagens, entre as quais se evidenciam: a) a espontaneidade dos comportamentos dos participantes (Kenrick, Neuberg, & Cialdini, 1999); b) o fato de ser possível observar os eventos do mundo real à medida que ocorrem; c) o acesso a eventos ou grupos que seriam inacessíveis à pesquisa por outros meios; d) a percepção da realidade do ponto de vista interno ao ambiente em estudo, o que possibilita a obtenção de um retrato mais fiel da situação e uma menor probabilidade de produzir variabilidade residual ou mesmo de manipular os eventos (Everston & Green, 1986).

Essa abordagem metodológica também contribui para a análise das representações sociais que ocorrem através dessas entidades e de como elas se relacionam com a formação de redes de conceitos e redes de colaboração.

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática - numa palavra, o poder das ideias - é o problema específico da psicologia social (Moscovici, 2003, p. 169).

A teoria das representações sociais, conforme Moscovici (2003) toma, como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade e tem como objetivo descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo, a partir de tal diversidade. Ainda conforme o autor a teoria das representações sociais assume, baseada em inumeráveis observações, que as pessoas, em geral, agem sob dois conjuntos diferentes de motivações, através do pensamento *bi-causal* e não *mono-causal* e estabelece, simultaneamente, uma relação de causa e efeito e uma relação de fins e meios.

Classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas o veem com olhos diferentes, julgam-

no de acordo com critérios específicos e cada uma faz isso de acordo com suas próprias categorias. (Moscovici, 2000, p. 84).

A metodologia de campo baseada na observação participante permite uma análise detalhada dos discursos e práticas dos sujeitos, gerando categorias que refletem suas diferentes territorializações. Essas categorias, ao serem estruturadas a partir das observações, revelam os sentidos e sentimentos atribuídos aos lugares, o que possibilita compreender como os sujeitos concebem e vivenciam os conceitos de território, lugar e espaço geográfico. Por meio desse processo, é possível desvelar as camadas de significação que tornam esses elementos parte fundamental da experiência e identidade coletiva dos sujeitos observados.

A ética foi um dos preceitos presentes ao longo de todo o processo de desenvolvimento do estudo, no qual foram desenvolvidas as ações previstas por meio dos consentimentos dos sujeitos pesquisados, respeitando sua integridade e autonomia, como forma complementar à observação participante, também foi realizada a coleta de informação através do instrumento de pesquisa (Apêndice C), com aplicação de questionários em conformidade com a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul – CEP/UFS<sup>11</sup>. Para realização da aplicação dos questionários foram selecionadas quatro entidades: a) Prefeitura Municipal de Chapecó; b) o Programa Verde Vida; c) a Associação Amigos do Parque e, d) o Centro Espírita Bezerra de Menezes (Figura 22). A seleção das entidades respondentes ao questionário, foi realizada através de um levantamento prévio de todas as possíveis instituições, entidades e associações atuantes no bairro, as quais serão classificadas no capítulo 5.2 como: I) Instituições públicas; II) Instituições religiosas; III) Associações de bairro; IV) Organizações; e V) Programas, as quais totalizam 12 entidades, também descritas no capítulo posterior. Sendo abordado como metodologia para elaboração dos questionários conceitos de Garcia *et al.* (2015). Todas as aplicações de questionários tiveram os objetivos da pesquisa esclarecidos, os riscos e medidas preventivas aos respondentes devidamente informados, bem como ocorrem com coleta de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice B), aos cuidados do pesquisador.

---

<sup>11</sup> Aprovação sob o protocolo de número CAAE: 83543624.6.0000.5564. Data de aprovação: 31 de outubro de 2024. Todos os questionários foram aplicados em novembro de 2024

Figura 22 - Esquema de entidades para aplicação de questionários e Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Cabe destacar que a seleção dessas entidades perseguiu a ideia de aprofundar a análise qualitativa na pesquisa em geografia. Assim, considerou-se a leitura da obra de Marafon *et al* (2013) “Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas”, especialmente nas explicações sobre a pesquisa qualitativa como a que tem identidade no reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre “o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas”, expressa por Ramires e Pessôa (2013) . Segundo as autoras, a palavra qualidade deriva de *qualitas* o que remete ao significado de essência, ou seja, que designa parte essencial, o que se considera mais importante e determinante. Nas suas palavras, expressam: “Qualidade sinaliza o horizonte da intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos, que é sua busca de profundidade e plenitude” (Ramires e Pessôa, 2013, p. 25).

Nessa medida, em todas as falas apresentadas, derivadas da aplicação do instrumento de pesquisa, quando ocorrem transcrições na íntegra, para apresentar e/ou descrever elementos necessários para compreensão e análise da entidade, os respondentes não foram identificados, sendo apenas indicados como representante da entidade em que atuam, não apresentando nome do entrevistado, por questões éticas e para assegurar a não exposição pessoal ou da entidade. Já em compilações de cruzamentos de dados entre as respostas, foram apresentadas como entidades, A, B, C e D, trazendo dados para análise de conteúdo a partir das respostas elencadas por cada representante da entidade.

A análise de conteúdo das respostas foi realizada de acordo com Bardin (2016), como um instrumento metodológico que se aplica a conteúdos discursivos diversificados, sendo possível extrair tanto dados implícitos, quanto modelos estruturais, fundamentando-se em processos dedutivos, isto é, na inferência. Segundo a autora, a Análise de Conteúdo pode ser compreendida como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15) O objetivo central dessa análise é explorar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos participantes a respeito de um tema, problema e/ou fenômeno, a partir da sistematização rigorosa e estruturada de um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Essa técnica de análise é reconhecida e amplamente aplicada em pesquisas sociais, humanas e educacionais por pesquisadores que buscam a compreensão dos significados das falas, transpondo os critérios de objetividade das palavras e, diante da inferência, construir uma interpretação ampla e conexão com o referencial teórico. Assim, palavras são destacadas como as mais recorrentes e expressivas do conteúdo mencionado. Bardin (2016).

Conforme diretrizes metodológicas indicadas pela autora, as sínteses analíticas ocorrem em duas etapas gerais: 1) pré-análise: com seleção do corpus, material a ser analisado, e leitura flutuante inicial das entrevistas após transcrição, para identificação de pontos de interesse e conteúdo; 2) exploração do material: com codificação do conteúdo em unidades analíticas e categorizações, seguidos de tratamento dos resultados e interpretações.

O método de análise de conteúdo ocorre através da transcrição e sistematização em quadro-síntese das respostas obtidas através das perguntas do questionário aplicado, bem como da análise de nuvens de palavras geradas pelo software IRAMUTEQ, o qual é um software gratuito, com uma lógica de open source, que auxilia na análise estatística de dados textuais e de questionários, utilizando o ambiente estatístico R e a linguagem Python para processar grandes volumes de texto, que permitem análises lexicais detalhadas e classificação hierárquica.

Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras). Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. (Camargo e Justo, 2013, p. 513)

Com a transcrição das entrevistas, o software IRAMUTEQ, realiza uma análise fatorial de correspondência (AFC), sendo útil para identificar padrões e relações entre termos e categorias, permitindo uma visualização das associações entre palavras e como elas estão relacionadas a grupos específicos de entrevistados, ajudando a identificar temas centrais e como esses conceitos se agrupam nos discursos.

No caso do IRAMUTEQ, a AFC, também é utilizada em conjunto com a classificação hierárquica descendente (CHD), que segmenta o corpus em classes lexicais baseadas na ocorrência de palavra, identificando temas subjacentes nos textos. Posteriormente a AFC é aplicada para relacionar essas classes com variáveis contextuais, proporcionando uma visualização gráfica das relações entre as categorias identificadas e as formas linguísticas associadas.

A nuvem de palavras as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um corpus. (Camargo e Justo, 2013, p. 514)

O software possibilita identificar padrões e estruturas latentes nos dados textuais, para interpretação qualitativa e quantitativa do material analisado, gerando análises lexicais, sem que se perca o contexto em que a palavra aparece.

## 5.2 IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS REDES DE APOIO NO BAIRRO SÃO PEDRO

E o que há depois do centro? É o que está longe do centro, longe da concentração, nas margens geométricas e sociais. Depois do centro temos a periferia. A periferia, no contexto brasileiro, surge como o local de habitação das pessoas que não cabem no centro, onde vivem os trabalhadores e todas as demais pessoas que são marginalizadas por uma razão ou outra. É o local onde a presença de infraestrutura e serviços urbanos ainda é incipiente. É intencionalmente marginalizada, sendo afastada dos serviços pela rarefação de transporte, por exemplo, sobretudo em cidades médias e grandes. (Keshner, 2023, p. 57)

O bairro São Pedro, ao longo de sua história, tem sido muito mais do que um território marcado por estigmas na sociedade chapecoense. Embora tenha enfrentado diversas falhas nas políticas públicas que o construíram socialmente, o bairro se destaca pela sua notável força e resiliência. Ao longo dos anos, a união e a determinação dos moradores se intensificaram, fortalecidas pela colaboração de novas entidades que se somaram ao esforço comunitário. Juntas, elas vêm construindo uma rede de desenvolvimento local, oferecendo apoio e promovendo iniciativas que visam à melhoria da qualidade de vida, à criação de uma identidade coletiva, o fortalecimento do senso de pertencimento e o reconhecimento social de um bairro em constante transformação.

Como afirmado por Moscovici (2003), seus moradores buscam através das representações sociais, amparo em locais que se identificam, através de valores, de mensagens que se relacionam com sua ética, e que buscam trazer sentido através de ações.

Por muitos anos, o bairro São Pedro foi um bairro afastado do centro e periférico, porém vem mudando sua dinâmica espacial, com a criação recente nos últimos 10 anos de novos bairros e a reestruturação urbana de processos capitalistas.

Como ponto central dessa pesquisa, foi necessário identificar as redes de apoio presentes no bairro São Pedro e analisar seus diversos contextos e suas respectivas escalas de atuação. Esse levantamento permitiu mapear as organizações, grupos e iniciativas que compõem o tecido social da comunidade, assim como entender a extensão e o alcance das atividades realizadas por essas entidades. Com isso, foi possível obter uma visão abrangente das dinâmicas de suporte e assistência disponíveis para os moradores, contribuindo para um diagnóstico mais preciso e fundamentado das necessidades e potencialidades do bairro.

A identificação das redes de apoio no bairro São Pedro, envolveram uma análise das instituições formais e informais, e principalmente de redes de cotidiano do bairro, que oferecem suporte aos moradores. Foram consideradas associações comunitárias, organizações não-governamentais, grupos religiosos, projetos sociais, entre outros.

As escalas de atuação dessas redes, variam desde o apoio individual e familiar até intervenções mais amplas em nível comunitário e regional. Esta análise incluiu a avaliação de como essas redes colaboram entre si e com outras instituições fora do

bairro, o que possibilitou a identificação de parcerias e a análise da eficácia das ações implementadas.

Nesta pesquisa, buscamos mapear as principais instituições, entidades e associações que têm atuado no bairro, fornecendo um panorama inicial da entidade, destacando seu tempo e escala de atuação (Quadro 01).

Quadro 1 - Instituições, entidades e associações atuantes no bairro São Pedro, Chapecó, SC

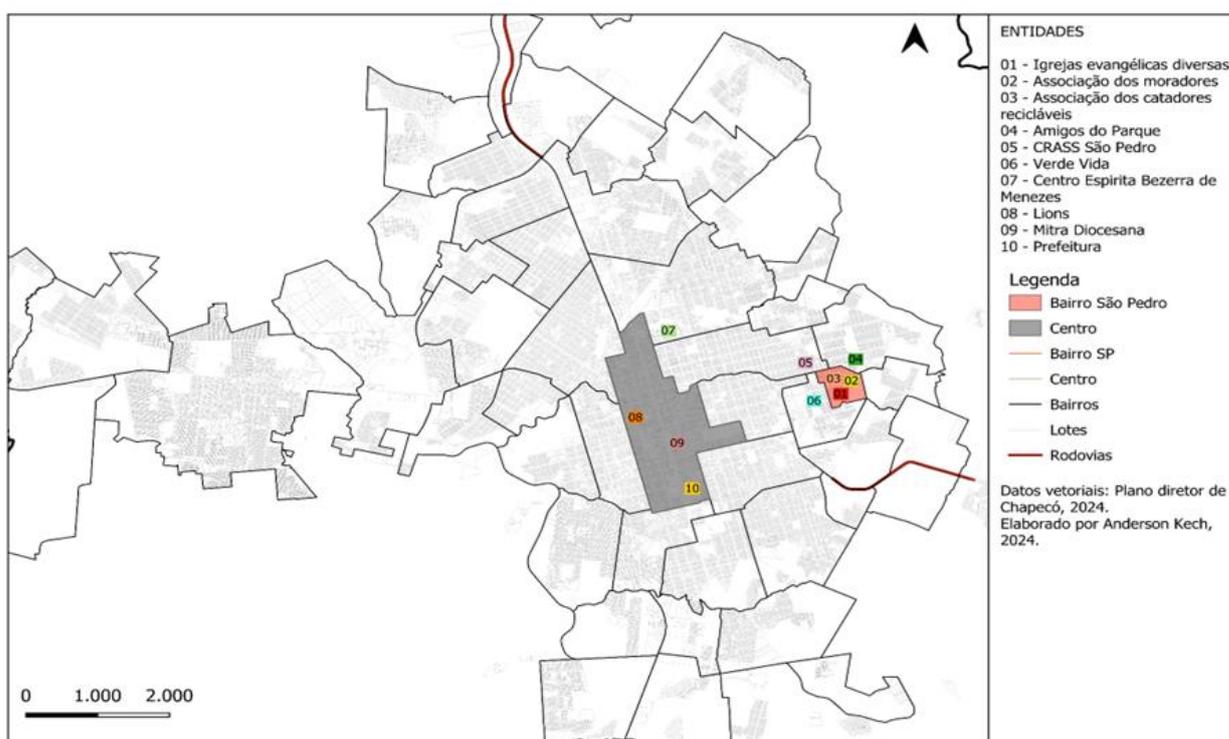
<b>Instituição/Entidade/Associação</b>	<b>Período de atuação</b>	<b>Escala de atividades</b>
<b>I) Instituições Públicas:</b>		
1) Prefeitura Municipal de Chapecó	1960 – Atualidade	Local
2) CRAS São Pedro	1993 – Atualidade	Local
<b>II) Instituições Religiosas:</b>		
3) Mitra Diocesana	- Atualidade	Nacional
4) Igrejas evangélicas (diversas)	- Atualidade	Nacional
5) Centro Espírita Bezerra de Menezes – Chapecó	2007- Atualidade	Nacional
<b>III) Associações de Bairro:</b>		
6) Associação de Moradores do Bairro São Pedro	2018 – Atualidade	Local
7) Associação de Catadores de materiais recicláveis do Bairro São Pedro	2021- Atualidade	Local
8) Amigos do Parque	2007- Atualidade	Local
<b>IV) Organizações:</b>		
9) Rotary	2019- Atualidade	Internacional
10) Lions	1980 – Atualidade	Internacional
<b>V) Programas:</b>		
11) Verde Vida	1995 – Atualidade	Local

12) PRO PAZ	2013 – Atualidade	Local
-------------	-------------------	-------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao mapear essas instituições, entidades e associações, também foi possível georreferenciar as mesmas, buscando compreender, além das atividades e contribuições associadas a cada uma, de que foram elas são distribuídas pela cidade de Chapecó e da acessibilidade em relação ao bairro São Pedro a partir da análise espacial, conforme se apresenta na figura 23.

Figura 23 - Entidades atuantes no Bairro São Pedro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Como já explicitado, a identificação dessas instituições, entidades e associações foi possível por meio de trabalho de campo e pesquisa de observação participante, sendo feitos levantamentos e acompanhamentos às ações junto às comunidades do bairro. Para uma primeira aproximação descritiva dessas entidades, foram pesquisados dados sobre elas em sites, documentos oferecidos para consulta in loco e leituras de atas de reuniões. São, portanto, doze instituições, entidades ou associações que perfazem suas ações e intervenções no bairro, divididas em cinco categorias: 1) instituições públicas; 2) Religiosas; 3) Associações de Bairro; 4) Organizações e 5) Programas.

## 1. Instituições Públicas:

### a) *Prefeitura Municipal de Chapecó*

A prefeitura Municipal de Chapecó, desempenha um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento de todos os bairros da cidade, atuando em diversas frentes, buscando atender as necessidades dos moradores, bem como o aprimoramento na qualidade de vida da comunidade. Tem dessa forma, envolvimento direto e constante com o bairro São Pedro por meio de diversas ações implementadas pelo poder público. Essas ações são geradas através de programas que possuem variação na duração de suas atividades, sendo alguns permanentes, e outros relativos as gestões municipais e apoios governamentais.

Dentre os programas atuais da prefeitura, que se relacionam diretamente com o bairro São Pedro, temos por exemplo o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do bairro São Pedro que devida sua escala de atividades, será detalhado posteriormente, como entidade participante da rede de apoio ao bairro.

As ações da prefeitura, além de incubar e fomentar programas, também se baseiam em fornecimento de melhorias urbanas, equipamentos públicos e geração de segurança para toda a comunidade. Um dos respondentes do questionário, em menção ao papel do poder público, destacou:

Hoje, naquela região, temos muitos equipamentos públicos, temos duas unidades de saúde, que atendem a região leste, temos os colégios municipais, a escola parque, que hoje vai ser relocada para esse setor, temos o CRAS nessa região, que dá assistência social, parques que foram criados, como por exemplo o parque da família, onde no parque da família está sendo construída a cidade da criança, revitalizando a região e qualificando os moradores [...] o bairro São Pedro sempre teve uma estigmatização, eu nasci aqui em Chapecó, lá se chamada o quadro dos pobres, toda aquela região sempre teve um preconceito muito grande, revitalizar aquela região sempre busca quebrar esses estigmas. Hoje tem ainda projeção de novos parques para serem construídos, como o parque verde vida, dentro dele vai ter a escola de talentos, a escola de talentos vai abrigar crianças de altas habilidades em várias áreas do conhecimento. Temos a base da polícia militar, para segurança da comunidade. [...] São vários programas que hoje existem, para que pessoas com poucas oportunidades, recebam mais oportunidades, como converter a escola parque em um centro de capacitação, com vários cursos de capacitação e qualificação profissional, no coração do bairro São Pedro. (Representante Prefeitura, 2024).

Esses elementos descritivos evidenciam que as ações da Prefeitura são imprescindíveis para a qualificação do lugar e demarcam presença no território ao institucionalizar ações em conjunto com as comunidades.

## b) CRAS

De acordo com os serviços de informações do Governo Federal<sup>12</sup> (2024), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, que atua como a porta de entrada para os serviços de proteção social básica oferecidos pelo governo. O principal objetivo do CRAS é prevenir situações de risco social e vulnerabilidade, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e promovendo o acesso a direitos e serviços essenciais.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (2024), cada CRAS está localizado em áreas estratégicas, geralmente em comunidades ou bairros com maior índice de vulnerabilidade social, para estar próximo das famílias que mais necessitam de apoio. No CRAS, as famílias podem acessar uma variedade de serviços, incluindo:

**Atendimento Social:** Profissionais como assistentes sociais e psicólogos oferecem escuta qualificada, orientação e apoio para ajudar as famílias a superarem situações de dificuldade, como desemprego, violência doméstica, e falta de acesso a serviços básicos.

**Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda:** O CRAS é responsável pelo cadastramento e atualização do Cadastro Único para Programas Sociais, que é o principal instrumento para que famílias de baixa renda possam acessar programas como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), e outros auxílios governamentais.

**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** O CRAS promove atividades coletivas, como oficinas culturais, esportivas, e educativas, que visam fortalecer os laços familiares e comunitários, prevenir a violação de direitos e promover a inclusão social.

**Orientação e Encaminhamento:** As equipes do CRAS orientam as famílias sobre como acessar outros serviços públicos, como saúde, educação, e emprego, e fazem encaminhamentos para serviços especializados quando necessário, como centros de saúde mental ou abrigos.

**Apoio às Famílias:** O CRAS oferece suporte para famílias em situações de crise, como aquelas que enfrentam desastres naturais, perda de moradia, ou

---

<sup>12</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social> Acesso em 10/09/2024

necessidade de cuidados especiais para membros da família. O objetivo é ajudar essas famílias a se reestruturarem e se fortalecerem diante das adversidades.

**Educação e Empoderamento:** O CRAS também promove atividades de capacitação e educação, como cursos e oficinas que visam o desenvolvimento de habilidades e o empoderamento dos indivíduos, incentivando a autonomia das famílias e a melhoria de sua qualidade de vida.

O trabalho do CRAS é fundamental para a promoção da cidadania e para a construção de uma rede de proteção social que atenda às necessidades das comunidades mais vulneráveis. Ao conectar as pessoas aos recursos disponíveis e fortalecer os laços sociais, o CRAS desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, também atendendo aos cuidados necessários em frentes diversificadas, imprescindíveis para uma vida em sociedade.

## **2. Instituições religiosas**

### *a) Igrejas Católicas e evangélicas*

As igrejas católicas e evangélicas desempenham um papel significativo no desenvolvimento de bairros populares, atuando como importantes agentes de transformação social e comunitária. Suas contribuições vão além das práticas religiosas, abrangendo diversas iniciativas que promovem o bem-estar, a coesão social e o desenvolvimento humano.

Dentro do bairro São Pedro, tanto as igrejas católicas quanto as evangélicas estão frequentemente envolvidas em ações de caridade e assistência social, oferecendo apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, como distribuição de alimentos, roupas, móveis, medicamentos, entre outros elementos, sendo que algumas igrejas também mantêm projetos de assistência continuada, através de atendimento de conversas e instruções, não apenas de conduta religiosa, mas que buscam a formação cidadã. Esses serviços são essenciais para atender as necessidades básicas da população e reduzir a situação de pobreza.

Algumas instituições religiosas observadas, como igrejas evangélicas e a paróquia São Francisco de Assis, também disponibilizam para participação da comunidade atividades culturais, como grupo de coral, aulas de violão, grupos de teatro e grupos de leitura bíblica, trazendo enriquecimento a vida cultural de seus moradores.

Outro aspecto muito importante, é na promoção do convívio social e fortalecimentos de laços comunitários, não apenas através de celebrações, como também através de eventos (almoço da comunidade, festa de padroeiro ou de datas comemorativas religiosas, retiro de jovens, entre outros). Essas festividades promovem integração e o espírito de comunidade, que ampliam as noções de fraternidade, e fortalecimento de laços de solidariedade e apoio mútuo dentro do bairro.

*b) Centro Espírita Bezerra de Menezes*

O Centro Espírita Bezerra de Menezes, instituição espírita, localizado em Chapecó, tem desempenhado um papel fundamental na comunidade da grande região do bairro São Pedro, ao longo dos últimos 17 anos. Com dedicação e compromisso, a instituição atua em atividades socioeducativas e de evangelização, sempre guiada pelos princípios de solidariedade e amor ao próximo. Através de suas iniciativas, o Centro proporciona um ambiente acolhedor para crianças e adolescentes com idades entre 04 e 17 anos, promovendo seu desenvolvimento integral.

Uma das parcerias de destaque do Centro Espírita Bezerra de Menezes é com o projeto Verde Vida, que disponibiliza suas salas de aula para as atividades realizadas. Essa ação fica melhor evidenciada pelo relato de uma das respondentes do questionário, que enfatiza:

A coordenação do Projeto Verde nos cedeu, eles vão todo domingo abrir pra gente, e depois vão lá fechar. Nós temos 4 salas disponíveis, a cozinha e mais o refeitório. Se não fossem eles... chegam todo domingo, 15 para as oito e depois vão lá fechar. [...] Se nós não tivéssemos a parceria com eles, nós teríamos dificuldade de fazer isso, a parceria com eles é ponto fundamental pra nós, pra gente continuar esse trabalho, eles são maravilhosos. (Representante Centro espírita Bezerra de Menezes, 2024)

Essa colaboração tem sido fundamental para oferecer uma estrutura adequada, onde as crianças e jovens podem participar de diversas atividades educacionais e espirituais, que visam não apenas a formação acadêmica, mas também o fortalecimento de valores morais e éticos. Proporcionam, também, aos jovens alimentação durante o período que estão no programa. O projeto também busca parcerias com o Proerd e polícia militar para palestras de combate às drogas.

O programa ofertado pelo Centro Espírita Bezerra de Menezes, se intitula: Posto Amor a Jesus e conta com a colaboração de aproximadamente 15 pessoas, participantes da casa espírita, e realizam uma média semanal de atendimento a cerca

de 50 crianças e adolescentes, além de contribuírem para o desenvolvimento familiar de todos os atendidos pelo programa, buscando auxiliar na busca de empregos para os pais e proporcionando cestas básicas quando possível, para famílias mais necessitadas. Esses quantitativos não estão expressos em documentos oficiais, contudo, uma das pessoas respondentes enfatizou:

Cadastrados nós temos em torno de 50 crianças, que começa de 04 anos e vai até adolescência, nós temos jovens lá de 18, 19, inclusive dois jovens deles, estão ajudando nas salas agora, eles passaram por todos os processos, das turminhas, e agora a gente teve essa oportunidade de trazer eles, pra também eles ajudarem nas conduções dos trabalhos. [...] Tem crianças que as vezes mudam de lugar e continuam indo lá, a gente não tem restrição, quem vai lá, a gente atende, se quiser continuar continua. (Representante Centro espírita Bezerra de Menezes, 2024).

Ao longo desses 17 anos, o Centro Espírita Bezerra de Menezes tem se consolidado como um espaço de acolhimento e formação, contribuindo de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sempre inspirado nos ensinamentos espíritas e no exemplo de Bezerra de Menezes, segundo uma das pessoas respondentes do questionário, que expressou:

A gente trabalha pra que eles consigam olhar pra frente, pra que eles consigam ter oportunidade, nosso trabalho vai continuar, nossa intenção é ajudar o máximo que puder, nossa expectativa é que eles cresçam como cidadãos de bem, que tenham uma oportunidade na vida como todo mundo e não sejam caracterizados, que não tenham uma faixa na testa que são do bairro São Pedro, e que se tiver que se tenha uma outra visão. (Representante Centro espírita Bezerra de Menezes, 2024).

### **3. Associações de bairro:**

#### *a) Associação de catadores de materiais recicláveis*

A Associação de Catadores de materiais recicláveis do bairro São Pedro desempenha um papel crucial no fortalecimento econômico de uma população carente, oferecendo uma alternativa de sustento através de um trabalho que, apesar de sua importância social e ambiental, ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de regulamentação formal e a instabilidade financeira.

O bairro São Pedro, como muitos bairros populares, é habitado por famílias que frequentemente enfrentam dificuldades econômicas, falta de oportunidades de emprego e condições de vida precárias. Para muitos moradores, a coleta de materiais recicláveis surge como uma das poucas alternativas de renda. A Associação de Catadores organiza esses trabalhadores, muitos dos quais operavam de maneira

informal e solitária, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho mais estruturado e seguro.

Ao unificar os catadores em uma associação, cria-se um sistema de suporte que permite a negociação de melhores preços pelos materiais recicláveis, o acesso a programas sociais e de capacitação, e a defesa de direitos básicos. Essa organização é essencial para a inclusão econômica desses trabalhadores em um contexto onde oportunidades formais de emprego são escassas.

As oscilações financeiras, muitas vezes decorrentes das variações no preço dos materiais recicláveis e da demanda irregular dos compradores, impactam diretamente a estabilidade econômica dos catadores. A Associação de Catadores do bairro São Pedro atua como uma rede de apoio, ajudando a minimizar esses impactos por meio de parcerias com empresas e programas governamentais, e promovendo a diversificação das atividades econômicas para que os associados tenham mais segurança financeira.

A formação de redes de cooperação dentro e fora do bairro é essencial para a sustentabilidade financeira do grupo.

O impacto da Associação de Catadores vai além do fortalecimento econômico de seus membros. A associação contribui significativamente para a sustentabilidade ambiental do bairro e para a conscientização da população sobre a importância da reciclagem. Essa atuação também valoriza o trabalho dos catadores, promovendo um reconhecimento social que pode abrir portas para futuras regulamentações e melhores condições de trabalho.

Além disso, ao gerar emprego e renda dentro da própria comunidade, a associação ajuda a reduzir a dependência de empregos formais, muitas vezes inexistentes ou inacessíveis para a população do bairro São Pedro. Esse fortalecimento econômico interno cria um ciclo virtuoso de desenvolvimento, onde a melhoria das condições de vida leva a uma comunidade mais organizada, mais ativa e mais capaz de buscar seus direitos. Suas parcerias mais diretas, se relacionam a Prefeitura Municipal de Chapecó e ao projeto Verde Vida.

#### *b) Amigos do Parque*

A associação Amigos do Parque, localizada no bairro Paraíso (vizinho ao São Pedro), teve sua fundação oficializada no ano de 2007 e surgiu através da união de moradores dos bairros Paraíso e São Pedro, que começaram um trabalho de

ocupação de uma área de mata para criação de um parque que pudesse acolher as necessidades das comunidades em termos de lazer. Nesse sentido, se traz uma visão do autor mediante observação participante e também como fala complementar a menção de um dos respondentes do questionário:

Até o ano 2007, a atual parque Alberto Fin, era apenas uma área de mata, demarcada pela prefeitura como uma futura área de parque, mas que na prática, como relatos da comunidade, era apenas mais um projeto que nunca saía do papel, tendo inclusive muitas placas restritivas, sinalizando a população a não acessar a área pública. Essas placas, como um sinal de conquista, são guardadas até hoje pela associação Amigos do parque, onde são mantidas em seu acervo pessoal, como parte da sua história ao enfrentamento político. No ano de 2006, através de um grupo preocupado de moradores com a falta de lugares de sociabilidade e recreação para crianças e jovens, começaram o processo de ocupação da área, transformando o espaço inicialmente, apenas com um campo de futebol improvisado. Aos poucos, consolidaram uma associação que englobava membros tanto do bairro Paraíso, quanto do bairro São Pedro e Bom Pastor. Para os membros da associação, a região que antes era dividida em loteamentos, se transformou em um bairro estruturado, resultado dos esforços e das demandas da própria comunidade. Notas do autor, 2024.

O que resolve são os projetos sociais. Quando nós começamos com o parque aqui, foi para juntar essa piazada da rua. Entendeu? Foi para juntar essa piazada da rua. Nós invadimos essa área aqui. Invadimos. Em 2006, nós invadimos, o que era uma área abandonada. Era um parque, mas só no papel, porque estava cheio de placas, que não era nem para entrar, nem para deixar rastro. Nós invadimos, fizemos campo de futebol e fomos indo e criamos a associação com membros de vários bairros da região, não só com pessoas do bairro Paraíso que na época era loteamento. (Representante Associação Amigos do Parque, 2024)

Partindo dessas reivindicações e estruturações populares, em parceria com o programa PROPAZ e o poder público municipal, conseguiram oficializar a área como parque público, hoje conhecido como Parque Alberto Fin, o que possibilitou a captação de recursos e investimentos da prefeitura, estruturando dessa forma um ginásio comunitário e demais estruturas como churrasqueiras comunitárias, campo de futebol e espaços para reuniões de grupos de idosos e de mães. Em observações participantes do autor, se puderem constatar:

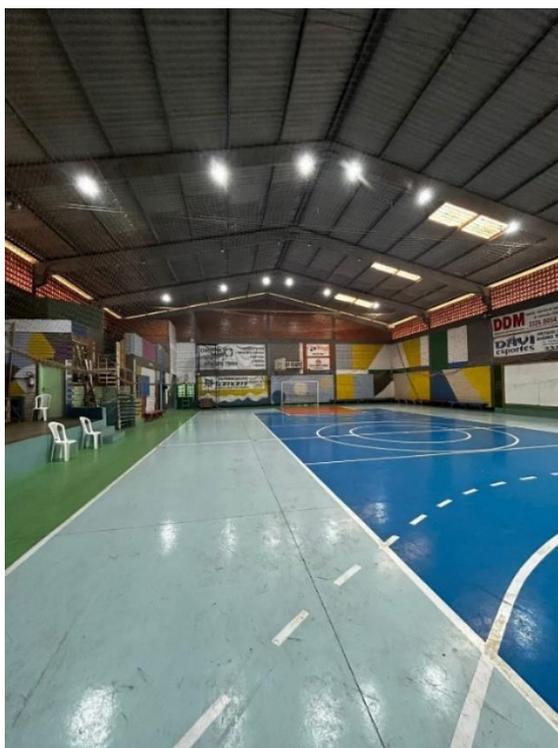
No início do apoio da prefeitura, oficializando o parque Alberto Fin, para a comunidade e para a associação, os objetivos, quando pensavam na idealização desse espaço, ia além das infraestruturas básicas como banheiro ou campo. Para a associação, eles queriam construir algo maior, uma rede que permitisse desenvolver projetos sociais. Eles observam que a comunidade cresceu não só em número (considerando todos os bairros que fazem usufruto do espaço), mas em possibilidades e sonhos, que ultrapassam o que inicialmente eles imaginavam quando começaram com um campo de futebol improvisado. Para os membros, são lutas que atravessam gerações. Notas do autor, 2024.

Figura 24 - Fachada ginásio Amigos do parque



Fonte: Do autor (2024).

Figura 25 - Interior Ginásio Amigos do Parque



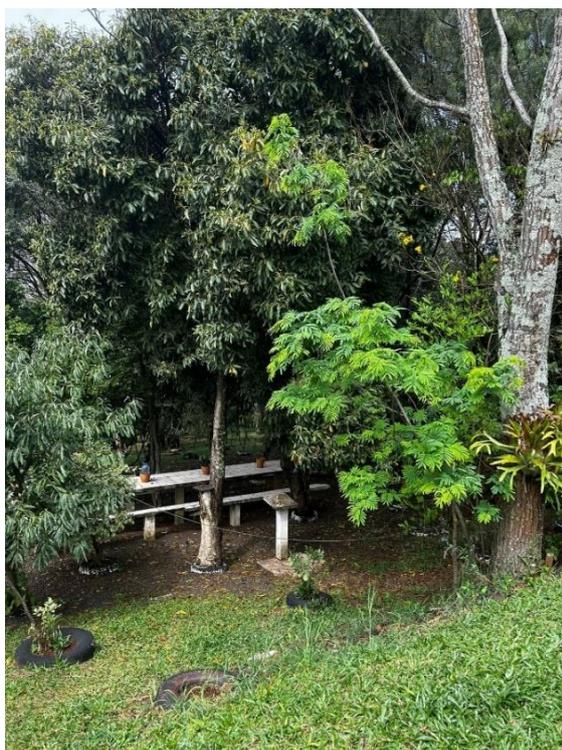
Fonte: Do autor (2024).

Figura 26 - Clube de idosos e mãe em construção – Amigos do Parque



Fonte: Do autor (2024).

Figura 27 - Mesas de reuniões e refeições do Parque



Fonte: Do autor (2024).

A Associação Amigos do Parque, atua na manutenção e gestão de todo o parque e suas estruturas físicas, também fazendo toda a organização de agenda dos usos por parte da comunidade, hoje contando com cerca de 50 voluntários, moradores dos bairros em questão.

Hoje, o Parque Alberto Fin, em especial seu ginásio, pode ser visto pelas comunidades dos dois bairros como uma segunda casa, que abriga muitos programas e ações. Nele são recebidas as reuniões da associação de moradores do bairro São Pedro e do bairro Paraíso, os grupos de idosos e mães de ambos os bairros, são feitas festas de aniversários infantis, celebrações religiosas, aulas de patinação e futebol, treinos e campeonatos das comunidades, almoços e jantares beneficentes e demais ações.

O ginásio é visto pela comunidade como o coração de todos os esforços da associação, basicamente todas as atividades acontecem lá, com dia e hora marcada em um caderno de anotações, na copa do ginásio. Uma das possibilidades que chama atenção, é a contribuição solidária da comunidade, através de almoços e jantares beneficentes para quem precisa arrecadar dinheiro para tratamentos de doenças que precisem ir para fora de Chapecó, organizados pela associação, principalmente pensando nos custos dos acompanhantes de quem está em tratamento, para que a pessoa consiga ter alguém junto em sua viagem dando apoio. Hoje o ginásio tem a possibilidade para atender até 600 pessoas em jantares e almoços, com itens adquiridos pela própria associação. A comunidade também se organiza através de um grupo de *WhatsApp* para trazer informações sobre movimentações do bairro e inclusive cuidar dos cachorros da rua, que são considerados por muitos, parte integrante da comunidade, onde também fazem caixinha para compra de ração e despesas veterinárias. Notas do autor, 2024.

A associação ainda conta com a parceria do Verde vida, para cursos e palestras educacionais, e doação de mudas de árvores em ações pontuais.

### *c) Associação de moradores do Bairro São Pedro*

A Associação de Moradores do Bairro São Pedro, foi fundada no ano de 2010, com o objetivo de desempenhar um importante papel na busca pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, tendo como principal função a de representar os interesses dos moradores, atuando como um elo entre a população e os órgãos públicos.

A participação ativa da comunidade com o advento da pandemia se reestruturou em diversas formas, fragilizada por um tempo, mas que busca se consolidar e fortalecer novamente em prol da comunidade.

Hoje, por falta de infraestrutura, as reuniões e eventos organizados pela associação, ocorrem no ginásio do parque Alberto Fin, onde a associação promove discussões voltas ao bem-estar coletivo, como melhorias na infraestrutura do bairro, segurança, saúde e educação. Além disso, organiza eventos comunitários e atividades culturais e esportivas que fortalecem o convívio social e incentivam a participação cidadã, com o objetivo de construir um bairro mais acolhedor e seguro para todos. Segundo esses aspectos, um dos respondentes do questionário destaca:

A associação de moradores do Bairro São Pedro, tem uma grande colaboração e envolvimento com a associação Amigos do Parque, por dividirem o mesmo espaço, o ginásio de esportes do parque Alberto Fin, para suas atividades. É interessante pensar que uma associação comunitária de bairro não exerce suas reuniões em seu próprio bairro, porém isso se deve a fatores considerados pela associação como falta de local apropriado com infraestrutura para reuniões e também insegurança em localizações similares, como por exemplo o ginásio do bairro São Pedro, por ser uma área lentamente dominado pelo tráfego. Além da utilização de espaço físico, as entidades contribuem com decisões espaciais juntamente com outras entidades e outras associações de moradores de bairros adjacentes ao São Pedro e Paraíso, como por exemplo definirem juntamente com prefeitura e mediação do PROPAZ, a localização de postos de saúde e creches em localizações que atendam a demanda de todos os bairros envolvidos e fiquem em posicionamentos estratégicos, para serem próximas a todos. Notas do autor, 2024.

#### **4. Programas**

##### *a) Verde Vida*

O Programa Verde Vida é uma organização social em que, de acordo com dados da própria entidade (2024), volta-se para a inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, acolhendo principalmente residentes dos bairros Bom Pastor onde se insere e bairro São Pedro. Criada em 1994, a instituição desenvolve projetos educativos, culturais e ambientais, com o objetivo de oferecer oportunidades de capacitação e inclusão social.

Um dos pilares do programa é a reciclagem, que não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também gera empregos e renda para a comunidade local. Além disso, o Verde Vida realiza a coleta de resíduos recicláveis e óleo residual, mantém uma horta urbana e desenvolve oficinas educativas para jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

O verde Vida hoje é visto por muitos moradores do São Pedro e bairros adjacentes, como um elemento fundamental para a manutenção da solidariedade e

perspectiva de um futuro melhor na região abrangente ao bairro São Pedro. Sendo também um importante elo na coletividade e estruturante na rede de apoio ao bairro. A organização desempenha um papel importante na transformação social e ambiental de Chapecó, fortalecendo vínculos comunitários e oferecendo novas oportunidades para os jovens da região.

Recentemente, a instituição doou um terreno para a prefeitura para a construção do Parque Verde Vida, um espaço de lazer e convivência para a população, que também abrigará uma escola de talentos voltada ao desenvolvimento de jovens em áreas como esportes, informática e música. Em observação participante, pode-se observar que:

O Verde Vida é, acima de tudo, um espaço de acolhimento e transformação. O programa é uma rede por si só, de suporte a diversas crianças e adolescentes da grande São Pedro, que enfrentaram realidades de risco social. O ambiente se percebe como uma segunda casa, em que todos se conhecem, um ponto de encontro onde cada jovem que chega é convidado a sonhar e acreditar em si mesmo. O objetivo do Verde Vida, é transformação social, de realidades e de incentivar a partir dessas novas realidades possíveis, que o trabalho se torne uma fonte promissora de vida, honesta, para se fugir do crime, através de momentos, oficinas, aprendizados, que mostrem para cada um que seu lugar na sociedade é valorizado e suas escolhas fazem a diferença. Muitos dos jovens que passaram pelo programa encontraram ali a porta para o primeiro emprego, transformando possibilidades em realidade. Notas do autor, 2024.

Figura 28 - Localização do Verde Vida em vermelho e do futuro parque Verde Vida em amarelo



Fonte: Vista aérea acervo verde vida (2022) Edição do autor (2024).

Figura 29 - Perspectiva 3D do parque Verde Vida



Fonte: Prefeitura de Chapecó, 2024.

#### *b) PROPAZ*

O Programa de Reconstrução Orgânica da Paz (PROPAZ), foi criado em Chapecó com o objetivo de unir atores públicos no enfrentamento à violência e se trata de uma iniciativa integrada e inovadora, voltada para o atendimento e reabilitação de adolescentes em conflito com a lei. O programa promove, articula e fortalece políticas públicas direcionadas à infância e adolescência, garantindo a proteção dos direitos, prevenindo a violência e disseminando uma cultura de paz. A ação conta com a parceria de diversos setores da sociedade, tanto governamentais quanto não governamentais, que trabalham em conjunto para alcançar esses objetivos.

O trabalho integra o Ministério Público, o Poder Judiciário, o CIEE, a Prefeitura de Chapecó, a Justiça Federal de Santa Catarina, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública e as Polícias Militar e Civil, com apoio de entidades classistas.

O programa como identificado na aplicação de questionários também tem participação na comunicação e diálogo de ações entre associações comunitárias e poder municipal.

### **5. Organizações**

#### *a) Lions Club Chapecó – Leste*

O Lions Club é uma organização internacional de serviços fundada em 1917, com o objetivo de promover o espírito de voluntariado e melhorar as comunidades locais e globais. Presente em mais de 200 países e regiões, o Lions Club é uma das maiores organizações de clubes de serviço do mundo, com mais de 1,4 milhão de membros.

Os Lions são conhecidos por seu trabalho em diversas áreas, como a saúde ocular, a luta contra a fome, a preservação do meio ambiente e o apoio a juventude. A missão principal da organização é "servir", e seus membros se dedicam a identificar necessidades locais e ajudar de forma prática e eficaz.

Uma das iniciativas mais emblemáticas do Lions Club é o programa "SightFirst", que visa combater a cegueira evitável em todo o mundo. Os Lions também promovem campanhas de conscientização sobre a diabetes, realizam doações de alimentos para comunidades carentes, organizam projetos de reciclagem e promovem atividades culturais e educativas para jovens.

Cada clube é independente e composto por membros da comunidade local que compartilham o desejo de contribuir para o bem-estar coletivo. A organização funciona de maneira democrática, com líderes eleitos periodicamente, e promove um forte senso de camaradagem e trabalho em equipe.

Além de seus esforços de serviço, o Lions Club também é um espaço de crescimento pessoal e profissional para seus membros, oferecendo oportunidades de liderança, networking e aprendizado contínuo. Assim, o Lions Club se destaca não apenas como uma força de mudança social, mas também como um pilar de desenvolvimento humano e comunitário.

#### *b) Rotary*

O Rotary International é uma organização global de líderes empresariais e profissionais que se unem para promover serviços humanitários, fomentar a ética profissional e contribuir para o avanço da paz e da compreensão mundial. Fundado em 1905 por Paul Harris em Chicago, o Rotary teve origem com o objetivo de criar uma rede de apoio entre profissionais e incentivar o desenvolvimento de valores comunitários. Ao longo do tempo, cresceu para se tornar uma das maiores e mais conhecidas organizações de serviços humanitários no mundo, com clubes em mais de 200 países.

A missão do Rotary é baseada em suas áreas de enfoque, que incluem a promoção da paz, a luta contra doenças, o fornecimento de água limpa e saneamento, a saúde materna e infantil, a educação básica, a alfabetização e o desenvolvimento econômico. Com iniciativas de grande impacto, como a campanha “End Polio Now”, que visa erradicar a poliomielite globalmente, o Rotary já contribuiu para reduzir significativamente a incidência da doença em diversos países.

Além das suas ações humanitárias, o Rotary é conhecido pelo fortalecimento da ética e do companheirismo entre seus membros, promovendo a filosofia do “dar de si antes de pensar em si”. Isso é feito através de encontros periódicos, eventos comunitários e projetos locais e internacionais, onde os rotarianos compartilham suas habilidades e conhecimentos para melhorar as condições de vida em suas comunidades.

No Brasil, o Rotary desempenha um papel fundamental no suporte a projetos de educação, saúde e infraestrutura em áreas carentes, além de fomentar programas de intercâmbio de jovens e de desenvolvimento de lideranças. Os clubes Rotary, compostos por membros de diferentes profissões, incentivam a colaboração para a resolução de problemas locais, ajudando a construir uma sociedade mais equitativa e solidária.

### 5.3 REDES DE CONCEITOS E REDES DE COLABORAÇÃO

Para identificar o nível de colaboração entre as entidades, a formação de redes comunitárias no bairro São Pedro as entidades foram analisadas a partir de duas perspectivas distintas, mas complementares: a perspectiva da rede de conceitos e a da rede de colaboração.

Para tanto, a abordagem segue as concepções teóricas de Santos (1999) sobre redes, em que o espaço é entendido como o resultado da articulação entre ações e objetos geográficos, dando origem a dinâmicas complexas e interconectadas.

#### 5.3.1 Formação de redes através de conceitos

Essa abordagem parte do princípio de que as redes não são necessariamente visíveis ou baseadas em interações diretas. Ao contrário, elas podem se formar pela convergência de objetivos, nichos de atuação ou modos de operar semelhantes entre as entidades de um bairro, ainda que essas entidades não mantenham relações

explícitas entre si. Segundo Santos (1999), o território é uma estrutura que integra objetos naturais e artificiais, mas é a rede de ações que organiza essa estrutura. Assim, mesmo que as entidades não interajam diretamente, o fato de elas atuarem em nichos específicos cria uma conexão implícita, formando uma rede conceitual ou simbólica.

No contexto do bairro São Pedro, por exemplo, entidades que promovem sustentabilidade, educação ou inclusão social podem não colaborar diretamente, mas o modo como suas ações afetam a comunidade em termos de cidadania e desenvolvimento já constitui uma rede de ações paralelas que atende a segmentos específicos. Mesmo sem uma colaboração explícita, essas entidades acabam por atender a segmentos específicos da população que, de outra forma, ficariam desassistidos. Essa rede conceitual contribui para o fortalecimento de determinados grupos da comunidade, mesmo sem articulação formal.

### **5.3.2 Redes de colaboração entre entidades**

A segunda forma de rede se manifesta através de colaborações diretas, onde entidades podem ter ações distintas, mas compartilham recursos, espaços ou se apoiam de alguma maneira para facilitar suas atividades. Aqui, as redes se formam a partir da interação prática entre os atores sociais. Seguindo a perspectiva de Santos (1999), essa colaboração ocorre na medida em que as entidades transformam o espaço urbano, criando redes que modificam o uso e a função dos territórios onde operam.

Um exemplo pode ser a coabitação de um centro comunitário por diferentes organizações. Embora os objetivos dessas organizações sejam distintos, elas dividem o mesmo espaço físico e se apoiam logisticamente, o que gera uma rede colaborativa. Nesse sentido, o compartilhamento de infraestruturas, saberes e até públicos cria uma rede de suporte mútuo, reforçando as condições para a execução de suas atividades.

Essas duas formas de redes se complementam e são essenciais para entender a complexidade das relações dentro do território do bairro São Pedro. Redes conceituais podem gerar ações fragmentadas, mas com efeitos agregados, enquanto as redes colaborativas mostram como a articulação entre diferentes agentes pode potencializar o impacto coletivo no desenvolvimento local.

#### 5.4 REDES DO BAIRRO SÃO PEDRO E NÍVEIS DE COLABORAÇÃO

Por meio da análise de informações obtidas em documentos, registros históricos e públicos das entidades, juntamente com dados coletados por meio de observação participante e aplicação de questionário, foi possibilitado a identificação dos principais conceitos e abordagens dessas entidades. Através dessas análises se criaram seis redes de conceitos atuantes no bairro através dos eixos: A) sustentabilidade e gestão ambiental; B) Religião e Espiritualidade; C) Amparo à criança e adolescente; D) Ações de doações e amparos a famílias carentes; E) Formação cidadã e participação popular na gestão de bairro; e F) Família, amigos e vizinhança, apresentados em esquema na figura 30.

Figura 30 - Esquema de redes de conceitos



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

No contexto das redes de conceito do bairro São Pedro, a rede de conceitos também será analisada através da ótica de comunidade imaginada, de Anderson (1983), na qual o autor aborda o conceito, como uma construção social em que os membros compartilham uma identidade e um sentimento de união, apesar de não se conhecerem pessoalmente.

É imaginada, porque os membros, de até mesmo a menor nação, nunca vão conhecer a maioria de seus companheiros, encontra-los ou até mesmo ouvir falar deles, e mesmo assim, nas mentes de cada vida, vive a imagem de sua comunhão. (Anderson, 1983, p. 6, tradução nossa).<sup>13</sup>

Em uma comunidade imaginada as conexões são simbólicas e baseadas em ideias, valores e práticas culturais compartilhadas. Podemos observar a formação de uma comunidade imaginada entre as entidades que atuam em torno de temas comuns, como sustentabilidade, cidadania e apoio social, mesmo sem interação direta entre elas. Cada entidade compartilha valores e objetivos que promovem uma “fraternidade” simbólica e uma identidade comunitária implícita, reforçando o senso de pertencimento e a coesão social no bairro. Anderson ressalta que “comunidades são distinguidas, não por suas falsidades/genuinidades, mas pelo estilo no qual são imaginadas” (1983, p. 6, tradução nossa)<sup>14</sup>, indicando que o estilo de atuação dessas entidades em torno de temas comuns cria uma narrativa compartilhada que consolida uma identidade coletiva.

A ideia de comunidade imaginada permite compreender como redes de valores e ideias podem unir pessoas e instituições em torno de objetivos comuns, criando uma coesão social que não depende de laços físicos, mas de um sentimento compartilhado de pertencimento e propósito. No caso das entidades do bairro São Pedro, a presença de ideais e ações convergentes, como a promoção de cidadania e apoio às famílias carentes, cria uma comunidade imaginada que não se limita a uma colaboração direta, mas se sustenta pela imagem de comunhão e compromisso com o desenvolvimento e bem-estar do bairro.

### 1. Rede de Sustentabilidade e Gestão Ambiental (círculo verde)

As entidades agrupadas sob o conceito de sustentabilidade e gestão ambiental — Verde Vida, Prefeitura, Associação de Moradores, Amigos do Parque e Associação de catadores de lixo e recicláveis — estão vinculadas pelo foco em práticas sustentáveis e de preservação ambiental. Essa rede, embora informal, exemplifica o conceito de redes descrito por Santos (1996): elas formam uma rede conceitual que se organiza em torno de ideais comuns.

---

<sup>13</sup> Texto original: It is imagined because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion. (Anderson, 1983, p. 6)

<sup>14</sup> Texto original: Communities are to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined. (Anderson, 1983, p. 6)

Na perspectiva do capital social, essa rede reflete um capital relacional baseado em valores compartilhados de responsabilidade ambiental. Verde Vida e a Associação de catadores de recicláveis, por exemplo, atuam com iniciativas de reciclagem e educação ambiental, enquanto a Prefeitura e a Associação de Moradores têm poder para mobilizar pessoas, recursos e influenciar políticas públicas. A conexão conceitual dessas entidades, embora indireta, cria uma “rede de confiança ambiental” que contribui para aumentar a consciência e as práticas de sustentabilidade no bairro. Em termos práticos, isso sugere que mesmo em situações sem ações conjuntas, o ideal comum entre essas entidades promove um espaço de troca simbólica, onde práticas ambientais são reforçadas pela coexistência de esforços.

## 2. Rede de Religião e Espiritualidade (círculo azul)

O Centro Espírita Bezerra de Menezes, Igrejas Evangélicas e Mitra, constituem uma rede de espiritualidade que transcende a atuação institucional isolada. Na teoria das redes, isso pode ser entendido como uma rede de apoio moral e emocional que reforça os laços comunitários e provê recursos espirituais para o bem-estar.

Essas entidades têm uma forte capacidade de gerar coesão social e identidade comunitária, alinhando-se ao conceito de capital cultural do bairro, que aqui se manifesta na forma de crenças e práticas religiosas compartilhadas. A espiritualidade e o apoio oferecido por essas instituições atuam, promovendo a inclusão e oferecendo um espaço para troca de experiências e suporte emocional. Essa rede informal impacta diretamente na resiliência da comunidade, tornando os indivíduos mais aptos a enfrentar desafios sociais por meio do suporte coletivo e da promoção de valores éticos.

## 3. Rede de Ações de Doações e Amparo a Famílias Carentes (círculo amarelo)

Este grupo, formado pelo Centro Espírita Bezerra de Menezes, Igrejas Evangélicas, Mitra, Rotary e Lions, representa uma rede de solidariedade comunitária, evidenciando um capital social do tipo capital de vínculo — um termo que descreve o apoio social direto em situações de vulnerabilidade.

Essas redes de assistência são vitais em contextos que lidem com públicos de baixa renda, pois oferecem não apenas ajuda financeira e material, mas também promovem dignidade e pertencimento aos indivíduos que delas se beneficiam. Essa

rede atua como um sistema de amparo informal, onde o suporte social é oferecido em momentos de crise. Os benefícios dessa rede vão além do amparo material: ela também contribui para melhorar a conexão social, ao demonstrar que a comunidade se importa com o bem-estar coletivo e com os mais vulneráveis. Em termos práticos, o fortalecimento desse tipo de rede pode ser essencial para a resiliência econômica e emocional da comunidade.

#### 4. Rede de Amparo à Criança e Adolescente (círculo vermelho)

Entidades como Verde Vida, Prefeitura, Associação de Moradores, Amigos do Parque, Associação de catadores de recicláveis, Centro Espírita Bezerra de Menezes, Igrejas Evangélicas e CRAS formam uma rede de proteção e desenvolvimento infantil e juvenil. Essa rede demonstra a presença de um capital social protetivo, focado na formação e bem-estar das futuras gerações.

Essa rede oferece um sistema multifuncional de suporte, que abrange desde atividades educacionais e culturais até assistência social e proteção legal. A presença dessas diversas entidades reflete uma estrutura de rede de segurança social, onde crianças e adolescentes recebem suporte em várias dimensões, seja pela assistência psicológica oferecida pelo CRAS ou pelo engajamento ambiental e de formação de trabalho do Verde Vida. Essa estrutura holística impacta positivamente no desenvolvimento do capital humano da comunidade, preparando as crianças e adolescentes para um futuro mais próspero e estável. Essa rede é essencial para quebrar o ciclo intergeracional de pobreza e vulnerabilidade social, ao proporcionar acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento.

#### 5. Rede de Formação Cidadã e Participação Popular na Gestão de Bairro (círculo rosa)

Formada pela Associação de Moradores, Amigos do Parque e Associação de catadores de recicláveis, esta rede reflete uma forte tendência de capital cívico, onde a participação e o engajamento político da comunidade são reforçados.

Essa rede atua como um espaço de aprendizado cívico e político, onde os moradores são incentivados a participar das decisões e da gestão do bairro. Essa participação ativa promove a cidadania ativa, conceito amplamente discutido em teorias de democracia participativa, onde a autonomia e a voz da comunidade são

fortalecidas. A Associação de Moradores e a Associação Amigos do Parque, por exemplo, têm o papel crucial de mobilizar a população e fomentar um ambiente de diálogo entre a comunidade e o poder público. A capacidade de influenciar decisões no bairro cria uma rede de influência e pressão social, capaz de efetivar mudanças estruturais e conquistar melhorias.

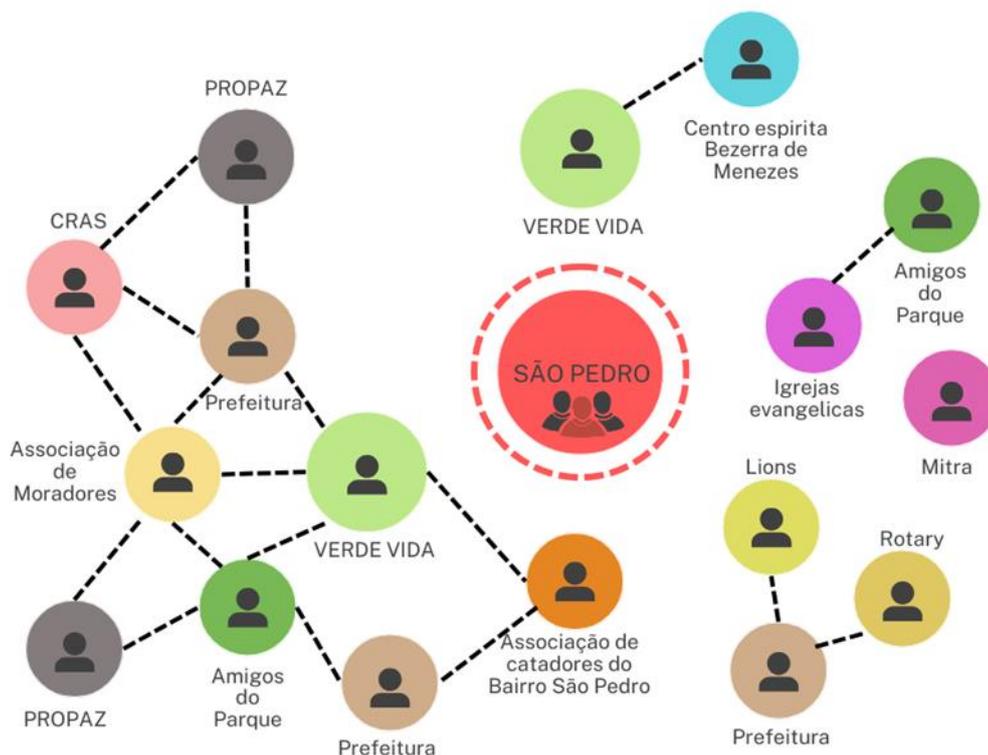
#### 6. Rede de família, amigos e vizinhança (círculo laranja)

Através do envolvimento da observação participante nas atividades vinculadas ao bairro, fica evidente que redes informais formadas entre amigos, familiares e vizinhos desempenham um papel essencial na manutenção da coesão social e no fortalecimento das relações comunitárias. Esses laços informais emergem da convivência cotidiana e são intensificados pela interdependência em um contexto onde, frequentemente, as redes formais de assistência social não alcançam todas as necessidades da população local no seu dia a dia. As relações estabelecidas ao longo do tempo – como as amizades de longa data, os vínculos familiares e as interações de vizinhança – constituem uma teia de apoio que transcende o suporte prático, abrangendo desde a troca de informações até a assistência emocional e a segurança.

Essas redes informais servem como mecanismos de resiliência, facilitando a adaptação dos moradores aos desafios socioeconômicos e estruturais do bairro. Tais redes informais podem ser compreendidas como uma forma de capital social, onde a reciprocidade e a confiança mútua fortalecem a capacidade coletiva de enfrentamento de dificuldades. No bairro São Pedro, é comum observar, por exemplo, que vizinhos se mobilizam para prestar ajuda em situações emergenciais, organizam-se para o cuidado de crianças, ou colaboram em pequenas manutenções domiciliares, contribuindo para a sustentabilidade das relações comunitárias. Esse tipo de suporte, embora frequentemente invisível para políticas públicas e estudos formais, é fundamental para a construção de uma identidade coletiva e para o desenvolvimento do senso de pertencimento dos moradores, constituindo um verdadeiro alicerce para a saúde e o dinamismo da vida comunitária.

Diante dessas classificações, o esquema seguinte (Figura 31) demonstra como essas distintas entidades se conectam formando redes integradas ou princípios de estruturação de outras redes.

Figura 31 - Esquema de redes de apoio e desenvolvimento do bairro São Pedro



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Ao gerar o esquema de redes de apoio e desenvolvimento do bairro São Pedro, se revela uma teia complexa de relações, através dos seis núcleos estabelecidos no sociograma, entre programas governamentais vinculados a prefeitura municipal, instituições religiosas, organizações, associações, programas e redes de cotidiano, onde todos se conectam para formar uma rede de apoio e desenvolvimento comunitário ao bairro.

A seguir, se organiza uma análise detalhada das interações e papéis de cada núcleo, com o intuito de averiguar os agentes, as escalas de atuação e como as ações ocorrem no bairro para transformação socioespacial, como definido no terceiro objetivo específico da pesquisa:

### **Prefeitura**

A Prefeitura aparece como uma das entidades de maiores conexões e desempenha um dos papéis de elo central no mapa de redes do bairro, conectando-se a organizações de diferentes naturezas. Sua posição mostra que ela atua como

um ponto de convergência, permitindo que recursos e informações fluam entre diversas entidades e criando uma estrutura organizacional de apoio. A Prefeitura se conecta diretamente a:

- a) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) - Esta conexão é crucial, pois o CRAS é responsável por fornecer serviços sociais básicos, como assistência às famílias em vulnerabilidade. Sua parceria com a Prefeitura fortalece o atendimento social no bairro, possibilitando um esforço conjunto para promover inclusão e suporte a populações em risco.
- b) Verde Vida - A relação entre a Prefeitura e ao programa Verde Vida parte de uma colaboração voltada ao desenvolvimento sustentável. Essa parceria se relaciona a esforços em questões ambientais e de educação ambiental, sendo a Prefeitura um facilitador na implementação de políticas e projetos ambientais. O programa e Verde vida e a prefeitura também possuem colaboração através do planejamento socioespacial da região do bairro São Pedro, principalmente, se relacionando a doação de terrenos do verde vida para a prefeitura e prefeitura para o Verde Vida e a ação da prefeitura na constituição de devolutiva a população local com um parque e escola de talentos, tendo o projeto executivo em andamento para início no ano de 2025.
- c) Amigos do Parque - A conexão com a Associação Amigos do Parque, através da Prefeitura demonstra sua atuação na preservação de áreas verdes, promovendo o uso sustentável de espaços comunitários, e atendendo também, demandas da população local, que realizaram atos de ocupação para que pudessem, hoje, ter esse parque e espaço para suas atividades.
- d) Rotary e Lions - A presença dessas organizações, que são tradicionalmente voltadas para o serviço comunitário e voluntariado, junto à Prefeitura, indica que projetos voltados para o desenvolvimento social e a melhoria de infraestrutura local podem ser uma prioridade conjunta. Essas entidades atuam em parceria com a Prefeitura em campanhas de saúde e bem-estar.
- e) Associação de Catadores do bairro São Pedro - Essa conexão é particularmente significativa, pois demonstra um apoio formal da Prefeitura para iniciativas de reciclagem e inclusão econômica. A Prefeitura, ao se conectar com essa associação, mostra apoio a iniciativas de economia circular e geração de renda para catadores, ajudando a reduzir o impacto ambiental, buscando também gerar capacitação e regularização do trabalho.

## **Entidades Comunitárias**

### *CRAS e Associação de Moradores*

O CRAS e a Associação de Moradores têm um vínculo direto, o que é comum em contextos comunitários, pois ambos lidam com questões de assistência social e representação de moradores. A Associação de Moradores está conectada tanto ao CRAS quanto à Prefeitura e ao PROPAZ, indicando uma atuação voltada para a proteção dos direitos e o atendimento das necessidades da comunidade. Essa associação tem um papel essencial na articulação das demandas dos moradores junto ao poder público.

### *PROPAZ*

O PROPAZ é uma entidade que se conecta ao CRAS, à Associação de Moradores e ao Verde Vida. Essa distribuição de conexões se relaciona ao fato de que o PROPAZ atua promovendo segurança e resolução de conflitos dentro do bairro e bairros adjacentes. Sua ligação com o CRAS demonstra um enfoque em prevenção social, enquanto a conexão com a Verde Vida e a Associação de Moradores mostra um papel integrador, unindo proteção social, segurança e desenvolvimento comunitário, tendo em vista sua atuação com jovens em vulnerabilidade social e principalmente com envolvimento em atividades ilícitas.

## **Entidades de Natureza Ambiental e Social**

### *Verde Vida e Amigos do Parque*

O Verde Vida é uma das entidades que ocupa uma posição central na rede e se conecta ao Centro Espírita Bezerra de Menezes e à Associação Amigos do Parque, evidenciando uma preocupação com o desenvolvimento sustentável e a conscientização ambiental. Suas conexões demonstram que, além do suporte governamental, o Verde Vida se beneficia de uma rede colaborativa que inclui o setor religioso e outras organizações comunitárias para promover atividades de conscientização e projetos ambientais no bairro. O Verde Vida proporciona seu espaço para que outras instituições possam manter suas atividades, como o caso do Centro Espírita Bezerra de Menezes, que graças às salas disponibilizadas, pode exercer seu papel de evangelização e auxílio à população carente, e educação juvenil.

A Associação Amigos do Parque também se conecta ao Verde Vida e à Prefeitura, mostrando um interesse em promover a conservação do espaço natural e a utilização de áreas verdes de forma sustentável.

### **Entidades Religiosas**

Igrejas Evangélicas, Mitra e Centro Espírita Bezerra de Menezes

As Igrejas Evangélicas, a Mitra e o Centro Espírita Bezerra de Menezes representam o núcleo religioso, desempenhando um papel importante na coesão social e no apoio espiritual da comunidade. Essas organizações também se conectam com entidades comunitárias, como o Verde Vida e os Amigos do Parque.

- a) Centro Espírita Bezerra de Menezes - Esta entidade possui uma conexão direta com o Verde Vida, para utilização de seu espaço para exercer suas atividades.
- b) Igrejas Evangélicas e Mitra - As Igrejas Evangélicas se conectam à Associação Amigos do Parque, devido a possibilidade que os espaços do parque representam e fornecem. Essas conexões representam atividades conjuntas, como eventos comunitários, apoio a campanhas de conscientização e mobilização de voluntários para causas diversas em favor da comunidade local.

### **Entidades de Serviço Comunitário**

*Lions e Rotary*

O Lions e o Rotary são organizações de serviço com forte tradição de apoio a iniciativas de desenvolvimento local e filantropia. A presença dessas entidades conectadas à Prefeitura reflete um esforço de integração entre poder público e voluntariado, especialmente em campanhas de saúde, educação e melhoria de infraestrutura. Suas atuações frequentemente envolvem ações de impacto rápido e eficaz, sugerindo que ambos são mobilizados para atender necessidades específicas da comunidade de forma colaborativa.

*Associação de Catadores do bairro São Pedro*

A Associação de Catadores é um ponto importante na rede devido ao seu foco em sustentabilidade e inclusão econômica. Essa associação se conecta diretamente à Prefeitura, o que indica um apoio institucional para iniciativas de reciclagem e

economia circular. O vínculo com a Prefeitura sugere um alinhamento para promover a gestão de resíduos, além de possibilitar a inclusão de catadores no mercado de trabalho formal.

## 5.5 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS COM O INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para análise mais pormenorizada do conteúdo resultante das transcrições das respostas ao questionário, foi utilizado o software de análise textual IRAMUTEQ, por ter a capacidade de permitir explorar grandes volumes de dados qualitativos, podendo abordar os quatro instrumentos de pesquisa aplicados aos representantes das entidades. As transcrições serviram como bases de dados de forma quantitativa e qualitativa para a análise. O software permite através de seus métodos estatísticos e linguísticos identificar padrões de significados. Dentre as análises oferecidas pela plataforma, foram consideradas para a pesquisa as análises de: a) análise fatorial de correspondência (AFC), a qual relaciona palavras e categorias do texto a variáveis externas, permitindo a distribuição dos elementos do texto através de um espaço multidimensional, facilitando a compreensão de variáveis que influenciam o conteúdo a ser analisado; e b) Análise classificatória hierárquica descendente (ACHD), a qual é baseada na divisão do corpus em segmentos de texto e posterior classificação desses segmentos em categorias, sendo que essa análise permite agrupar trechos de texto com base na similaridade de vocabulário.

Cabe salientar que o questionário aplicado às quatro entidades contemplou sete partes: Parte 1: Informações Gerais; Parte 2: Sobre a Organização/Associação; Parte 3: Funcionamento e Desafios; Parte 4: Colaboração e Parcerias; Parte 5: Impacto e Avaliação; Parte 6: Necessidades e Melhorias e Parte 7 – Comentários Finais. Cada parte era composta por questões internas que foram sendo respondidas pelos representantes das entidades.

Com relação à Parte 1, todos os respondentes mencionaram seu nome, idade; nome da organização/associação na qual trabalha ou atua; sua função dentro da organização, o tempo de atuação na função, se é habitante do Bairro São Pedro e o tempo de moradia e, por fim, sobre o lazer no bairro e sua relação ao acesso do restante da cidade e demais áreas de lazer e equipamentos públicos. Como respostas a essa primeira parte obteve-se os dados dos respondentes, conforme quadro 2 que possibilitasse ao pesquisador, compreender as relações de cada respondente com a

entidade atuante, em razão de sua função e tempo de atuação, e os diversos papéis abordados por esses sujeitos em questão.

QUADRO 2 –Dados dos respondentes

Idade	Entidade	Tempo de atuação/anos	Função	Morador São Pedro
73	Verde Vida	23	Coordenação	Não
60	Bezerra de Menezes	10	Coordenação	Não
70	Amigos do Parque	17	Coordenação	Não
46	Prefeitura Municipal de Chapecó	04	Coordenação	Não

Fonte: Levantamentos de campo (Novembro, 2024)

Todos os dados pessoais, em função ética, serão preservados e não abordados na presente pesquisa. Relativo à questão de moradia, apenas um dos respondentes já foi morador do bairro São Pedro, sendo hoje, morador de bairro adjacente. Dentre os 04 respondentes, observou-se um consenso nas melhorias em relação às áreas próximas ao bairro, ou pelo menos observância de investimentos em andamento e futuros, para lazer, como novos parques (Parque Verde Vida) e melhorias ao parque Alberto Fin, assim como novas escolas e postos de saúde.

Na segunda parte do questionário foram contempladas seis questões abordando sobre os principais objetivos da organização/ associação; tipos de serviços e apoios oferecidos à comunidade; principais grupos atendidos; quantitativo de pessoas atendidas mensalmente; a visão da entidade em relação ao bairro São Pedro e uma avaliação do papel das políticas públicas de moradia, de uso e ocupação da cidade para os moradores do bairro São Pedro. As respostas nessa parte foram mais diversas, primeiramente pelos tipos de serviços ofertados, tendo em vista que se buscou para entrevistas, pelo menos uma entidade de cada uma das 05 categorias que compõem o quadro das redes identificadas sendo: I) Instituições Públicas; II) Instituições Religiosas; III) Associações de Bairro; IV) Organizações e V) Programas, onde dessas categorias, possibilitou-se apenas o contato para aplicações de questionários com I, II, III e V. A respeito da visão do bairro por parte de cada entidade, pode-se observar o detalhamento de cada uma no quadro 2. Em relação aos grupos atendidos, são em sua maioria diversificados, mas apresenta-se grande foco em atendimento de crianças e adolescentes, com variações de atendimento em escala mensal, sendo muito relativo, na maior parte dos casos, a adesão familiar.

Na terceira parte do questionário foram contempladas quatro questões sobre o funcionamento e desafios da entidade, buscando detalhar sobre as principais

atividades ou programas realizados; os maiores desafios para realizar as atividades; as fontes de recursos e como são obtidos os financiamentos. Para essa análise, através do quadro 2, os desafios foram detalhados, como barreiras socioculturais, por se apresentarem na maioria das respostas, como elementos relacionados ao engajamento comunitário e constância de ações e presenças em reuniões, assembleias, capacitações, entre outros aspectos. Sobre os recursos, 50% das entidades respondentes, obtêm e utilizam recursos próprios, adquiridos por engajamento social de suas atividades e participantes, para manutenção de suas atividades e, também, através de doações. As demais obtêm financiamento público e/ou privado.

Já na quarta parte do questionário o direcionamento foi para colaboração e parcerias da entidade, com quatro questões específicas sobre se a entidade atua de forma parceria com outras redes de apoio ou instituições; como essas parcerias contribuem para a eficácia dos serviços oferecidos e se existem desafios na colaboração com outras organizações ou redes de apoio. Todas as entidades respondentes afirmaram que realizam parceria direta com uma ou múltiplas entidades, mesmo que sejam entidades com focos de trabalho ou atuação distintos do seu. A análise dos quatro respondentes, pode ser encontrada em quadro síntese 3.

A quinta parte se refere ao impacto das atividades da entidade na comunidade, como avalia a eficácia dos próprios programas e serviços e quais retornos recebem dos beneficiários sobre os serviços oferecidos. A esse respeito, através do quadro síntese 3, se informa o impacto social da entidade, como uma síntese descritiva de suas ações. De modo geral, também se percebe pelos respondentes além dos impactos positivos gerados por suas atividades na comunidade, o reconhecimento por parte de seus integrantes e beneficiários.

A sexta parte abordou três questões sobre as principais necessidades da comunidade que ainda não são atendidas pela entidade; apontamentos do que poderia ser feito para melhorar a atuação da organização/ associação na comunidade e as expectativas para o futuro. Através do quadro síntese 2, esse conjunto de respostas é descrito como inovações e perspectivas futuras, por pensarem sempre na ampliação de suas atividades e metodologias colaborativas, assim como enfrentamento mediante as dificuldades.

Finalizando o questionário, foi aberto espaço para apontamentos e comentários finais. Neste item, foram comentados assuntos diversos já abordados ao longo da

dissertação, que complementam as narrativas e histórias, quanto a formação do bairro São Pedro, a resiliência de seus moradores, as lembranças de programas e entidades que já existiram, e foram bases para emergirem e despontarem entidades atuais, atuantes no bairro.

A partir do questionário aplicado, apresenta-se o quadro síntese das principais informações coletadas (Quadro 3) sob a ótica das nuances das questões e respectivas respostas, visando destacar: a visão da organização/associação em relação ao bairro São Pedro; as principais atividades ou programas realizados; a relação da entidade com outras entidades, o impacto social da entidade; as barreiras socioculturais enfrentadas ou evidenciadas e, por fim a questão da inovação, projetos e perspectivas futuras.

Quadro 2 - Síntese das respostas sobre a atuação das entidades no Bairro São Pedro

<b>Respondente ao questionário</b>	<b>Visão do bairro</b>	<b>Atividades desenvolvidas pela entidade</b>	<b>Relação da entidade com outras entidades</b>	<b>Impacto social da entidade</b>	<b>Barreiras Socioculturais</b>	<b>Inovações e perspectivas futuras</b>
A	Avalia o bairro como um espaço de grandes desafios, mas com potencial de desenvolvimento socioeconômico para a cidade de Chapecó.	A entidade oferece programas de apoio educacional e profissionalizante continuados, bem como, assistência holística em diversos setores da vida cotidiana.	Estabelece parcerias contínuas com CRAS, diversas associações e entidades.	A entidade busca reduzir as vulnerabilidades sociais dos jovens, afastando-os de situações de risco e promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor para o aprendizado e mudanças sociais através do trabalho.	Engajamento inconsistente das famílias atendidas.	Planeja ampliar as instalações físicas no bairro, aumentar a variedade de oficinas, cursos, atendendo mais jovens e potencializando o impacto social.
B	Reconhece a estigmatização do bairro, mas valoriza a resiliência das famílias trabalhadoras que, apesar das dificuldades,	Realiza atividades com ênfase em valores éticos e morais, proporcionando um espaço seguro e educativo na formação de jovens.	Conta com a infraestrutura do projeto Verde Vida e mantém relações próximas com as famílias da comunidade.	Tem um papel importante no fortalecimento dos laços familiares e na construção de um alicerce moral, contribuindo para a formação de uma juventude mais responsável e ética, que se integre na	Enfrenta o desafio de alcançar mais famílias, principalmente aquelas fora do núcleo próximo à entidade e o desafio frente ao crime.	A perspectiva é expandir o engajamento para incluir mais jovens e famílias, fortalecendo a conexão com a comunidade local.

	buscam uma vida digna.			sociedade, busque continuar estudando, trabalhando e se desenvolvendo humanitariamente.		
C	<p>Aprecia as melhorias estruturais e de organização da comunidade, como uma forma de revitalização social e cultural.</p>	<p>Oferece suporte a comunidade através do estímulo a diversas iniciativas, sejam educacionais ou culturais, proporciona fortalecimento de laços comunitários e identitários, bem como, age como agente estruturante de melhorias socioespaciais para a comunidade.</p>	<p>Colabora intensamente com diversas associações de moradores, coletivos, prefeitura, PROPAZ, Verde vida, e atua como facilitador no uso de seu espaço por grupos locais.</p>	<p>Fomenta a integração comunitária e a valorização do meio ambiente, servindo como um ponto de encontro e acessível para todos. Além de estimular a comunidade e a juventude em programas e projetos sociais, com engajamento em decisões de políticas públicas para a comunidade.</p>	<p>A manutenção continua é um desafio, especialmente para cobrir custos de infraestrutura, o que limita o potencial de atividades oferecidas.</p>	<p>Pretende tornar o local mais ativo, atraindo mais jovens no engajamento e debates comunitários, fortalecendo a integração social e o bem-estar comunitário.</p>
D	<p>Acredita que o bairro progrediu estruturalmente, mas</p>	<p>Conduz programas de qualificação profissional e social, com</p>	<p>Coopera com associações de catadores de reciclados, recebe apoio da</p>	<p>Promove inclusão social e capacitação, oferecendo novas oportunidades de emprego e uma</p>	<p>A entidade enfrenta dificuldade para manter o engajamento dos</p>	<p>Busca expandir e intensificar parcerias, explorar novas práticas sustentáveis que</p>

	observa que ainda há desafios significativos para a inclusão social e desenvolvimento sustentável.	enfoque em sustentabilidade, para jovens e adultos.	prefeitura, de empresas locais, integra-se em redes de sustentabilidade e fóruns de discussão social. Recebe em seu espaço programas de outras instituições, como do Bezerra de Menezes.	perspectiva sustentável para a comunidade.	beneficiários em longo prazo.	agreguem valor ao desenvolvimento social e ambiental.
--	--	---	--	--	-------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

### 5.5.1 Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Para análise dos dados coletados durante as entrevistas, todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização de seus participantes. Os áudios foram transcritos e dessa forma inseridas as transcrições no software IRAMUTEQ, para que fossem realizadas as análises, nuvens de palavras e possibilitasse gerar e compreender as categorias de análise, através, da análise fatorial de correspondência (AFC) e a classificação hierárquica descendente (CHD), metodologias abordadas pelo software.

Sobre a representação gráfica de análise fatorial de correspondência (AFC), (Figura 32) o *software* IRAMUTEQ, realizou a partir dos dados inseridos das entrevistas a distribuição de termos e categorias das palavras que mais se apresentaram por parte dos respondentes. Termos como: “adolescente”, “mercado”, “renda”, “programa” e “social” aparecem agrupados no quadrante superior direito, indicando forte associação entre o conceito de trabalho, inclusão social e capacitação juvenil, reforçando a ideia de que o trabalho e a capacitação para o mercado formal são centrais para os objetivos de redes como o Verde Vida e os programas sociais da Prefeitura.

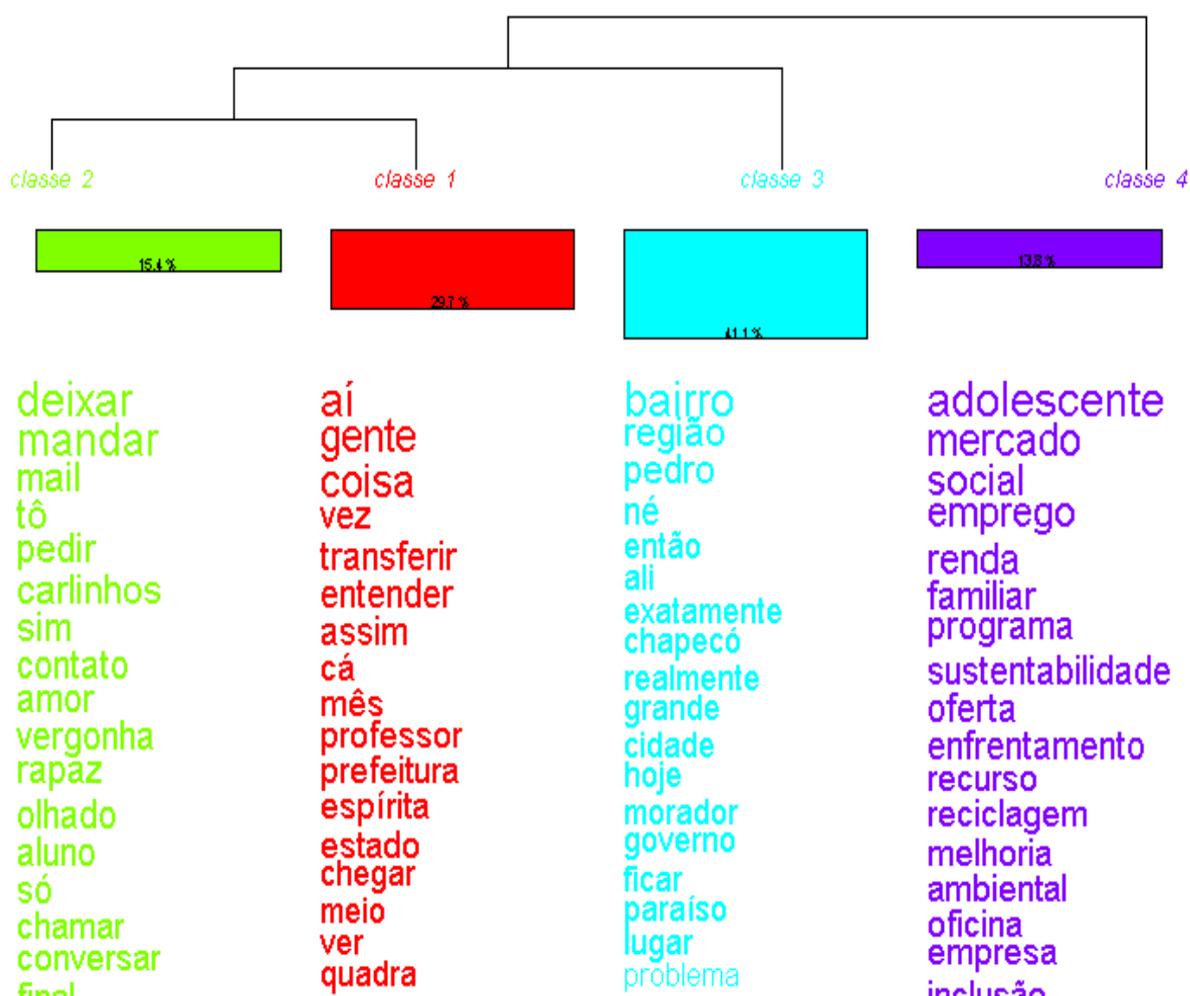
Já termos de associações como “bairro”, “região” e “problema” estão localizados no quadrante inferior esquerdo, proporcionando uma ligação com desafios de infraestrutura e estigmas associados ao bairro São Pedro.



Por fim, se visualiza o quadrante superior esquerdo, em verde, onde aparecem as palavras “mandar”, “deixar”, “pedir”, “contato”, “vergonha” as quais indicam associação com as condições do bairro, as situações de estigma, reforçando a ideia de um trabalho continuado para modificação da visão do bairro, atividades que vêm sendo feitas por entidades religiosas e pelos programas executados no Bairro.

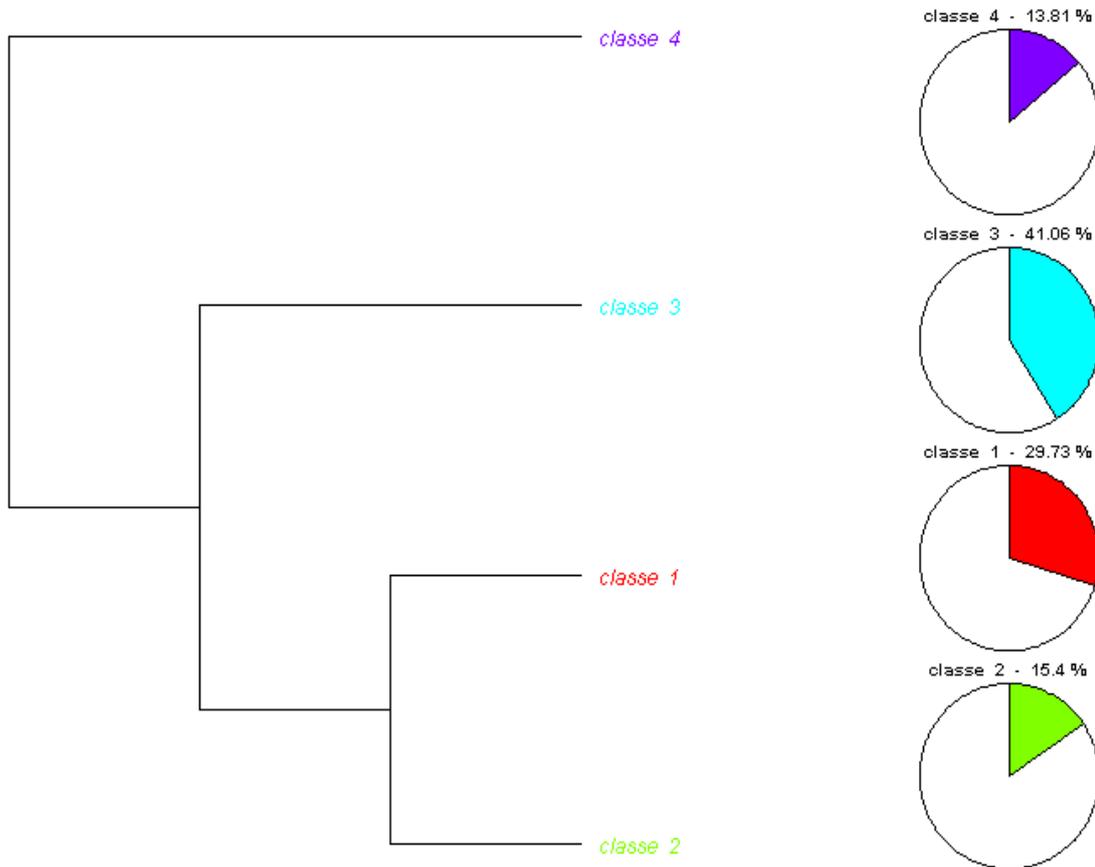
Complementando a análise, o Iramuteq sistematiza a Classificação Hierárquica Descendente - CDH, mostrando o ordenamento das palavras que mais expressam conteúdo significativo (Figuras 33 e 34).

Figura 33 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Dendrogramas



Fonte: Dados do instrumento de pesquisa/Iramuteq.

Figura 34 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Dendrogramas em porcentagem de classe



Fonte: Dados do instrumento de pesquisa/Iramuteq.

Através da classificação hierárquica descendente (CHD), foram identificadas quatro classes organizadas através do dendrogramas, imagem 33 e 34.

Classes identificadas:

Ao gerar as quatro classes, através da organização do software, foi realizada uma interpretação baseada nas palavras de cada classe e nos contextos gerais das aplicações de questionários realizadas, que possibilitaram através dessa segmentação definir as classes como: Classe 1 (geral e diálogo comum); classe 2 (interações e convivência); classe 3 (bairro e espaço geográfico) e a classe 4 (trabalho e inclusão social).

**Classe 1 (Geral e Diálogo Comum):** Inclui termos como "gente", "coisa", "entender" e "estado", relacionados a conversas mais amplas sobre o contexto do bairro e as percepções gerais dos moradores.

**Classe 2 (Interações e Convivência):** Contém termos como "deixar", "mandar", "contato", "amor" e "conversar", indicando temas voltados para interações interpessoais e a convivência e coesão social.

**Classe 3 (Bairro e Espaço Geográfico):** Inclui palavras como "bairro", "região", "Pedro", "Chapecó" e "cidade", centrando-se no aspecto espacial e geográfico do bairro São Pedro e seu lugar dentro da cidade de Chapeco.

**Classe 4 (Trabalho e Inclusão Social):** Contém termos como "adolescente", "mercado", "social", "emprego" e "programa", fortemente ligados ao tema do trabalho, à inclusão social e às oportunidades criadas pelas redes.

Na interpretação das classes pode-se contestar que a Classe 4 é relevante especialmente para o tema do trabalho, pois este conceito está fortemente vinculado aos programas voltados para adolescentes e capacitação para o mercado de trabalho. Isso reforça a função do trabalho como uma ferramenta de inclusão social no bairro.

A **Classe 3** destaca o aspecto do espaço geográfico e como o bairro é percebido em termos de desafios e estigmas, ao mesmo tempo em que pode representar um espaço de identidade e pertencimento.

A **Classe 1 e a Classe 2** refletem interações e o diálogo comum, deixando a importância da comunicação e do apoio interpessoal dentro da comunidade, complementando as atividades de redes de apoio.

Desse modo, podem-se sintetizar, com a análise de conteúdo, os seguintes tópicos orientadores:

a) Trabalho como Ferramenta de Transformação Social e Espacial

Com base nas análises de conteúdo das entrevistas, o trabalho emerge como um elemento central na transformação social, transcendente à sua função básica de subsistência. Nos questionários realizadas, os respondentes enfatizam que as atividades promovidas por redes de apoio, como o Verde Vida, programas da prefeitura, orientações do CRAS, atividades de associações comunitárias, entre outros amparos pedagógicos, servem como estratégia de inclusão social. Essas redes atuam no combate ao estigma da marginalização ao inserir indivíduos — especialmente jovens — em atividades que promovem a dignidade e oferecem oportunidades para romper com ciclos de pobreza e exclusão.

Esta visão do trabalho ressoa com as teorias de Milton Santos (1997), que argumenta que o trabalho e a técnica são forças de transformação do espaço

geográfico. No contexto do bairro São Pedro, o trabalho revaloriza o território, promovendo uma interação mais autônoma e responsável dos jovens com o espaço. Assim, contribui-se para a construção de uma territorialidade positiva, onde o bairro não é apenas um local de moradia, mas um espaço para o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento de vínculos sociais.

Observa-se também, ao revisitar fontes históricas, como o jornal Oestão de 1979, destacado em capítulo anterior, a centralidade do trabalho no bairro São Pedro. O trabalho emerge não apenas como um recurso econômico, mas como um mecanismo de transformação social e inclusão. A oferta de oportunidades laborais, nesse contexto, configura-se como uma estratégia que transcende o rompimento de estigmas sociais e ciclos familiares, possibilitando igualmente, a construção de novas perspectivas de vida para os moradores. Essa dinâmica, revela a importância de políticas de geração de emprego e renda como alavancas para o desenvolvimento humano e social da comunidade, gerando efeitos que vão além da dimensão econômica e atingem o campo da identidade e do pertencimento coletivo.

#### b) Redes de desenvolvimento comunitário e a Construção do Lugar

As redes de desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro são fundamentais na construção do lugar enquanto espaço de pertencimento e identidade. Oficinas e atividades comunitárias oferecidas por essas redes ressignificam o bairro, criando espaços seguros e promovendo a interação e o desenvolvimento de laços sociais. Este conceito de lugar está profundamente enraizado na geografia humanista, especialmente na obra de Carlos (2007) que expressa:

O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. (Carlos, 2007, p.21)

E, também, na obra de Tuan (1983), que define o lugar como uma entidade construída pelas interações e significados atribuídos por indivíduos.

No caso de São Pedro, as redes de apoio possibilitam que os moradores vejam o bairro como um espaço digno e integrado, contrastando com o estigma de área marginalizada. Esse novo sentido de pertencimento fomenta a criação de uma identidade coletiva e ajuda a consolidar o bairro como um “lugar” onde os moradores se sentem acolhidos e representados.

### c) Impactos no Espaço Geográfico e na Infraestrutura Urbana

As redes de desenvolvimento comunitário são instrumentos de transformação espacial, mas desafios estruturais ainda restringem o desenvolvimento pleno do bairro. A infraestrutura deficiente e a falta de acessibilidade dificultam a conexão do bairro São Pedro com outras áreas da cidade de Chapecó, reforçando uma segregação espacial. Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da teoria Lefebvre (1968), que sugere que o espaço social é produto de relações de poder e desigualdades.

No caso de São Pedro, as barreiras infraestruturais impõem limitações materiais que afetam a mobilidade dos moradores e sua capacidade de acessar oportunidades em outras partes da cidade. A análise indica que, embora as redes desempenhem um papel vital, é necessária uma intervenção pública mais ampla para superar essas restrições físicas e melhorar a integração urbana do bairro.

### d) Território, Territorialidade e Controle Social Positivo

O estudo identifica uma forma de territorialidade positiva promovida pelas redes de desenvolvimento comunitário, que utilizam o espaço para atividades comunitárias e de convivência, fortalecendo o controle social informal e reduzindo o espaço para práticas ilícitas, como o tráfico de drogas. Esse controle social positivo, do/no território, promove mudanças concretas em termos infraestruturais a exemplo dos novos parques, e produz uma nova territorialidade que se contrapõe ao controle negativo exercido por atividades marginais. O estigma e o olhar “dos de fora” como um bairro de pobreza e violência, paulatinamente, pode vir a se dissipar dada essa integração na malha da cidade e valorização do tecido urbanístico. Assim, no bairro São Pedro, as redes de apoio contribuem para a formação de uma estrutura de controle social informal que fortalece os laços comunitários e reduz as possibilidades de ocupação por atividades ilícitas. Esse controle positivo indica que a territorialidade no bairro é disputada, juntamente com essas redes, buscando consolidar o bairro São Pedro como um espaço de segurança e inclusão.

A análise de conteúdo nos permite concluir, em síntese, que os dados mostram que as redes de desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro são vitais para promover inclusão social e construir uma nova identidade territorial. O trabalho, ao fornecer capacitação e um meio de autossuficiência, é destacado como uma

alternativa concreta ao ciclo de pobreza e exclusão. Paralelamente, a construção de um sentido de lugar e uma territorialidade positiva ajuda a redefinir o espaço geográfico do bairro.

## 5.6 PROCESSOS E FORMAS ESPACIAIS: AS REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO COMO AGENTES TRANSFORMADORES

A análise das redes de desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro e seu impacto no desenvolvimento socioespacial revela um processo dinâmico e transformador que ultrapassa a simples assistência social.

Como observado, Santos (1996) define rede como um conjunto de elementos interconectados, composto por pessoas, mensagens e valores que circulam e interagem, formando um fenômeno social e político, onde o autor também enfatiza que as redes são suportes materiais da vida cotidiana, estando intrinsecamente ligadas ao poder e à transformação do espaço. Essa noção é enriquecida pela contribuição de Moscovici (2003), que oferece uma compreensão do papel das representações sociais na construção de significado coletivo, onde os valores e crenças compartilhados moldam o entendimento dos membros de uma comunidade sobre o mundo ao seu redor.

Ao considerar a rede como um sistema de interações que vai além da assistência, voltado à emancipação e fortalecimento comunitário, o conceito de empoderamento se torna fundamental.

No bairro São Pedro, a formação de redes de desenvolvimento comunitário vai justamente, além do atendimento às necessidades imediatas dos moradores, revelando-se como um mecanismo de organização e empoderamento coletivo. Essas redes compreendem entidades diversas — associações, coletivos, ONGs, instituições do terceiro setor — conforme pudemos observar ao longo de capítulos desenvolvidos anteriormente, que oferecem não só suporte físico, mas também suporte emocional e organizacional, criando um ambiente propício para a troca de experiências e construção de estratégias conjuntas.

Através da análise das representações sociais de Moscovici (2003), percebe-se que dentre as diversas entidades, seus participantes, optam por estarem nesses locais, nesses coletivos, por sentirem que ali representam seus anseios, onde as ideias fluem e convergem com as suas, encontrando-se em equidade de

pensamentos, muitas vezes de estilo de vida, de rotinas e principalmente de conceitos a respeito do que permeiam suas vidas e seus entornos. Esses motivos, fortemente colaboram com o engajamento das pessoas na participação desses grupos e suas atividades por ser um espaço, que através da afinidade faz com que as pessoas possam se sentir bem e acolhidas, para expressar suas ideias, necessidades e gerarem ações.

Essa sensação de pertencimento se aflora através dessas diversas redes, por trazer para um bairro popular como o São Pedro, conceitos como abordados por Serpa (2007), de possibilitar ao morador, ter voz através da capacitação, informação e autonomia, instrumentalizando essas diferentes pessoas, como atores na gestão do espaço urbano. Onde percebe-se que no São Pedro, essas redes auxiliam na capacitação, como visto, de diversas áreas conceituais do conhecimento, possibilitando que mudem-se e moldem-se novas realidades, através do trabalho e desenvolvimento de pessoas.

Para essas redes, a noção de “espaço vivido”, de Lefebvre (1991), também é uma parte essencial para compreender como esses lugares, muitas vezes invisíveis nas dinâmicas do planejamento urbano formal, passam a desempenhar um papel central na organização social e no pertencimento comunitário, como por exemplo, através da utilização de espaços como sedes de entidades ou áreas de encontro, que criam novas centralidades no bairro, deslocando a lógica funcionalista do espaço urbano e integrando valores culturais e sociais às práticas cotidianas.

A espacialização das redes instauradas no próprio bairro São Pedro e bairros adjacentes que compõem “a grande São Pedro”, não ocorre de maneira aleatória. As escolhas das entidades, em especial as de caráter popular, como associações comunitárias, em relação aos lugares onde se estabelecem e operam revelam uma lógica que articula necessidades práticas, estratégias políticas e simbolismos culturais. Essa ocupação transforma áreas previamente marginalizadas em locais de sociabilidade, resistência e produção coletiva de significado, como pudemos observar anteriormente, podem-se citar nessa espacialização, a Associação Amigos do parque como um grande exemplo.

No caso do bairro São Pedro, essa ressignificação do território também reflete a capacidade das redes de articular os interesses locais com os agentes externos, como o poder público e organizações privadas. A inserção de novas infraestruturas

urbanas, como praças, centros comunitários e equipamentos de saúde, exemplifica como as redes mobilizam recursos e políticas para transformar o espaço físico, adequando-o às demandas da comunidade e promovendo maior inclusão. Aspectos observáveis em definições entre associações, entidades e programas municipais, onde através de consultas públicas, juntamente com a Prefeitura Municipal, puderam exercer esse papel importante em definições estratégicas para os moradores, como observado na criação, manutenção e revitalização do Parque Alberto Fin, criação do Parque Verde Vida, criação do posto de saúde do bairro Paraíso, entre outras definições que partiram de definições e sugestões de forma conjunta.

Além de ressignificar o território, as redes de desenvolvimento comunitário influenciam profundamente as dinâmicas econômicas do bairro. A implementação de programas de capacitação, o incentivo ao empreendedorismo local e a geração de emprego representam ações que alteram a estrutura socioeconômica e, conseqüentemente, a espacialidade do bairro.

A partir da análise das ações de entidades como o Verde Vida, centro espírita Bezerra de Menezes, CRAS, Associação Amigos do Parque, Associação de catadores de recicláveis, como alguns exemplos, é possível observar um efeito cascata: ao proporcionar qualificação e oportunidades aos moradores, essas redes geram não apenas impacto individual, mas também coletivo, ao estimular a capacitação profissional, a busca por transformação social através do trabalho e possibilitando também o crescimento de pequenas economias locais também se torna uma evidência concreta da maneira como essas redes influenciam a organização espacial do bairro.

Essas mudanças econômicas também reconfiguram as relações sociais no território. À medida que os moradores adquirem maior autonomia financeira e acesso a recursos, ocorre uma redistribuição simbólica do poder, que fortalece a comunidade enquanto agente de transformação. Esse fortalecimento socioeconômico, portanto, é acompanhado de uma reestruturação espacial, visível na revitalização de áreas anteriormente degradadas e na criação de novos espaços públicos que atendem às necessidades emergentes da população.

Inspirando-se na teoria do poder difuso de Foucault, é possível compreender que as redes de desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro não apenas

acumulam poder, mas o distribuem de forma descentralizada. Esse modelo participativo rompe com hierarquias tradicionais, permitindo que os moradores exerçam maior controle sobre as decisões que afetam seu cotidiano e seu território.

Ao integrarem os moradores em processos de tomada de decisão, essas redes promovem uma democratização do espaço, onde o território deixa de ser apenas um objeto de controle e se torna um lugar de construção coletiva. Essa dinâmica é evidente na mobilização popular para a revitalização de espaços públicos e na negociação de políticas públicas que resultam na instalação de equipamentos urbanos estratégicos, como antes citados.

Essa interação entre redes, comunidade e poder público transforma o bairro não apenas em termos físicos, mas também como um território de cidadania, onde os moradores se reconhecem enquanto protagonistas da transformação socioespacial.

As transformações promovidas pelas redes no bairro São Pedro são observáveis em várias escalas. Em termos físicos, a forma como as redes se espacializam, moldam seus entornos e dinâmicas de relação de pertencimento, de uso e frequência de espaços, como esse posicionamento também auxilia a repelir estigmas, através de segurança e afastamento do crime dessas proximidades, e, também com a revitalização de espaços públicos, na medida em que possibilitam novos equipamentos a população local. E, na escala de termos sociais, nota-se uma maior coesão comunitária e um fortalecimento do sentimento de pertencimento, evidenciando a importância das redes na construção de uma identidade coletiva para o bairro.

Essas mudanças também geram impactos simbólicos, na medida em que o bairro São Pedro passa a ser reconhecido como um espaço dinâmico, autônomo e criativo, tanto pelos seus moradores quanto por atores externos. Essa resignificação do território contribui para a superação de estigmas relacionados à marginalização, criando novas narrativas sobre o papel do bairro na cidade de Chapecó, na medida em que as ações das redes se fortalecem.

As redes de desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro demonstram que a transformação do espaço urbano não é apenas uma questão de intervenção física, mas um processo profundamente enraizado nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Por meio de suas ações, essas redes não apenas moldam o território,

mas também transformam as relações de poder e os significados associados ao espaço, criando novas possibilidades para o desenvolvimento humano e territorial.

Ao se consolidarem como agentes transformadores, essas redes reafirmam a ideia de que o espaço urbano é produto e produtor de relações sociais. No caso do bairro São Pedro, suas ações exemplificam como a organização coletiva e a mobilização comunitária podem reconfigurar profundamente as formas espaciais e as estruturas sociais, promovendo um desenvolvimento integrado e inclusivo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os levantamentos de dados, análises de questionários e observação participante, é perceptível que o bairro São Pedro é um exemplo claro de como as dinâmicas comunitárias podem ser moldadas tanto por organizações internas (das redes de cotidiano) quanto por influências externas. Internamente temos a força e resiliência de seus moradores, lutando por seu reconhecimento na sociedade para além da estigmatização do bairro, através de forças individuais e a soma através do coletivo. Dos principais estruturantes internos do bairro, a Associação de Moradores possui o potencial de representar os interesses dos residentes, em questões que podem passar desde a infraestrutura até a segurança, permeando por todo o contexto urbano e social do bairro. Como indicada em aplicação de questionários, hoje, a associação de moradores do bairro não exerce mais toda sua potencialidade, em grande parte pelo enfraquecimento da participação popular de seus moradores, não engajando em atividades e em debates essenciais ao bairro, porém ainda é vista por muitos como uma entidade que pode ter fortificação em sua atuação e renovação, principalmente com o estímulo que outras entidades realizam através da educação e princípios de colaboração.

De forma semelhante, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis desempenha um papel importante na promoção de práticas ambientais, e formação de trabalho, colaborando diretamente com os moradores para melhorar a conscientização sobre reciclagem e também o entendimento como uma força de trabalho simbólica, que representa “o povo vindo do lixo” por historicamente serem em grande parte relocados do antigo lixão da cidade de Chapecó.

Internamente se simbolizam também com forte atuação as instituições religiosas, igrejas evangélicas, igreja católica e as atividades exercidas pelo centro espírita, bem como as relações de família, amigos e vizinhança. Também é perceptível que muitas das forças que impulsionam o desenvolvimento do bairro São Pedro vêm de fora de seus limites geográficos. Organizações regionais, outras entidades comunitárias e até mesmo instituições governamentais ou privadas localizadas em outras áreas, muitas vezes concentram seus esforços em projetos que beneficiam diretamente o bairro. Essas entidades externas trazem investimentos, programas de capacitação, iniciativas culturais e sociais, que complementam e expandem o trabalho das organizações locais.

Essa interação entre forças internas e externas cria uma rede de suporte, onde as organizações locais atuam como porta-vozes da comunidade, enquanto as entidades externas trazem a expertise e os recursos necessários para a realização de projetos de maior envergadura. Dessa forma, o bairro São Pedro se torna um exemplo de como a colaboração entre diferentes esferas pode potencializar o desenvolvimento comunitário, demonstrando que o trabalho conjunto, seja ele local ou global, é essencial para a construção de um bairro mais forte e integrado.

As redes de desenvolvimento comunitário que operam no bairro São Pedro são verdadeiros catalisadores de mudança, que fazem parte de um processo constante de crescimento pessoal e transformação social. Essas redes são formadas por uma combinação diversificada de entidades, onde cada uma dessas, traz consigo uma missão específica, mas observa-se que todas compartilham o objetivo comum de melhorar a vida dos moradores e promover o desenvolvimento da comunidade.

Ao oferecer uma gama de atividades e programas, essas redes possibilitam que os indivíduos adquiram novos conhecimentos e habilidades que antes poderiam parecer inacessíveis.

O desenvolvimento pessoal promovido por essas redes comunitárias não se limita a ganhos individuais; ele reverbera por todo o bairro, gerando uma transformação socioespacial significativa. À medida que os moradores adquirem novas competências e ampliam suas perspectivas, eles se tornam agentes ativos de mudança, capazes de influenciar positivamente o ambiente ao seu redor. Isso se reflete na melhoria das relações sociais, na redução de conflitos e na criação de um ambiente mais seguro e acolhedor.

A transformação socioespacial também se evidencia na requalificação dos espaços públicos e na valorização do patrimônio local. Projetos de urbanismo participativo, muitas vezes conduzidos por essas redes comunitárias, envolvem os moradores na tomada de decisões sobre o uso e a melhoria dos espaços comuns, como praças, parques e ruas. Essas intervenções não apenas melhoram a infraestrutura do bairro, mas também fortalecem o senso de pertencimento dos moradores, que se sentem mais conectados e orgulhosos do lugar onde vivem.

Além disso, as redes comunitárias têm um papel vital na construção de uma nova identidade coletiva para o bairro São Pedro. Por meio de suas ações, elas ajudam a redefinir a narrativa do bairro, transformando-o de um espaço estigmatizado ou negligenciado, em um exemplo de resiliência e inovação social. Essa busca

constante por uma nova identidade ao bairro e aos seus moradores, mesmo que a passos lentos, em uma escala temporal (1960-2024) vem conseguido alcançar seus objetivos.

As redes de desenvolvimento comunitário no bairro São Pedro são fundamentais para o empoderamento dos indivíduos e para a construção de uma comunidade casa vez mais forte. Elas criam as condições necessárias para que os moradores possam não apenas melhorar suas próprias vidas, mas também contribuir ativamente para o progresso e a transformação do bairro como um todo. Assim, essas redes não apenas transformam o espaço físico e social do bairro, mas também constroem um legado que espera-se, ser duradouro de desenvolvimento humano e justiça social.

As redes vinculadas ao bairro São Pedro, embora muito positivas, ainda carecem de incentivos, por partes, financeiro, outras por engajamento popular, ou por espaço de atuação, e ainda necessitam de (re)conhecimento não apenas no bairro, como na cidade de Chapecó, para atingir plenamente seus objetivos. Algo visto ao longo do desenvolvimento da pesquisa, é que muitas não sabiam da existência de algumas outras, ou que não sabiam o potencial para unir suas atividades, portanto a pesquisa, como resultado final, se planeja ser compartilhada entre todas as entidades envolvidas, para que se gerem novas discussões e possíveis novas ramificações entre redes, e até mesmo estimule criação de novas entidades além de vínculos.

Essas redes ainda apresentam muitos campos de pesquisas necessários de investigação quanto às suas contribuições na sociedade, especialmente por apresentarem diferentes dinâmicas, focos e atuações, variáveis em relação aos mais diversos possíveis recortes de estudo socioespaciais. É uma configuração social com importantes desdobramentos, que acompanham mudanças significativas de um mundo cada vez mais conectado, virtualmente e fisicamente.

Nesta dissertação, ao se debruçar sobre a identificação e descrição das entidades, aos desdobramentos e conexões, ainda verifica a necessidade de novos questionários a serem aplicados, para aprofundamento teórico, metodológico e de verificação de redes e teias de ação no Bairro. A possibilidade, também, de acompanhamentos de outras atividades e, ainda, de outros campos de pesquisa, sejam eles focados na história da construção das redes a partir da década de 1960 até a atualidade, ou a descoberta de outras entidades participantes que contemplem a atualidade das ações e possam não ter sido apresentadas nessa pesquisa.

Com estudos contínuos sobre o bairro e suas redes, sendo possibilitadas novas aplicações de questionários, de observações participantes, entre tantas outras formas metodológicas, acredita-se que ainda se tenha uma ramificação muito intensa e significativa de novas redes a serem desveladas, em diferentes níveis de ações dentro do bairro. Também se acredita que as ramificações possíveis em aspectos colaborativos são inúmeras, podendo-se cada vez mais ser verificado futuramente atividades conjuntas, como uma forma natural de desenvolvimento socioespacial e comunitário do bairro.

## REFERÊNCIAS

- ALBA, R. S. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC**. 1998. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- ALBA, R. S. **Espaço Urbano: o Espaço Urbano agentes de produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002. 179p.
- ANDERSON, B. **Imagined communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. In: *The new social theory reader*. Routledge, 2020. p. 282-288.
- ANDRADE, T. A; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANTUNES, C. S. **Lugares, redes e socialidades**: estudo etnográfico nas periferias de Chapecó (SC). 2015. 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ANTUNES. C. S. Sobre o “fazer periferia”: experiências, narrativas e reflexões a partir de um estudo etnográfico. Chapecó: **Grifos**, 2016.
- ARANTES, O. B. F; VAINER, C.; ERMÍNIA, M. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Editora Vozes, Petrópolis, 2000, Rio de Janeiro.
- BALBO, M. **Urban Planning and the Fragmented City of Developing Countries**. *Third World Planning Review*, 1993, vol. 15, n. 1.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARTHOLL, T. **Por uma geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha Koiffmann; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen Beatriz. (org). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- BEDIN, M. V.; NASCIMENTO, E. A segregação socioespacial na cidade de Chapecó (SC): considerações sobre a dinâmica recente (1991-2010). **SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão**, UFFS, v. 3, 2013.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões nas Cidades – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288p.
- BLANES, D. N.; GUARÁ, I. M. R.; CARVALHO, M. C. B. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. 2.ed. Revisada e ampliada. São Paulo: IEE/PUC.SP, 1995. (série Programas e Serviços de Assistência Social).
- BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

CALIXTO, M. J. M. S. *et al.* Do BNH ao PMCMV: O Processo de Conformação de Novas Periferias Urbanas em Cidades Médias Brasileiras. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 2022.

CALIXTO, M. J. M. S; REDÓN, S. M. (orgs). **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia**: Práticas e Textualizações no Cotidiano. Porto Alegre/RS: Ed. Mediação, 2000, p.83-134.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARRASCO, A. O. T. **A arquitetura e o urbanismo da modernização retardatária**: particularidades da produção do espaço urbano no contexto brasileiro. São Paulo: Annablume, 2014.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 nov. 2024. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

CLAVAL, P. A. C. **A Geografia Cultural**/ Paul Claval. Tradução: Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. – 4. ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CORREIA, M. C. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 30-36, 1999.

DIAS, P. C. Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador. **GeoTextos**, v. 2, 2008.

EVERTSON, C. M.; GREEN, J. L. Observation as inquiry and method. In: WITTRICK, M. (Ed.). **Handbook of research on teaching**. New York: MacMillan, 1986. p. 162-230.

FARIAS, W. **A produção do espaço periurbano**: um estudo sobre Chapecó (SC). 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó e Erechim, 2024.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Rev. Psicol.**, Organ. Trab., Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-119, abr. 2012.

FUJITA, C. CHAPECÓ: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. **Geo UERJ**, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 312–338, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/6918>. Acesso em: 7 nov. 2024.

FUJITA, C.; MATIELLO, A. M.; ALBA, R. S. Rede de polo e micropolos regionais no oeste catarinense. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 2, p. 53-79, mai./ago, Disponível em: [www.unisc.br/seer/index.php/redes](http://www.unisc.br/seer/index.php/redes). 2009.

FURINI, L. A. Geografia e Representações Sociais. **Anais do XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina**: Estableciendo Puentes en la Geografía de Latinoamérica, 2011.

GAMALHO, N. P. Percursos entre a produção do espaço e as práticas microbianas. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 6, p. 36-51, 2016.

GARCÍA, F. J. F. *et al.* **La investigación participativa**: métodos y técnicas. Pydlos ediciones, 2015.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. Ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2014.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. In: **Etnográfica**, Vol. X (1), 2000.

GOMES, P. O. **A ação da Igreja Católica no bairro São Pedro**: um depósito de massa sobrando. 1959 - 1985. (Monografia em História). Chapecó, UNOESC, 1998.

GUATELLI, I.; FABIANO J., A.; F. QUEIROGA, E.; FREITAS F., F.; FREITAS L., J. C.; SOLLERO, L., I.; DE MELLO, F., F.; T. WISNIK, G.; PESSOA, L. UM OUTRO ETHOS DO MORAR: Muros nebulosos. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 8, n. 28, p. 16-67, 15 mar. 2024.

GUTIÉRREZ, A. L. Território e estudos do território. Oportunidades emergentes para processos de desenvolvimento. In: CASTELLAR, S. M. V.; CAVALCANTI, L. S.; CALLAI, H. C. (orgs.) **Didática da geografia**: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012 p. 153-172.

HANNERZ, U. **Exploración de la ciudad: hacia una antropología urbana**. México, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos de América, Peru, Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1986.

HARVEY, D. 2012. O direito à cidade. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, Jul/Dez.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HASS, M. Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945 a 1965. Chapecó: **Grifos**, 1997. 295p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: 05 fev. 2018. Ver

JAQUES, R., C. *et al.*. A cidade e o direito de ocupar: o caso da estrada do engenho. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 8, n. 28, p. 114-127, 15 mar. 2024.

KOURY, M. G. P. **De que João Pessoa tem medo?** Uma abordagem em antropologia das emoções. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Itapevi, SP. Neblí: 2016.

LEITE, C. M. C. **O lugar e a construção da identidade**: os significados construídos por professor de Geografia do ensino fundamental. 222 f., 2012. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Educação, Programa de pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2012.

LIMA, J. G.; DA SILVEIRA, R. L. L. **Cidades Médias Brasileiras a Partir de um Novo Olhar Denominal e Conceitual**: Cidades de Comando Regional. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 16, n. 42, p. 8–41, 2017

MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p.

MAIA, D. S. **A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições**. Terra Livre, n. 16, p. 71-98, 2001.

MASCARÓ, J. L. **Loteamentos urbanos**. Porto Alegre: Juan Luis Mascaro, 2003.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert.

MÓNICO, L. S. **Religiosidade e otimismo**: crenças e modos de implicação comportamental. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2010.

MONTEIRO, G. R. F. de F. Os movimentos sociais na matriz geográfica: apontamentos e reflexões. In: **ANAIS DO XIV ENANPEGE** - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, 2021. João Pessoa/PB, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78526>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MORAIS, C. **Localização atual do município de Chapecó no estado de Santa Catarina, SC**. Mapa. 2014. Disponível em: Espaços e relações de poder em Chapecó/SC na década de 1950.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de P. A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NAÍM, Moisés. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Zahar, 2006.

NASCIMENTO, E. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT; M.; NASCIMENTO, E. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina**: território, ambiente e paisagem. São Carlos: Pedro & João, 2015. p. 97-153.

PARISOTO, C. V. F. **A atuação Educacional das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó (1947-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2013.

PAWLOWSKI, C. S.; ANDERSEN, H. B.; TROELSEN, J.; SCHIPPERIJN, J. Children's physical activity behavior during school recess: a pilot study using GPS, accelerometer, participant observation, and go-along interview. **Plos One**, v. 11, n. 2, e0148786, 2016. doi:10.1371/journal.pone.0148786.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Pereira. P. C. X. Reestruturação imobiliária em São Paulo: especificidades e tendências. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/47.pdf>, acesso em 21 maio 2024.

PIOVESAN, C. T.; BATELLA, W. B. Insegurança urbana: riscos e vulnerabilidade na percepção dos moradores do bairro são pedro em chapecó–sc. **SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão**, UFFS, v. 4, 2014.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 08, nº 01, 1995. Chapecó: UNOESC, 1995. Pag 73-110.

PORTO, J. Invisibilidade social e a cultura do consumo. **PUC RIO**. Departamento de Artes e Design, 2006, 2014.

PORTO, J. **Invisibilidade social e a cultura do consumo**. Rio de Janeiro, 2006. 37 p. Disponível em: <www.dad.puc-rio.br>. Acesso em: 05 jun. 2024.

**Prefeitura da ordem de serviço para novo Parque Verde Vida e revitalização do Parque Alberto Fin**. Fotografia. Chapecó.org. 2023. Disponível em: <https://www.chapeco.org/noticias/76675/prefeitura-da-ordem-de-servico-para-novo-parque-verde-vida-e-revitalizacao-do-parque-alberto-fin/>. Acesso em: 29 set. 2024.

RAMIRES, J.C.L., PESSÔA, V.L.S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON *et al.* **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 22-35.

RAMOS, J. D. **Geo-grafías comunitarias. Mapeo comunitario y cartografías sociales: procesos creativos, pedagógicos, de intervención y acompañamiento comunitario para la gestión social de los territorios**. Ed. corregida y aumentada. Sierra del Tentzon, Puebla, México: Camidabit-Los Paseantes, 2018.

REIS, J. **Território e políticas do território**. A interpretação e a ação. Finisterra, [S. l.], v. 50, n. 100, 2015. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/7868>. Acesso em: 9 out. 2024.

RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RIBEIRO, E. M. B. A.; BASTOS, A. V. B. Redes sociais interorganizacionais na efetivação de projetos sociais. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 282-292, ago. 2001.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. **Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade**. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre. n. 4, 2001.

ROSA, T. T. **“Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias”**. Trabalho apresentado no GT: A cidade nas Ciências Sociais: teoria, pesquisa e contexto. 33º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG), 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1994.

SAQUET, M.; SILVA, S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, Ano 10, n. 18, v. 2, p. 24-42, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 04 fev. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para Estudos Territoriais. **Revista GEOgrafia**, ano VIII, n.15, 2006.

SCHLITHLER, C. R. B. **Redes de desenvolvimento comunitário**: iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2004.

SCORSATTO, E. N. **Conflitos, usos e atores político-territoriais**: os casos das ocupações por habitação. Chácara Bela Vista e Valinhos II em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 2022.

SERPA, A. **Experiência e vivência, percepção e cultura**: uma abordagem dialética das manifestações culturais em bairros populares de Salvador. *Ra'e ga*, Curitiba-PR, v. 8, n. 8, p. 19-32, 2004.

SERPA, A. **Mergulhando num mar de relações**: redes sociais como agentes de transformação em bairros populares. *Geografia*, Rio Claro-SP, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2005.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, Contexto, 2007.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP**, São Paulo, n. 33, p. 168-185, 2013.

SOBRAL, N.G.; SANTIAGO, I.M.; COSTA, J. Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande/PB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS: culturas, leituras e representações. II. 2009, João Pessoa, UFPB. **Anais...** meio digital. 10p. 2009.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. L. de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 27-37, jan./jun.1998.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones geográficas**, n. 54, p. 114-139, 2004.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELOS, P. de A. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GEOUSP. Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 10, n. 1, p. 19-30, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74005>. Acesso em: 5 nov. 2023.

VILLELA, Ana. L. V. 2007. "Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC". **Cadernos do CEOM** v. 20, n. 27: 159-185.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A – Declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Angelo Carlos Bastiani, o representante legal da instituição, Associação Amigos do Parque, envolvida no projeto de pesquisa intitulado **REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC: Processos de transformação socioespacial por meio da ação social no bairro São Pedro**, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. (Obs.: para os casos de instituições que atendam criança/adolescentes – citar o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA).

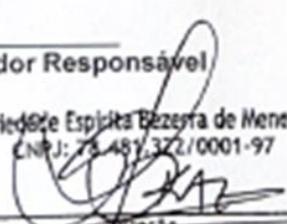
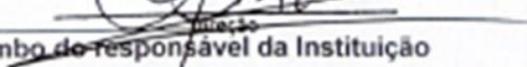
  
Assinatura do Pesquisador Responsável

 CPF 38519348904  
Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Chapecó, 2024

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Sandra Mara Vargas Broz, o representante legal da instituição, Centro Espirita Bezerra de Menezes, envolvida no projeto de pesquisa intitulado **REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC: Processos de transformação socioespacial por meio da ação social no bairro São Pedro**, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. (Obs.: para os casos de instituições que atendam criança/adolescentes – citar o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA).

  
Assinatura do Pesquisador Responsável  
Sociedade Espirita Bezerra de Menezes  
CNPJ: 73.481.372/0001-97  
Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Chapecó, 2024

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Darci Luiz de Bona, o representante legal da instituição, Prefeitura de Chapecó, envolvida no projeto de pesquisa intitulado **REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC: Processos de transformação socioespacial por meio da ação social no bairro São Pedro**, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. (Obs.: para os casos de instituições que atendam criança/adolescentes – citar o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA).



Assinatura do Pesquisador Responsável

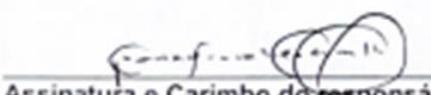
 Documento assinado digitalmente  
DARCI LUIZ DEBONA  
Data: 27/09/2024 13:38:18-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Chapecó, 2024

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Luiz Eduardo Gonçalves de Carvalho, o representante legal da instituição, Verde Vida, envolvida no projeto de pesquisa intitulado **REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC: Processos de transformação socioespacial por meio da ação social no bairro São Pedro**, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. (Obs.: para os casos de instituições que atendam criança/adolescentes – citar o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA).

  
\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Pesquisador Responsável**  
\_\_\_\_\_  
**Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição**

VERDE VIDA  
Programa Oficina Educativa  
CNPJ: 00.855.838/0001-67

Chapecó, 2024

## **APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido**

### **REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC: PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL POR MEIO DA AÇÃO SOCIAL NO BAIRRO SÃO PEDRO**

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **REDES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM CHAPECÓ/SC**: Processos de transformação socioespacial por meio da ação social no bairro São Pedro.

Desenvolvida por Anderson Kech, discente de mestrado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó e Erechim, sob orientação da Professora Dra. Juçara Spinelli.

O objetivo central do estudo é analisar o Bairro São Pedro buscando entender quais instituições (sejam públicas, privadas ou populares), atuam no suporte de seus moradores, criando redes de apoio e desenvolvimento dentro da comunidade, o papel dos distintos agentes e formas de atuação, como no auxílio em formação popular, luta por moradia, por igualdade, pelo direito à cidade e objetivando transformações socioespaciais.

O convite a sua participação se deve por entendermos que a instituição a qual você faz parte exerce um importante auxílio aos moradores do bairro São Pedro através de suas atividades. Sua participação será importante para colaboração dos objetivos dessa pesquisa, possibilitando compreendermos de modo mais amplo a participação da entidade dentro do bairro.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

As respostas apresentadas, serão identificadas ao longo do trabalho sem apresentação de nome do entrevistado ou qualquer dado pessoal, garantindo anonimato e segurança das informações apresentadas, não apresentando risco direto ou indireto de identificação. Toda e qualquer informação referente as respostas do questionário, será apresentada no decorrer do trabalho mencionando como representante da instituição.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de questionário ao pesquisador do projeto. A aplicação do questionário se dará presencialmente, em horário e local a ser definido pelo entrevistado.

A aplicação do instrumento é estimada a ter duração de até meia hora, podendo variar conforme contribuição no item de informações adicionais, o qual permite que, se caso, sinta-se confortável, possa acrescentar informações adicionais à pesquisa, as quais julgue relevantes. As falas e respostas serão gravadas com aplicativo próprio de gravador de áudio de celular do pesquisador e as informações serão armazenadas em drive pessoal do pesquisador com acesso limitado ao mesmo através de senha de acesso, sendo armazenadas pelo período de até cinco anos, tendo sua exclusão permanente e não utilização em trabalhos e publicações que excedam essa data.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização, tendo acesso integral das entrevistas apenas o entrevistador e sua orientadora.

As devolutivas de resultados aos participantes e instituições se dará através da divulgação do trabalho final no repositório da UFFS e serão agendadas ações futuras, com apresentação da dissertação em espaços coletivos do Bairro, junto às ações das entidades, além de apresentação dos resultados via artigos em anais de eventos e/ou revistas científicas.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação       Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, digital, por um período de cinco anos.

O benefício da participação nesse trabalho é por essa pesquisa buscar dar voz e identidade a um bairro estigmatizado socialmente, que enfrenta ao longo de várias décadas transformações sociais e que possui pessoas que buscam no amparo coletivo ressignificar sua territorialidade e suas vidas. Mostrar essas ações podem impactar positivamente em novas atividades conjuntas e fortalecimento das mesmas.

A participação na pesquisa poderá causar riscos, visando minimizar os mesmos, como desconforto, medo, vergonha, estresse, todos os elementos mencionados nas respostas serão abordados sem identificação direta dos participantes, identificando apenas como entidade, e buscando nas entidades pessoas dispostas a conversarem, respeitando local e horário confortável para o entrevistado, bem como questionário objetivo. Todavia, caso não se sinta confortável, mesmo com todas as medidas de prevenção, pode ser solicitados a qualquer momento a interrupção da sua participação no processo. Caso seja ocasionado o desconforto, as instituições envolvidas serão devidamente notificadas, tanto o serviço/local de coleta de dados, no caso, a UFFS, quanto a instituição/entidade ou associação pesquisada a qual o questionário se aplica, prezando transparência no processo e segurança.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 83543624.6.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS:

Data de Aprovação:

(Chapecó, 2024)

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o pesquisador responsável:

cel: (49 – 9994077774)

E-mail: andersonkech@gmail.com

Endereço para correspondência: Rua minas gerais, 597 e, 8981-200 –  
Chapecó.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com  
o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Telefone: (0XX) 49- 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS  
- Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul,  
CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na  
pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

---

Assinatura:

---

## **APÊNDICE C – Questionário**

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Geografia, realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus de Chapecó/SC e Erechim/RS, cuja pesquisa é intitulada: **Redes de desenvolvimento comunitário em Chapecó/SC: Processos de transformação socioespacial por meio da ação social no bairro São Pedro**. Pesquisa realizada pelo mestrando Anderson Kech, sob orientação da professora Dra. Juçara Spinelli.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

### **Questionário para aplicação às redes de apoio do Bairro São Pedro – Chapecó**

#### **Parte 1: Informações Gerais**

1. Qual é o seu nome?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual é o nome da organização/associação na qual você trabalha/atua?
4. Qual é a sua função dentro da organização/associação?
5. Há quanto tempo você atua nesta função?
6. É morador/a do Bairro São Pedro? Se sim, mora a quanto tempo?
7. Caso seja morador/a o que costuma fazer no bairro para lazer? E como é a relação ao acesso do restante da cidade e demais áreas de lazer e equipamentos públicos?

#### **Parte 2: Sobre a Organização/Associação**

1. Quais são os principais objetivos da sua organização/ associação?

2. Quais tipos de serviços e apoios sua organização/ associação oferece à comunidade?
3. Quais são os principais grupos atendidos pela sua organização/ associação (crianças, jovens, idosos, famílias, etc.)?
4. Quantas pessoas, em média, são atendidas mensalmente pela sua organização/ associação?
5. Qual a visão da sua organização/ associação em relação ao bairro São Pedro?
6. Como avalia o papel das políticas públicas de moradia, de uso e ocupação da cidade para os moradores do bairro São Pedro?

### **Parte 3: Funcionamento e Desafios**

1. Quais são as principais atividades ou programas realizados pela sua organização/ associação?
2. Quais são os maiores desafios que sua organização/ associação enfrenta para realizar suas atividades?
3. Quais recursos (financeiros, materiais, humanos) são mais necessários para melhorar os serviços oferecidos?
4. Como a sua organização/ associação obtém financiamento e apoio para suas atividades?

### **Parte 4: Colaboração e Parcerias**

1. A sua organização/ associação trabalha em parceria com outras redes de apoio ou instituições? Se sim, quais?
2. Como essas parcerias têm contribuído para a eficácia dos serviços oferecidos?
3. Existem desafios na colaboração com outras organizações ou redes de apoio? Quais?

### **Parte 5: Impacto e Avaliação**

1. Na sua opinião, qual é o impacto das atividades da sua organização na comunidade?
2. Como a sua organização avalia a eficácia dos seus programas e serviços?
3. Que retorno você recebe dos beneficiários sobre os serviços oferecidos?

**Parte 6: Necessidades e Melhorias**

1. Quais são as principais necessidades da comunidade que ainda não são atendidas pela sua organização?
2. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a atuação da sua organização/ associação?
3. Quais são as suas expectativas para o futuro da rede de apoio na qual você atua?

**Parte 7: Comentários Finais**

1. Espaço livre para informações adicionais que julgar relevante.

## APÊNDICE D – Fotos de processos de pesquisa e envolvimento comunitário

Voluntários da Associação Amigos do Parque – construindo mesas, bancos e churrasqueiras



Fonte: Do autor (2024).

Nome da Associação no concreto do banco



Fonte: Do autor (2024).

Atividade de distribuição de cestas básicas para as comunidades do bairro Paraíso e bairro São Pedro organizada pela Associação Amigos do Parque



Fonte: Do autor (2024).

Orientação infantil organizada pela Associação amigos do Parque, com distribuição de mudas, plantio e conscientização ambiental



Fonte: Do autor (2024).

Membros da presidência da Associação Amigos do Parque em momentos de conversa no ginásio do parque Alberto Fin



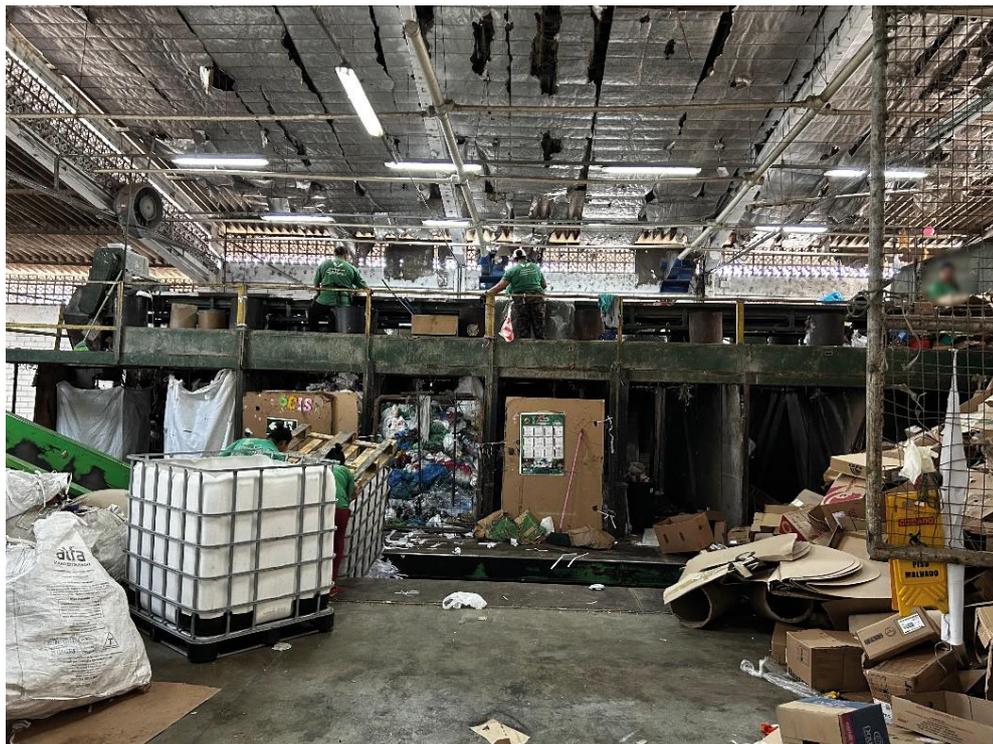
Fonte: Do autor (2024).

Descarga de recicláveis no Verde Vida para separação



Fonte: Do autor (2024).

### Separação de recicláveis no Verde Vida – pré-compactação



Fonte: Do autor (2024).

### Organização de recicláveis no Verde Vida – compactados para distribuição



Fonte: Do autor (2024).